

**Educação Alimentar
e Nutricional no
Programa
Bolsa Família**

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz

Presidente

Paulo Ernani Gadelha

Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública

Sergio Arouca – Ensp

Hermano Albuquerque de Castro

Coordenadora da Educação a Distância

– EAD/Ensp

Lúcia Maria Dupret

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar
e Nutricional – Sesan

Departamento de Estruturação
e Integração dos Sistemas Públicos
Agroalimentares – Deisp

Coordenação Geral de Educação Alimentar
e Nutricional – CGEAN

CURSO DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Coordenadoras

Denise Cavalcante Barros

Denise Oliveira e Silva

Assessores Pedagógicos

Ana Paula Abreu-Fialho

Gustavo Figueiredo

Educação Alimentar Nutricional no Programa Bolsa Família

Denise Cavalcante de Barros
Denise Oliveira e Silva
Luciene Guimarães de Souza
Mirian Ribeiro Baião
organizadoras



Copyright © 2014 dos autores

Todos os direitos de edição reservados à Fundação Oswaldo Cruz/Ensp/EAD

SUPERVISÃO EDITORIAL
Maria Leonor de M. S. Leal

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO
Alda Lessa Bastos
Christiane Abbade
Maria Auxiliadora Nogueira
Rosane Carneiro

LEITURA METODOLÓGICA
Ana Paula Abreu-Fialho
Gustavo Figueiredo

PROJETO GRÁFICO
Jonathas Scott

EDITORÇÃO ELETRÔNICA E TRATAMENTO DE IMAGEM
Rejane Megale Figueiredo

ILUSTRAÇÕES DE CAPA E MIOLO
Paulica Santos

Catlogação na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde/Fiocruz
Biblioteca de Saúde Pública

E25e Educação Alimentar e Nutricional no Programa Bolsa Família. /
organizado por Denise Cavalcante de Barros... [et al], – Rio de Janeiro:
EAD/ENSP, 2014.

128 p.

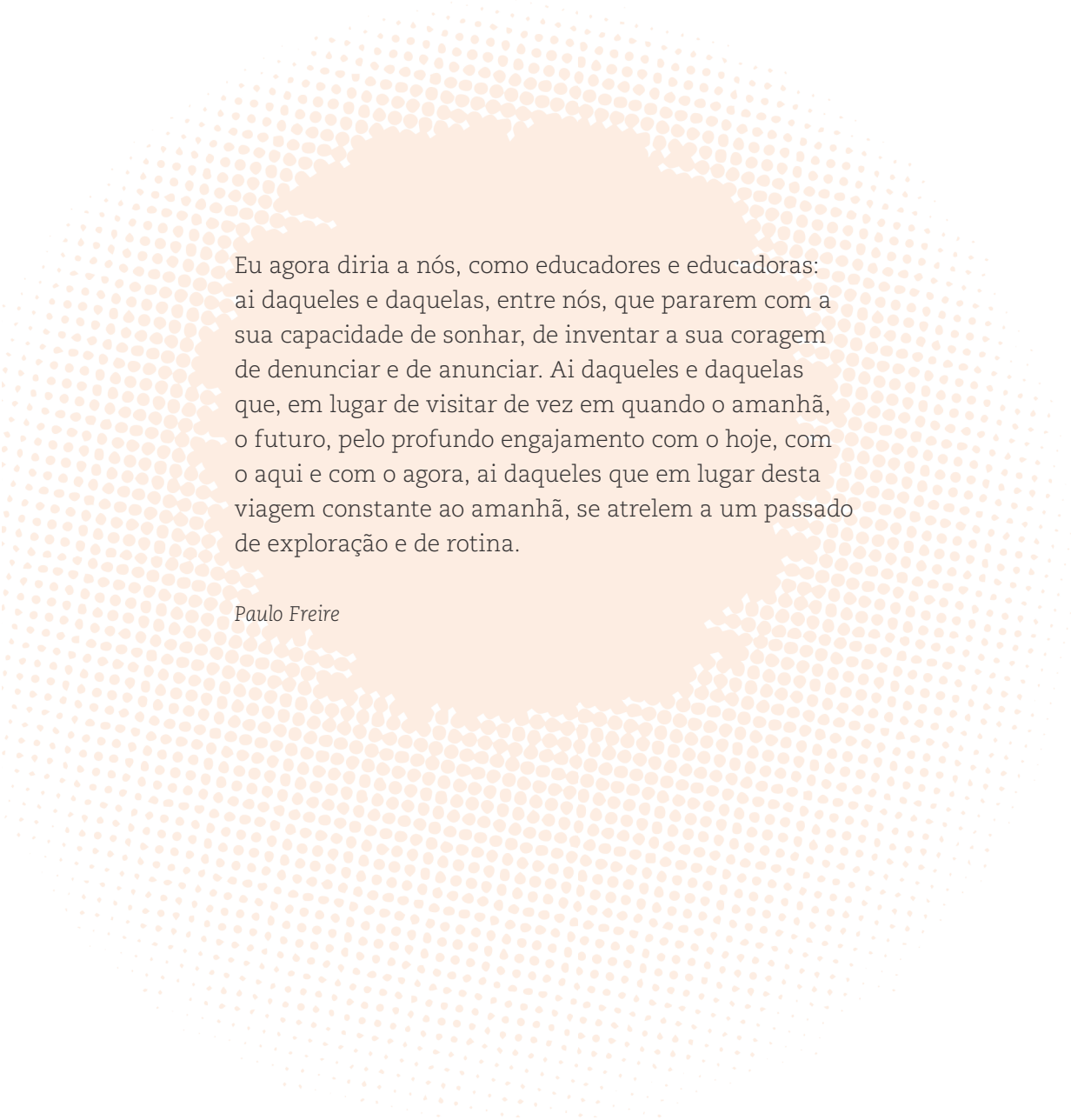
ISBN: 978-85-8432-005-9

1. Educação Alimentar e Nutricional. 2. Programas e Políticas de
Nutrição e Alimentação. 3. Aprendizagem. 4. Educação a Distância. I.
Silva, Denise Oliveira e (Org.). II. Souza, Luciene Guimarães de (Org.).
III. Baião, Mirian Ribeiro (Org.). IV. Título.

CDD – 363.882

2014

Coordenação de Educação a Distância da Escola Nacional
de Saúde Pública Sergio Arouca
Rua Leopoldo Bulhões, 1480
Prédio Professor Joaquim Alberto Cardoso de Melo
Manguinhos – Rio de Janeiro – RJ – CEP 21041-210
www.ead.fiocruz.br



Eu agora diria a nós, como educadores e educadoras: ai daqueles e daquelas, entre nós, que pararem com a sua capacidade de sonhar, de inventar a sua coragem de denunciar e de anunciar. Ai daqueles e daquelas que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã, o futuro, pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e com o agora, ai daqueles que em lugar desta viagem constante ao amanhã, se atrelem a um passado de exploração e de rotina.

Paulo Freire

AUTORES

| Angela Virginia Coelho

Assistente social; mestre em saúde pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fiocruz.

| Denise Cavalcante de Barros

Nutricionista; doutora em saúde pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fiocruz; tecnóloga em saúde pública da Fiocruz; coordenadora do Laboratório de Ensino e Pesquisa de Alimentação e Nutrição no CSEGSF/Ensp/Fiocruz; coordenadora do Programa de Formação em Alimentação e Nutrição/Escola de Governo em Saúde/Ensp/Fiocruz.

| Denise Oliveira e Silva

Nutricionista; pós-doutora em antropologia da alimentação pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França; pesquisadora adjunta da Fiocruz; coordenadora dos Programas de Formação em Alimentação e Nutrição/Escola de Governo em Saúde/Ensp/Fiocruz.

| Grácia Maria de Miranda Gondim

Arquiteta; doutora em saúde pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fiocruz; pesquisadora em saúde pública da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz; coordenadora pedagógica do Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde do LAVSA/EPSJV/Fiocruz.

| Janine Giuberti Coutinho

Nutricionista; mestre em nutrição humana pela Universidade de Brasília; coordenadora geral de Educação Alimentar e Nutricional da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

| Juliana Matoso Macedo

Socióloga; mestre em política e gestão ambiental pela Universidade de Brasília; carreira de especialista em políticas públicas e gestão governamental; coordenadora geral de Controle Social e Ações Complementares da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

| Luisete Moraes Bandeira

Nutricionista; mestre em nutrição humana pela Universidade de Brasília; coordenadora substituta de Educação Alimentar e Nutricional da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

| Luciene Burlandy

Nutricionista; doutora em saúde pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fiocruz; professora associada da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal Fluminense e do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense.

| Luciene Guimarães de Souza

Cientista social; doutora em saúde pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fiocruz; especialista em saúde e povos indígenas; professora colaboradora do Programa de Formação em Alimentação e Nutrição/Escola de Governo em Saúde/Ensp/Fiocruz.

| Mirian Ribeiro Baião

Nutricionista; doutora em ciências pelo Instituto Fernandes Figueira da Fiocruz; professora adjunta do Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

| Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho

Nutricionista; doutora em saúde pública pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); professora adjunta do Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

| Mauricio Monken

Geógrafo; doutor em saúde pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fiocruz; professor-pesquisador do Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde (LAVSA) da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV); coordenador pedagógico do Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde do LAVSA/EPSJV/Fiocruz.

| Milena Nogueira Ferreira

Nutricionista; mestre em saúde pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fiocruz.

| Michele Lessa de Oliveira

Nutricionista; doutora em nutrição humana pela Universidade de Brasília; diretora do Departamento de Estruturação e Integração dos Sistemas Públicos Agroalimentares da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

| Patricia Chaves Gentil

Nutricionista; mestre em nutrição humana pela Universidade de Brasília; coordenadora geral do Sisan da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

| Rosana Magalhães

Nutricionista; doutora em saúde coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); pesquisadora titular do Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fiocruz.

| Tatiana Guedes

Antropóloga; mestre em antropologia social pela Universidade de Brasília (UnB); servidora da Coordenação Geral de Controle Social e Ações Complementares da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

SUMÁRIO

10 Prefácio

12 Apresentação

14 Entendendo o território: uma contribuição para o desenvolvimento da Educação Alimentar e Nutricional no contexto do Programa Bolsa Família

Texto adaptado de Christovam Barcellos e Luísa Iñiguez Rojas. O território e a vigilância em saúde. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica Joaquim Venâncio, 2003. (Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde – Proformar).

22 Os determinantes de Segurança Alimentar e Nutricional

Texto adaptado de Denise Cavalcante de Barros e Mirian Ribeiro Baião. Os determinantes sociais no contexto da alimentação e nutrição no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Educação a Distância, 2014. (Programa de Formação em Alimentação e Nutrição – Profan).

36 Outra maneira de conhecer seu território: os sistemas de informação

Texto adaptado de Simone M. Santos, Christovam Barcellos, Marcia Fernandes Soares. Informação e diagnóstico de situação de saúde. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica Joaquim Venâncio, 2003. (Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde – Proformar).

44 Cultura alimentar e uma aproximação com a Educação Alimentar e Nutricional

50 Educação Alimentar e Nutricional no contexto das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e da intersectorialidade

64 Intersetorialidade e o Programa Bolsa Família

Texto adaptado de Ângela Virginia A. G. Coelho, Luciene Burlandy, Milena Nogueira Ferreira e Rosana Magalhães. Políticas sociais intersectoriais: alcances, desafios e contribuições à segurança alimentar e nutricional. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Educação a Distância, 2014. (Programa de Formação em Alimentação e Nutrição – Profan).

78 Conhecendo o perfil alimentar e nutricional da população brasileira

Texto adaptado de Denise Cavalcante de Barros e Mirian Ribeiro Baião. Os determinantes sociais no contexto da alimentação e nutrição no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Educação a Distância, 2014. (Programa de Formação em Alimentação e Nutrição – Profan).

88 A Problemática Alimentar e Nutricional no Território (Panut)

96 Reflexões sobre a construção de um plano de ação de EAN

112 Teoria e prática em metodologias ativas em EAN



PREFÁCIO

Poucos temas geram tanta expectativa na área de alimentação e nutrição como a Educação Alimentar e Nutricional.

O cenário atual de saúde e alimentação clama, de maneira cada vez mais urgente, o aumento de capacidade e autonomia nas escolhas alimentares que fazemos todos os dias. De um lado é inédita a quantidade de informações disponíveis, em diferentes meios, sobre alimentação. Por outro, cada uma das etapas do sistema alimentar é regida por fatores econômicos e comerciais que resultam em um contexto que desafia as práticas alimentares saudáveis e adequadas. Temos a ilusão de diversidade de oferta e livre condição de escolha. O olhar mais atento nas dinâmicas alimentares dos diferentes grupos sociais evidencia que não somos assim tão livres para escolher. Esta limitação é resultado de fatores de natureza individual, social e ambiental. A Educação Alimentar e Nutricional é estratégica neste contexto, no entanto, é imprescindível que esteja articulada a ações de natureza estrutural, endereçadas aos macrodeterminantes da alimentação. No âmbito de suas estratégias e ações é **fundamental que passe a ser abordada a partir dos princípios do Marco de Referência em**

Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (BRASIL, 2012). Nele, EAN é entendida como

um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (BRASIL, 2012).

Esta abordagem tem como referência a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada. Considerando que o DHAA é composto por duas dimensões indissociáveis, estar livre da fome e ter acesso a uma alimentação adequada, os aspectos relacionados à promoção da capacidade crítica, autonomia e geração de habilidades para a prática da alimentação adequada e saudável estão inseridos no conjunto de estratégias para realização de um direito humano. É igual importante lembrar que os aspectos biológicos e nutricionais não

são suficientes para caracterizar uma alimentação adequada e saudável, pois as dimensões sociais, culturais, ambientais são igualmente importantes. Assim o acesso e o processo de escolha de alimentos são influenciados tanto por diferentes fatores como podem, também, influenciá-los.

O impacto do Programa Bolsa Família na vida das famílias atendidas e, sobretudo, na promoção da equidade econômica e social do Brasil é amplamente conhecido e valorizado. Iniciativas, como a representada por este livro, revestem-se de uma importância inigualável para o fortalecimento de capacidades dos profissionais envolvidos na implementação do Programa Bolsa Família, que desenvolvem suas ações em contato com milhões de famílias. Estas podem contribuir para somar a esse resultado, de maneira mais intensa e qualificada, ações que promovam a qualidade de vida e a prática da cidadania.

Como apresentado nos capítulos a seguir, o papel transformador de compreender e desenvolver a EAN de maneira problematizadora, inserida no contexto sociocultural das comunidades, que promova o diálogo entre as práticas e conhecimentos populares e tradicionais com os científicos, que incorpore a

sustentabilidade socioambiental como valor, poderá contribuir para mudanças promissoras na prática alimentar das famílias e reconfigurar o sistema alimentar.

Elisabetta Recine

Docente do Departamento de Nutrição da Faculdade de Ciências da Saúde, Coordenadora do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição, Universidade de Brasília

APRESENTAÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) completou 10 anos, em 2013, com avanços – como política estratégica de proteção social e combate à pobreza. No entanto, existem ainda grandes desafios a serem superados, em que se destaca seu papel indutor das escolhas alimentares na sociedade brasileira.

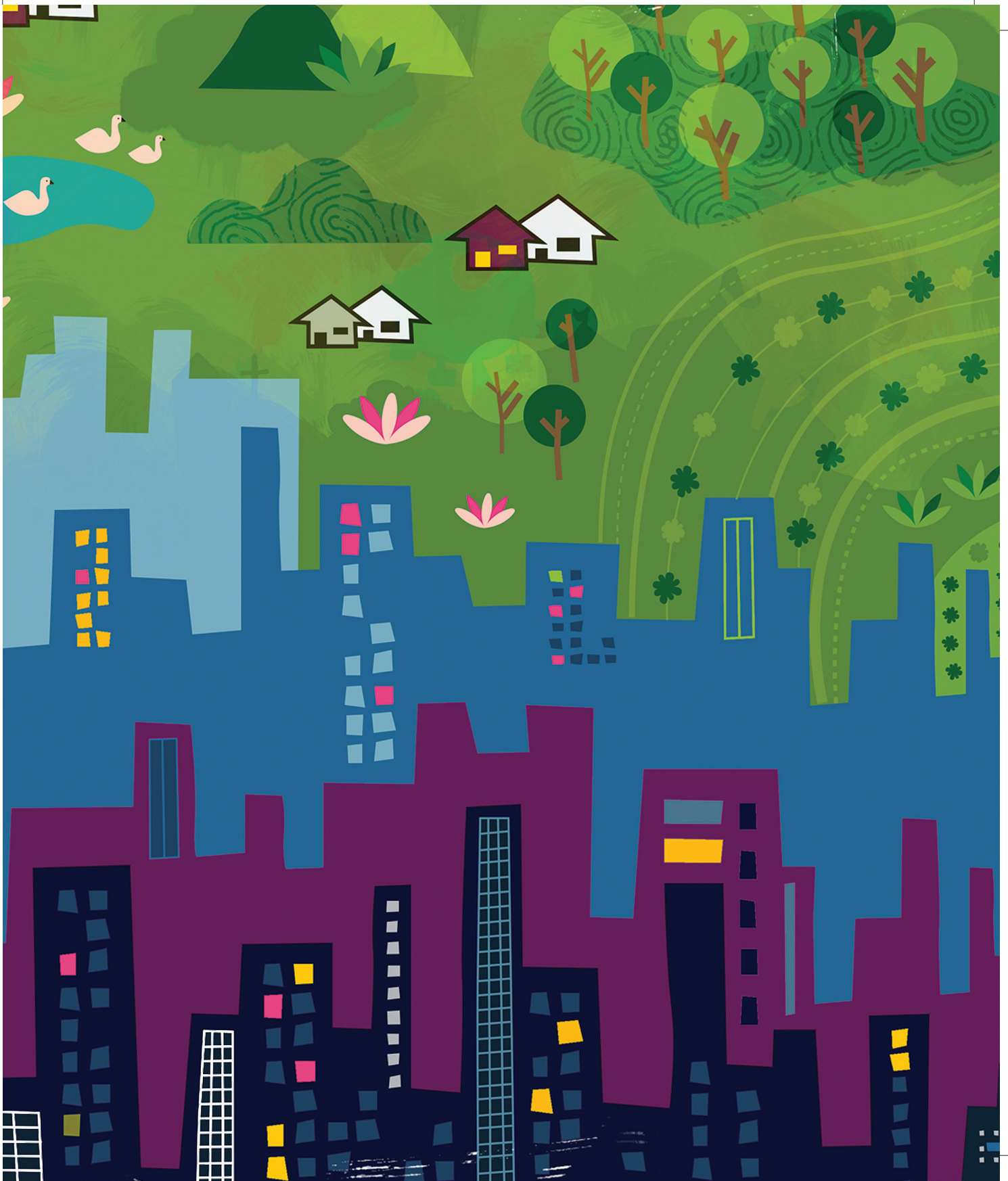
O presente material didático foi elaborado tendo como objeto fundamental o reconhecimento das culturas locais nas ações públicas da saúde, educação e assistência social, por meio da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) aplicada de forma continuada e permanente. Os conteúdos pedagógicos aqui disponibilizados pretendem subsidiar a atuação dos profissionais envolvidos nas ações de EAN no PBF e contribuir para a autonomia e a emancipação de seus beneficiários.

Com essa finalidade, os textos que compõem este livro, pautados pela política de proteção social, instigam a reflexão sobre o território no qual o PBF se desenvolve, com pressupostos orientadores de reafirmação da gestão pública intersetorial. As narrativas articulam elementos teóricos e práticos para a construção de planos de ações, por meio da aproximação com metodologias

ativas de EAN, estimulando o leitor a assumir seu papel protagonista no fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional e na construção do Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil.

Boa leitura!

As Organizadoras





ENTENDENDO O TERRITÓRIO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CONTEXTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Mauricio Monkem, Mirian Ribeiro Baião, Luciene Guimarães de Souza

Todos nós vivemos em um espaço geográfico. Nesse espaço, existem diversas coisas que usamos para facilitar nossa vida: nossa casa, local de trabalho, lugares para encontrar os amigos, para comprar alimentos, comer etc. Para que a sociedade exista, é necessário adaptar esse espaço em que ela se desenvolve. Basta olhar pela janela e ver todas as construções que são feitas nesse espaço, como ruas, estradas, prédios, casas.

Todas essas obras são transformações na natureza feitas para criar um novo ambiente que seja adaptado ao convívio social. Em alguns momentos, é possível até acompanhar essas transformações, como o desmatamento, a demolição de um prédio antigo, a construção de uma estrada. Essas ações humanas mudam a paisagem, o ambiente e o modo de viver das pessoas.

Em vários locais existem ainda características naturais de épocas passadas pouco modificadas pela sociedade: rios, montanhas, florestas. Em geral, quanto mais moderna uma sociedade, mais ela transforma o espaço.

No Brasil, como a sociedade é muito desigual, as pessoas vivem de maneiras diferentes e em condições diferentes.

As transformações realizadas em um lugar (espaço geográfico) afetam a todos que nele vivem. Existem mudanças que beneficiam um grupo de pessoas, mas prejudicam outras. Como vimos, os lugares estão sempre se transformando e essas transformações podem ser harmoniosas ou conflituosas. Isso porque nem todos são iguais. Cada um vive de um modo, tem um tipo de trabalho e uma relação com o ambiente. Num mesmo lugar existem diferentes atores sociais que lutam entre si. Para uns, o lugar deveria ser de uma maneira e, para outros, deveria ser de outra. Por isso existem

conflitos entre esses grupos, e o lugar é sempre o resultado desses conflitos.

PARA REFLETIR

Como você vê o território onde atua e/ou vive? Como os serviços de saúde, educação e assistência social se distribuem no território? Esses setores costumam dialogar, conversar sobre os problemas do território? Existem conflitos, como dificuldade de comunicação ou de atuação em conjunto entre as áreas? Como você acha que deveria ser esse território?

Além disso, o mesmo espaço geográfico é usado de forma diferente pelos grupos. Mesmo que não estejam escritas, existem regras sociais que regulam o uso do território. Casas servem para morar, igrejas, para rezar, áreas de lazer, para se divertir.

Uma pessoa, para viver, precisa trabalhar, fazer compras, encontrar outras pessoas, acessar serviços de saúde, educação, assistência, lazer etc. No dia a dia, as pessoas estabelecem relações com outras pessoas e, portanto, com o seu lugar também. Imagine uma escola. Ela é um lugar em que cidadãos são formados. Para isso, precisa-se de professores, merendeiras, zeladores, entre outros profissionais da educação; de materiais didáticos, equipamentos etc.



Todos os dias chegam a essa escola, e saem dela, coisas e pessoas. Não existem escolas cujos prédios são vazios, sem esses fluxos de materiais e pessoas. Quando identificamos uma escola no nosso território, na verdade estamos apontando um lugar que tem uma localização, uma forma e também uma função. Qualquer objeto geográfico tem fluxos. Milton Santos (1999) dizia que a geografia de um lugar é formada por fluxos e fixos. Quando se elabora um mapa, ou quando simplesmente se observa o campo de trabalho, são destacados os fixos, representados pelas escolas, feiras, hortas, supermercados. Mas é preciso saber que nesses fixos existem também fluxos.

Fluxos são sistemas de circulação e de troca que animam e dão vida aos lugares, aos territórios. Os fluxos podem ser de diferentes

naturezas – de informações, de produtos, de pessoas, de automóveis, de ideias, de cultura, de dinheiro e até mesmo de drogas e doenças. Esses fluxos podem até extrapolar os limites dos territórios locais, tornando-se fluxos regionais, nacionais e até transnacionais. A combinação de alguns deles pode, se não for bem definida e conhecida, causar uma série de problemas para a qualidade de vida das pessoas, desde poluição ambiental, passando pela importação de doenças de outros lugares, até questões econômicas sérias, como a lavagem de dinheiro resultante do tráfico de drogas.

Fixos são sistemas de objetos que compõem a paisagem de um lugar, de um território. Podem ser naturais – morros, rios, lagos etc. – e podem ser construídos pelo homem (casas, fábricas, estradas etc.). Dependendo da localização no território, da função e da qualidade de cada um desses objetos, eles podem ampliar ou diminuir os riscos para a produção da saúde ou de doenças.

A mesma coisa acontece com os outros objetos, como um domicílio, um bar, um posto de saúde, uma escola, um Centro de Referência de Assistência Social (Cras). Quando falamos em função dos objetos

geográficos, estamos também falando dos fluxos e das regras existentes que se relacionam com esses objetos.

Até mesmo um terreno vazio pode ser relevante em um território. Ele pode ser utilizado para a construção de uma horta comunitária, por exemplo, pode ser um espaço para atividade física ou até mesmo para a realização de feiras de alimentos produzidos por agricultores locais. Ou seja, existe um imaginário sobre esse local, pensamos nele, nos relacionamos com ele, queremos transformá-lo.

LUGARES, TERRITÓRIOS E POPULAÇÃO

O território está sempre relacionado a uma área delimitada onde a vida acontece, submetida a certas inter-relações, regras ou normas. Para atender as necessidades do município, os setores de saúde, educação e assistência social atuam no território usando como referência critérios definidos pelas políticas setoriais, quais sejam:

- Para a saúde, de acordo com as normas da Política Nacional de Atenção Básica (BRASIL, 2011): uma Unidade Básica de Saúde (UBS) sem Saúde da Família em grandes centros urbanos, para atender no máximo 18 mil habitantes; e uma UBS com Saúde da Família em grandes centros urbanos, para atender no máximo 12 mil habitantes.

- Para a educação, essa atuação se dá por meio das Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), que representam as secretarias na área de sua jurisdição. Cada coordenadoria é responsável pelas políticas relacionadas à sua região, tendo como atribuições coordenar, orientar e supervisionar escolas, oferecendo suporte administrativo e pedagógico para a viabilização das políticas da Secretaria.
- Para a assistência social, a atuação varia de acordo com as normas da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (Suas), que prevê o número de famílias referenciadas de acordo com o porte do município, classificado pelo Censo do IBGE:
 - ⊖ Pequeno Porte I – mínimo de um Cras para até 2.500 famílias referenciadas.
 - ⊖ Pequeno Porte II – mínimo de um Cras para até 3.500 famílias referenciadas.
 - ⊖ Médio Porte – mínimo de dois Cras, cada um para até cinco mil famílias referenciadas.
 - ⊖ Grande Porte – mínimo de quatro Cras, cada um para até cinco mil famílias referenciadas.
 - ⊖ Metrôpoles – mínimo de oito Cras, cada um para até cinco mil famílias referenciadas.

Embora possam existir diferenças na delimitação do território por esses diferentes setores, a articulação de saberes e experiências governamentais e não governamentais (o trabalho intersetorial) pode superar as dificuldades impostas por uma lógica político-organizacional fragmentada. Além disso, a intersetorialidade é uma estratégia essencial para responder à complexidade das demandas dos cidadãos que vivem em um território.

Essas divisões e subdivisões dos diferentes setores no território são espaços de poder, de domínio público ou privado, seja ele de caráter administrativo, gerencial, econômico, político, cultural ou religioso, dentre outros. Esse poder existe também nas redes de relacionamento humano que se constroem no espaço.



Mesmo que não seja visível, ainda que não se exerça de forma organizada, ou mesmo que as pessoas não sejam conscientes dele, o poder das populações pode ser exercido por meio das atividades cotidianas.

Por isso é importante que **todos** estejam cientes de suas potencialidades, do que são capazes de fazer e de como intervir para melhorar as realidades em que vivem.

O fato de cada território ter uma população não quer dizer que ela esteja uniformemente distribuída no território. As principais diferenças dentro de um território são as populações rurais e urbanas. Nas áreas urbanas, o povoamento é mais denso e, nas rurais, mais disperso e rarefeito. Isso pode ser percebido por meio de indicadores, como a densidade demográfica, mas também pela observação dos modos de vida. As pessoas nessas áreas vivem e trabalham de formas bastante diferentes.

Em geral, a localização de populações em um território não é uma escolha das pessoas, mas influenciada pela história da ocupação, pela apropriação do território, que acabam fazendo com que pessoas com características e perfis semelhantes vivam nos mesmos espaços. Dessa forma, em uma cidade, a urbanização será mais ou menos completa, segundo as circunstâncias de

vida das pessoas, como o nível econômico e sua inserção nos processos produtivos.

O território é onde a vida acontece, onde a rede de fixos e fluxos se constrói e reconstrói no cotidiano, onde a solidariedade aparece. O território (não importa o tamanho) é composto por lugares que são transformados pelos sujeitos que habitam e transitam neles. Dessa forma, reconhecendo o território de forma integrada e intersetorial, encontraremos estratégias e recursos tanto para o fortalecimento de sua comunidade quanto para sua transformação em um espaço melhor de convivência, ou seja, para a ampliação de suas capacidades.

Por isso, é essencial revermos o território por dentro, investigarmos sua constituição e história, para entrar em contato com o cerne da vida humana e coletiva, especialmente quando planejamos desenvolver ações educativas que busquem a autonomia das pessoas e a ampliação das suas capacidades.

O TERRITÓRIO E A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) pode ser definida como um campo de conhecimento e prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que

visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2012).

Para atuar em EAN é preciso entender como se estabelecem e se inter-relacionam as condições econômicas, sociais, culturais, entre outras, em um território.



Os modos de comer e as escolhas alimentares são exemplos ilustrativos da diversidade entre lugares e territórios. Os alimentos que são produzidos e vendidos no território, aqueles escolhidos para as refeições diárias, os alimentos ou as preparações para festividades, as formas de preparo, os modos de comer, os horários das refeições, entre outras possibilidades, podem variar em diferentes lugares. Tais aspectos compreendem as práticas alimentares dos grupos sociais, que incluem também os sentidos e significados atribuídos aos alimentos e à alimentação.

Ana Maria Canesqui (2005) aponta que:

A análise da prática alimentar cotidiana não se restringe aos alimentos apropriados em si mesmos, mas aos seus usos e modos de consumo, que envolvem seleção e escolhas, quem consome, como são adquiridos e preparados, quando e por quem são consumidos, ocasiões e adequações de consumo, juntamente com regras, crenças e significados que acompanham o consumo alimentar e a própria alimentação, sempre carregados culturalmente

A EAN situa-se prioritariamente no conjunto de ações articuladas voltadas para o desenvolvimento comunitário e de habilidades pessoais/grupais. Há também necessidade de encontrar o equilíbrio entre aquilo que as pessoas podem transformar, por meio da ação conjunta, e o que o ambiente determina e possibilita. A articulação no território contribui para a superação dos desafios de natureza política, organizacional e cultural e promove a formação de redes de serviços para sustentar as ações comunitárias e/ou individuais.



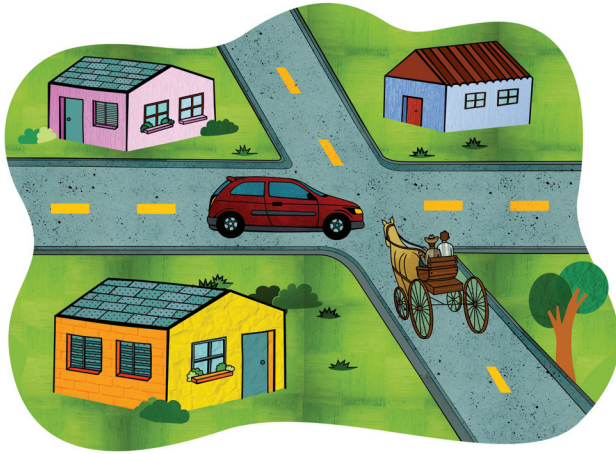
A leitura do relatório sobre o Encontro de EAN, para discussão conjunta das suas diretrizes, ajudará a pensar as ações de EAN no território. Acesse esse documento no endereço: <http://goo.gl/nJ1N09>.



Porém, para que essas ações de EAN possam contribuir e se expressar plenamente nas práticas alimentares, é imprescindível reconhecer que as pessoas e os lugares têm suas histórias, sua cultura e seus saberes. Além disso, todo processo educativo é uma troca de vivências e deve ter como missão o desenvolvimento da autonomia, da crítica reflexiva e da liberdade dos sujeitos.

Neste curso, você vai construir com seus colegas de equipe uma proposta de ação voltada para a Educação Alimentar Nutricional (EAN) no território-base pactuado pelo grupo.

Essa ação só será capaz de promover a autonomia e liberdade dos sujeitos se for construída levando-se em consideração quem são essas pessoas, que locais habitam, que hábitos praticam, em que acreditam. Em outras palavras, ela só será verdadeiramente uma ação educativa se levar em consideração os sujeitos para os quais será pensada. Por isso, aproveite essa primeira parte do curso e conheça a fundo o seu território. Mergulhe na sua história. Converse com as pessoas. Observe os espaços e as dinâmicas. Aproprie-se desse território vivo!



APROFUNDANDO SEUS CONHECIMENTOS

Este texto que você acabou de ler foi extraído do texto “Entendendo o território: uma contribuição para o desenvolvimento da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no contexto do Programa Bolsa Família”, que se encontra disponível na biblioteca do curso (BARCELLOS; ROJAS, 2014). No texto original, você encontra, ainda:

- uma discussão mais detalhada sobre condições de vida e vulnerabilidade social, na qual o território é abordado sob uma perspectiva de lugar demarcado histórica e socialmente, onde os problemas e as necessidades da população variam;
- algumas reflexões sobre como atuar no território em favor da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.

Recomendamos a leitura!

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Christovam; ROJAS, Luisa Iñiguez. *O território e a vigilância em saúde*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica Joaquim Venâncio, 2003.

Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde – PROFORMAR.

BARCELLOS, Christovam; ROJAS, Luisa Iñiguez. *Entendendo o território: uma contribuição para o desenvolvimento da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no contexto do Programa Bolsa Família*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Educação a Distância, 2014. (Programa de Formação em Alimentação e Nutrição – Profan).

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 out. 2011. Disponível em: <<http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/110154-2488.html>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas*. Brasília, DF, 2012.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015*. Brasília, DF, 2011.

CANESQUI, A. M. Mudanças e permanências da prática alimentar cotidiana de famílias de trabalhadores. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. (Org.). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005. p. 167-210.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.



OS DETERMINANTES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Luisete Moraes Bandeira, Janine Giuberti Coutinho e Denise Cavalcante de Barros

A forma como a sociedade se organiza em um território reflete as suas condições de vida e influencia na determinação da sua Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Os fatores principais que caracterizam, delimitam e explicam uma determinada situação de vida de uma população são chamados de determinantes. Eles são multifatoriais, sendo impossível considerá-los de forma dissociada das condições sociais, econômicas, de saúde, de educação e da cultura do território onde as pessoas vivem.

Analisando os fatores de determinação social das condições de vida, percebemos que eles ajudam a entender a determinação da situação de vulnerabilidade de uma dada população, o que pode interferir na sua Segurança Alimentar e Nutricional.

Para entender isso um pouco melhor, pense em dois grupos: um que viva em uma parte do território bem estruturada (cidade grande) e outro que viva na periferia, em uma região com menor estrutura de serviços básicos. Esses grupos estão submetidos a condições de vida diferenciadas, concorda? A situação de vida de ambos, possivelmente, é diferente: os problemas corriqueiros de habitação, estrutura urbana, saúde, escola e alimentação em um grupo não são os mesmos que os do outro. Isso acontece principalmente pelas desigualdades das condições sociais, econômicas, de saúde e de educação a que os dois grupos são submetidos e pela falta de acesso aos seus direitos, que deveriam ser garantidos pela Constituição.

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais,

tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, art. 3º).

No conceito de SAN, consideram-se duas dimensões distintas e complementares, a dimensão alimentar e a dimensão nutricional.

A dimensão alimentar refere-se à produção e disponibilidade de alimentos, que devem ser:

- suficientes e adequadas, para atender a demanda da população, em termos de quantidade e qualidade;
- estáveis e continuadas, para garantir a oferta permanente, neutralizando as flutuações sazonais;
- autônomas, para que se alcance autossuficiência nacional em alimentos básicos;
- equitativas, para garantir o acesso universal às necessidades nutricionais adequadas, a fim de manter ou recuperar a saúde dos diferentes grupos da população nas diferentes etapas do seu curso de vida;
- sustentável do ponto de vista agroecológico, social, econômico e cultural, com vistas a assegurar a SAN das próximas gerações.

A dimensão nutricional incorpora as relações entre o ser humano e o alimento, implicando:

- ➔ disponibilidade de alimentos saudáveis;
- ➔ preparo dos alimentos com técnicas que preservem o seu valor nutricional e sanitário;
- ➔ consumo alimentar adequado e saudável para cada fase do ciclo de vida;
- ➔ condições de promoção da saúde, da higiene e de uma vida saudável para melhorar e garantir a adequada utilização biológica dos alimentos consumidos;
- ➔ condições de promoção de cuidados com a própria saúde, com a saúde da família e da comunidade;
- ➔ direito à saúde, com acesso aos serviços de saúde garantidos de forma oportuna e resolutiva.

Por exemplo, a produção agrícola de alimentos, a educação, o desemprego e a rede de saneamento básico são alguns dos determinantes que influenciam na garantia ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), condição indispensável para a SAN.

Por DHAA entende-se “acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos

seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva” (conceito de DHAA elaborado em 2002 por Jean Ziegler, relator da ONU para o Direito à Alimentação) (ZIEGLER, 2003).

PARA REFLETIR

Você exerce seu Direito Humano à Alimentação Adequada?

O DHAA não deve ser interpretado em um sentido estrito ou restritivo, ou seja, que o condiciona ou o considera como “recomendações mínimas de energia ou nutrientes”. A alimentação para o ser humano deve ser entendida como processo de transformação da natureza em gente saudável e cidadã.

Assim, o DHAA diz respeito a todas as pessoas, de todas as sociedades, e não apenas àquelas que não têm acesso aos alimentos. O termo “adequada” envolve diversos aspectos, como mostra a **Figura 1**, e a promoção e plena realização do DHAA envolve elementos de justiça social e econômica.

FIGURA 1 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS DIMENSÕES DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA



Fonte: LEÃO e RECINE, 2011.

As formas como cada uma dessas dimensões são contempladas, no entanto, dependem da realidade específica de cada território ou povo. Por exemplo, a plena realização do DHAA para uma comunidade indígena não é igual à dos moradores de uma cidade.

As comunidades indígenas necessitam de terra para plantar, coletar e caçar.

Os moradores de um bairro necessitam de trabalho, renda e acesso a serviços de saneamento, entre outros. As pessoas portadoras de necessidades alimentares especiais carecem de acesso e informação no que concerne aos alimentos adequados para suas necessidades.

Para comprar seus alimentos, as pessoas precisam de informação adequada para fazerem escolhas melhores (por exemplo, alimentos com menor teor de

açúcar sal, gorduras saturadas e ricos em vitaminas e minerais) e seguras (por exemplo, rótulos confiáveis e de fácil compreensão). Ou seja, ainda que todos os grupos tenham características em comum, em determinadas ocasiões, eles requerem ações específicas para garantir seu direito (LEÃO; RECINE, 2011).

Existem alguns conceitos-chave para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada. São eles:

➤ Disponibilidade

A disponibilidade de alimentos pode ocorrer das seguintes formas:

- ⊙ diretamente, a partir de terras produtivas (agricultura, criação de animais, cultivo de frutas) ou de outros recursos naturais, como pesca, caça, coleta de alimentos;
- ⊙ a partir de alimentos comprados na rede de comércio local.

Algumas situações podem influenciar na disponibilidade de determinados alimentos, como, por exemplo, uma área propensa à ocorrência de secas é habitada majoritariamente por agricultores familiares que não dispõem de recursos para investir em irrigação. Então, eles dependem da água da chuva para o cultivo das lavouras. A ausência de fontes de renda alternativas mantém os agricultores

em situação de insegurança. Quando a falta de chuva resulta no fracasso da colheita, há poucos alimentos disponíveis e nenhum dinheiro para comprá-los. A rede de comércio local de alimentos também é afetada. Nesse cenário, como a produção de alimentos é reduzida, os alimentos disponíveis não são suficientes para as comunidades.

➔ Adequação

O consumo apropriado de alimentos, inclusive o leite materno, é essencial para o alcance do bem-estar nutricional. Além disso, os alimentos não devem conter substâncias adversas em níveis superiores àqueles estabelecidos por padrões internacionais e pela legislação nacional. Essas substâncias são toxinas, poluentes resultantes de processos agrícolas e industriais, inclusive resíduos de drogas veterinárias, promotores de crescimento e hormônios, entre outros.

A alimentação, no contexto do DHAA, deve incluir valores associados à preparação e ao consumo de alimentos. Alimentação adequada implica acesso a alimentos saudáveis que tenham como atributos acessibilidade física e financeira, sabor, variedade, cor, bem como aceitabilidade cultural, como, por exemplo, respeito a questões religiosas, étnicas e às peculiaridades dos diversos grupos e indivíduos.

➔ Acesso

O acesso ao alimento envolve tanto a questão econômica como física.

Acessibilidade econômica implica acesso aos recursos necessários para a obtenção de alimentação adequada com regularidade durante todo o ano.

Acessibilidade física implica que a alimentação deve ser acessível a todos: lactantes, crianças, idosos, deficientes físicos, doentes terminais ou pessoas com problemas de saúde, presos, entre outros. A alimentação também deve ser acessível a pessoas que vivem em áreas de difícil acesso, vítimas de desastres, vítimas de conflitos armados e guerras, bem como aos povos indígenas e outros grupos em situação de vulnerabilidade.

Assim, as famílias em situação de extrema pobreza que não possuem renda regular e não acessam serviços de assistência, saúde e educação não conseguem adquirir alimentos nutritivos de forma regular e permanente. Esses exemplos mostram a falta de acessibilidade econômica aos alimentos e, em consequência, o acesso a quantidades insuficientes desses alimentos para a garantia da SAN.

➤ Estabilidade

A disponibilidade e a acessibilidade dos alimentos devem ser garantidas de maneira estável, ou seja, os alimentos devem estar disponíveis e acessíveis, de forma segura, regular e permanente, durante todo o ano.

Em um assentamento rural, onde ainda não existem condições para a produção de alimentos, há fornecimento de cestas básicas. Entretanto, ele não é estável e regular. A entrega de cestas básicas deveria ser suficiente, regular e permanente até que as famílias tenham condições, de acessar por seus próprios meios, a alimentação adequada. Além disso, deveriam haver ações que garantissem a autonomia dessas famílias, a fim de que, por seus próprios meios, pudessem prover seus alimentos de maneira estável.

Apesar de ser um direito reconhecido em vários tratados e declarações internacionais aprovados pelo Brasil, a realização do DHAA em suas duas dimensões ainda está muito longe de se tornar uma realidade para muitos. Como diz a música “Comida”, dos Titãs, “a gente não quer só comida”.

De fato, uma alimentação adequada vai muito além de “comida”:

- ela trata do direito a uma alimentação de qualidade, diversificada, nutricionalmente adequada, sem agrotóxicos ou contaminantes e isenta de organismos geneticamente modificados (OGM);
- trata também do direito de acesso a informações cientificamente comprovadas e respaldadas sobre alimentação saudável e alimentos seguros e adequados;
- inclui a regulamentação da propaganda e publicidade que promovem o consumo de alimentos não saudáveis, ou que “vendem” características que inexistem ou são inverídicas, especialmente para crianças e jovens, fases da vida em que se constroem e definem os hábitos alimentares;
- respeita os hábitos culturais;
- incorpora o direito da população de ter acesso aos recursos produtivos, de produzir, de maneira adequada e soberana, o seu próprio alimento e/ou de ter recursos (financeiros, físicos e materiais) para se alimentar de forma adequada e digna;
- incorpora a garantia e a possibilidade concreta de a população exigir a realização de seus direitos.

Resumindo, a promoção da garantia do DHAA passa pela promoção da reforma agrária, da agricultura familiar, de políticas de abastecimento, de

incentivo a práticas agroecológicas, de vigilância sanitária dos alimentos, de abastecimento de água e saneamento básico, de alimentação escolar, do atendimento pré-natal de qualidade, da viabilidade de praticar o aleitamento materno exclusivo, da não discriminação de povos etc.

Não é possível descrever todas as ações necessárias para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), porque cada grupo, família ou indivíduo vai exercer o seu direito de se alimentar com dignidade à medida que forem superadas as dificuldades da realidade específica que lhe cerca; e o Brasil tem diversas realidades, com particularidades e dificuldades em cada uma delas.

Os indígenas cujas terras não estão demarcadas, por exemplo, precisam de determinadas políticas que podem não ser pertinentes para os indígenas que vivem em terras demarcadas. Os ciganos têm necessidades diferentes de comunidades quilombolas. A classe média, que tem dinheiro para comprar seus alimentos, precisa de informação, entre outras medidas, para fazer valer o seu direito à informação e de escolha saudável dos alimentos, ao passo que as comunidades urbanas e rurais excluídas precisam de renda ou acesso

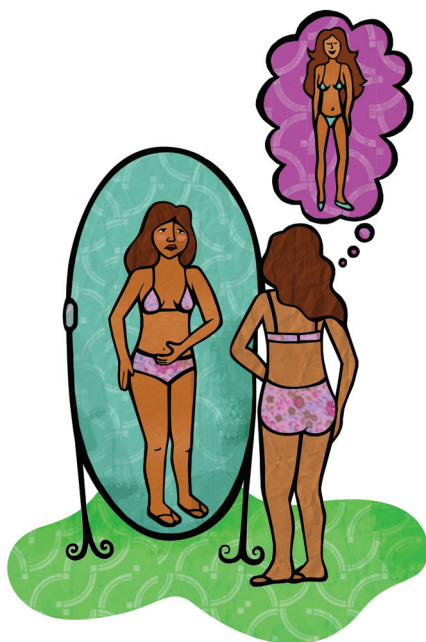
à terra para poderem usar a informação a que eventualmente tenham acesso e exercerem o seu DHAA. Ou seja, ainda que todos os grupos tenham características comuns, em determinados momentos precisam de ações específicas que garantam esse direito.



O DHAA está indivisivelmente ligado à dignidade da pessoa, à justiça social e à realização de outros direitos (direito à terra para nela produzir alimentos, ao meio ambiente equilibrado e saudável, à saúde, à educação, à cultura, ao emprego e à renda, entre outros). Isso aponta claramente para a necessidade de políticas e programas públicos que tenham como princípio a intra e a intersectorialidade.

COMO O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA ESTÁ RELACIONADO COM A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL?

Em síntese, o direito humano à alimentação adequada se refere a disponibilidade, adequação, acesso físico, econômico e estável de alimentos, respeitando a dignidade humana, garantindo a prestação de contas e um empoderamento dos titulares desse direito. Para contemplar todos esses atributos, são necessárias políticas articuladas entre diversos setores e âmbitos da sociedade (políticas



intersectoriais) que ofereçam condições concretas para que os diferentes grupos sociais acessem, de acordo com suas especificidades e com dignidade, alimentos de qualidade produzidos de modo sustentável e permanente. Essa seria uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Para que as políticas resultem, de fato, em acesso a alimentos seguros, saudáveis e produzidos de maneira social, econômica e ambientalmente sustentável, é necessário um modelo de desenvolvimento rural que objetive alimentar a população e que valorize os saberes ancestrais de cultivo e o(a) agricultor(a), promovendo também sua saúde e autonomia. Ou seja, é preciso que se garanta o direito dos povos de definirem suas próprias políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos de acordo com cada cultura e região.

É por meio da política de SAN, articulada a outros programas e políticas públicas correlatas, que o Estado deve respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada. Esse direito, que constitui obrigação do poder público e responsabilidade da sociedade, alia a concepção de um estado físico ideal – estado de segurança alimentar e nutricional – aos

princípios de direitos humanos, tais como dignidade, igualdade, participação, não discriminação, entre outros (VALENTE, 2002).

A garantia da Segurança Alimentar e Nutricional para todos é um dever do Estado e responsabilidade da sociedade.

Saiba mais: assistência e assistencialismo

A assistência mantém uma forte relação com a obrigação de prover direitos. Realiza-se assistência quando se constroem, de forma verdadeiramente participativa, políticas públicas que tenham como base e vetor a dignidade humana. Esta construção é feita em parceria com os poderes públicos e as comunidades que devem ser sujeitos dessas ações. Nesta relação, atuam “dois sujeitos autônomos” e não um sujeito (poder público) e um objeto (comunidade marginalizada).

[...] O que se vislumbra é a possibilidade de os assistidos se organizarem de forma independente, elaborarem suas demandas de forma coletiva e passarem a acreditar mais em si próprios do que na intervenção de qualquer liderança ou autoridade que lhe apareça como ‘superior’. A Assistência é, por isso mesmo, uma prática de emancipação. Se vitoriosa, ela produz sujeitos livres e críticos. (ROLIM, 20--).

O assistencialismo, por sua vez, “oferece a própria atenção como uma ‘ajuda’, vale dizer: insinua, em uma relação pública, os parâmetros de retribuição de favor que caracterizam as relações na esfera privada. É pelo valor da ‘gratidão’ que os assistidos se vinculam ao titular das ações de caráter assistencialista”. Não se trata, portanto, de executar ações para prover direitos e, assim, cumprir obrigações,

o que se vislumbra, pelo assistencialismo, é a possibilidade de os assistidos ‘retribuírem’ eleitoralmente a atenção recebida; por isso, os assistidos devem ser submissos e dependentes, não devem se organizar de forma autônoma e, muito menos, expressar demandas políticas como se sujeitos fossem. O assistencialismo é, por isso mesmo, uma prática de dominação. Se vitorioso, ele produz objetos doces e manipuláveis. (ROLIM, 20--).



Sugerimos a leitura da crônica “Assistência Social e Assistencialismo”, de Marcos Rolim, jornalista formado pela Universidade Federal de Santa Maria; ensaísta e colaborador de inúmeros jornais e revistas brasileiras. O texto está disponível em <http://www.rolim.com.br/cronic5.htm>.



No Brasil, algumas iniciativas relacionadas à SAN são: a Estratégia de Saúde da Família (ESF), Programa Bolsa Família (PBF), Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido (Conviver), Programa de Assistência Jurídica Integral e Gratuita, Programa Luz para Todos e vários outros. Essas iniciativas e programas utilizam recursos públicos para garantir os direitos dos cidadãos. Assim, é fundamental que todos os técnicos e servidores que atuam em programas governamentais compreendam que os programas são formas de garantir direitos e reforcem isso junto à população.

DETERMINANTES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Como vimos até agora, a SAN também está relacionada às condições de vida e de acesso aos alimentos, considerando a produção, a distribuição, a comercialização, a escolha, o preparo e o consumo pela população.



Segundo Kepple (2010), os determinantes de SAN podem ser sistematizados em quatro dimensões – a disponibilidade, o acesso, a utilização e a estabilidade do alimento – que envolvem um conjunto de fatores que são interdependentes e se expressam em três níveis sociorganizacionais propostos pela autora. Vejamos a seguir quais são eles:

- macro (econômicos): os fatores macroeconômicos que interferem na segurança alimentar da população são o sistema político-econômico mundial e nacional, as políticas econômica, social, agrícola e ambiental e o próprio reconhecimento do direito à segurança alimentar e nutricional.
- meso (regionais e locais): esses fatores relacionam-se com o preço dos alimentos praticado no mercado local, o custo de outras necessidades essenciais (saúde, educação,

moradia etc.), a existência na região de programas que lidem com os riscos sociais a que a família está submetida (perda da capacidade laboral por idade, acidentes, problemas de saúde, problemas associados a fases da vida e fatores econômicos), racismo e qualquer forma de discriminação negativa, programas de saúde e de educação, mercado de trabalho (emprego, salário e estabilidade), cultura

alimentar, presença de saneamento básico e vigilância sanitária.

- ➔ micro (domiciliares): esses fatores referem-se a escolaridade, perfil demográfico, raça/cor, saúde, acesso a serviços e ações de educação alimentar e nutricional, renda disponível e estabilidade financeira, ao tempo da mãe disponível em domicílios com crianças, participação em programas sociais e à rede social de apoio da família.

QUADRO 1 – DETERMINANTES DE SAN POR NÍVEIS SÓCIO-ORGANIZACIONAIS

NÍVEL	DISPONIBILIDADE	ACESSO	UTILIZAÇÃO	ESTABILIDADE
Macro	Políticas agrícolas – incentivo e subsídios	Apoio à agricultura familiar	Políticas nacionais de saneamento básico e vigilância sanitária	Mecanismos internacionais e nacionais para manter a estabilidade econômica
	Competição com atividades agrícolas não alimentares	Políticas econômicas, sociais e assistenciais	Política de educação alimentar e nutricional	Leis trabalhistas
	Preços no mercado internacional	Preços internos	Políticas de Saúde	Sustentabilidade social, econômica e ambiental de políticas
Meso	Desastres ambientais e guerras	Emprego e salários	Saneamento básico e vigilância sanitária	Crescimento do mercado de emprego formal
	Produção local	Preços dos alimentos e de outras necessidades básicas	Disponibilidade de serviços de saúde	Disponibilidade de creche
		Disponibilidade e acessibilidade de programas sociais	Educação alimentar e nutricional	Variabilidade climática
				Flutuações de preço

QUADRO 1 – DETERMINANTES DE SAN POR NÍVEIS SOCIO-ORGANIZACIONAIS (CONT.)

NÍVEL	DISPONIBILIDADE	ACESSO	UTILIZAÇÃO	ESTABILIDADE
Micro	Proximidade aos pontos de abastecimento e venda de alimentos	Renda/estabilidade financeira	Saúde dos moradores	Emprego formal
		Inserção numa rede social	Práticas de higiene	Seguro-desemprego
	Produção para autoconsumo	Participação em programas assistenciais	Acesso a saneamento básico e água potável	Capacidade de armazenar alimentos
			Educação alimentar e nutricional	Vagas em creches

Fonte: Brasil (2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva dos direitos humanos define claramente que o respeito, a proteção, a promoção e o provimento dos direitos de todos os habitantes do território nacional é uma obrigação do Estado. Assim, os agentes dos poderes públicos devem tomar todas as medidas necessárias para cumprir essa tarefa.

Quando os programas públicos são vistos como forma de cumprimento de obrigações e de garantias de direitos, tanto pelos gestores e servidores públicos como pelos titulares de direitos, é, sem dúvida, mais fácil para a sociedade exigir que eles sejam bem geridos e executados. Como afirma Bobbio (2004), a linguagem dos direitos humanos tem a

grande função prática de emprestar uma força particular às reivindicações dos movimentos sociais.

A sociedade civil e outros atores sociais, por sua vez, têm o papel fundamental de apoiar e exigir a construção de uma nova cultura na gestão pública, na qual as políticas, programas e ações governamentais sejam entendidos como direitos que podem e devem ser exigidos.

Se você sentir necessidade de aprofundar a leitura sobre essa temática, sugerimos a leitura do texto no qual nos baseamos para estruturar este que você acabou de ler: “Os determinantes sociais no contexto da alimentação e nutrição no Brasil” (BARROS; BAIÃO, 2014), disponível na biblioteca do curso.

REFERÊNCIAS

BARROS, D. C.; BAIÃO, M. R. *Os determinantes sociais no contexto da alimentação e nutrição no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Educação a Distância, 2014. (Programa de Formação em Alimentação e Nutrição – Profan).

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 set. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Guia para acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família*, v. 2: sistemas e procedimentos para acompanhamento das condicionalidades. Brasília, DF, 2010.

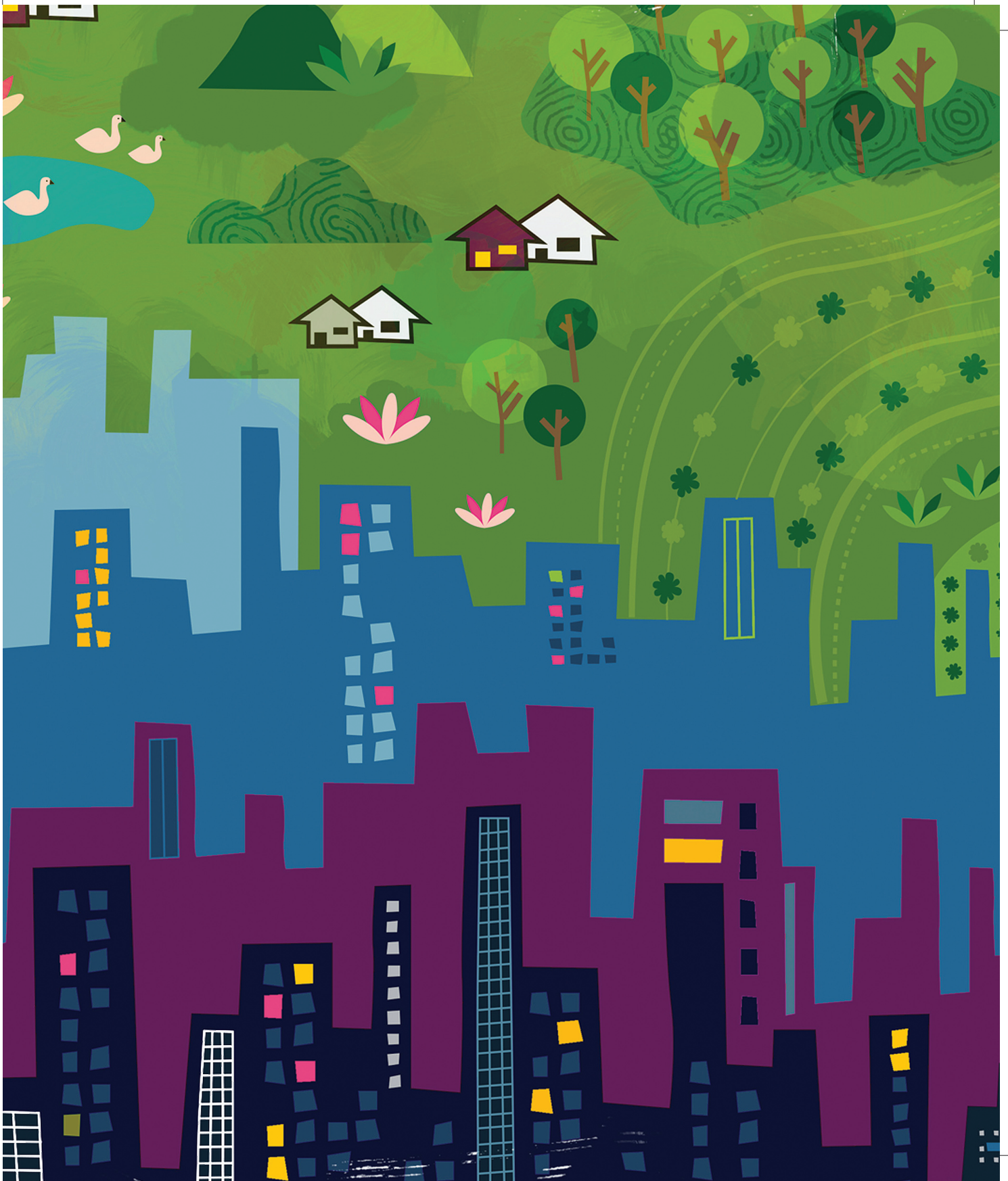
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Brasil). *Alimentação adequada e saudável: relatório final*. Brasília, DF, 2007. Disponível em <[http://www4.planalto.gov.br/consea/documentos/alimentacao-adequada-e-saudavel/ documento-final-alimentacao-adequada-e-saudavel](http://www4.planalto.gov.br/consea/documentos/alimentacao-adequada-e-saudavel/documento-final-alimentacao-adequada-e-saudavel)>. Acesso em: 3 out. 2012.

KEPPLE, A. *Apoio à implementação e ao alcance de resultados da estratégia Fome Zero: relatório do produto 1*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome: SAGI, 2010.

LEÃO, M. M.; RECINE, E. O direito humano à alimentação adequada. In: TADDEI, J. A. et al. *Nutrição em saúde pública*. São Paulo: Rubio, 2011. p. 471-488.

VALENTE, F. L. S. Segurança alimentar e nutricional: transformando natureza em gente. In: VALENTE, F. L. S. *Direito humano à alimentação: desafios e conquistas*. São Paulo: Cortez, 2002.

ZIEGLER, J. *Le droit à l'alimentation*. Paris: Mille et une Nuits, 2003. p.126.





OUTRA MANEIRA DE CONHECER SEU TERRITÓRIO: OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Grácia Maria de Miranda Gondim, Luciene Guimarães de Souza, Denise Cavalcante de Barros

Se você é gestor do Programa Bolsa Família ou está envolvido de alguma forma com o Programa, já deve ter ouvido falar em sistema de informação.

Mas o que de fato é um sistema de informação e quais são as suas potencialidades?

Para começar a entender os sistemas de informação, você precisa, primeiro, entender o que são dados e o que são informações.

Dado é um valor quantitativo que se refere a um fato ou circunstância. Por exemplo, o número de alunos matriculados no primeiro ano do Ensino Fundamental no seu município ou o número de famílias beneficiárias do PBF no município.

Se você quiser interpretar esses dados, você precisará combiná-los com outros dados e transformá-los em informação.

Informação, por sua vez, é o conhecimento obtido a partir da análise de dados. Nos exemplos acima, combinando dados, podemos descobrir quantos dos alunos do primeiro ano de uma determinada escola são de famílias beneficiárias do PBF.

Uma maneira organizada de registrar dados para transformá-los em informações é usar um sistema de informação.

Sistema de informação nada mais é, portanto, do que uma forma de organização que permite registrar dados e transformá-los em informações, que podem ajudar a conhecer melhor uma determinada realidade e, a partir daí, tomar decisões, elaborar políticas etc. Assim, as informações que melhor retratam a realidade são aquelas que descrevem com exatidão **o quê, quando, como, onde e quem**.



Hoje em dia, com a disponibilidade de tecnologias tais como os computadores e a internet, não faz sentido pensar em sistema sem que ele seja informatizado. Assim, um sistema de informação pode ser também um programa de computador, que contém formulários para a coleta de dados e que permite armazená-los, processá-los e gerar relatórios.

Quando um sistema é usado para registrar condicionalidades das famílias beneficiárias do PBF, são lançados dados em um programa de computador especialmente planejado para isso, o Sistema de Gestão de Condicionalidades (Sicon).

COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Quando um dado é inserido em um sistema de informação, dizemos que esse dado está sendo registrado. Usando o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) como exemplo, para incluirmos um beneficiário nos Programas Sociais, precisamos registrar seus dados: nome, idade, sexo, número de filhos, renda etc.

O CadÚnico é o sistema que “funciona” como porta de acesso aos programas sociais do Governo Federal. Ainda que os dados nele registrados sejam declaratórios (declarados pelos cadastrados sem, necessariamente, comprovação), o objetivo do CadÚnico é identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil. Ele nos oferece um bom espelho das condições de vida de milhares de famílias no território brasileiro.



Esses dados, em geral, são incluídos de maneira codificada, ou seja, por meio de códigos (por exemplo: selecione 1 para sexo feminino; 2 para sexo masculino). É por meio desses códigos que o sistema faz uma “leitura” dos dados e nos auxilia na obtenção de uma informação.

A coerência das informações que podemos obter dos sistemas depende muito da qualidade da coleta dos dados. Se não são preenchidos todos os campos de um formulário, ou se esses campos são preenchidos incorretamente, podemos fazer uma análise equivocada dos dados.

Os gestores podem utilizar os dados coletados de duas formas:

1. Lançando esses dados no sistema, a partir de entrevistas, investigações, mapas, gerando informação;
2. Consultando os dados coletados por outra pessoa, em um sistema de informação.

Independentemente de como fazem a coleta, é fundamental que gestores tenham acesso a dados e façam análises desses dados, gerando informações que os auxiliem a tomar decisões e, dependendo do nível em que atuam, a propor políticas públicas que podem impactar diretamente a vida das pessoas.

Para uma boa análise, a escolha da fonte de informação vai depender da definição de quais são os dados de que precisamos e para o que eles serão utilizados, considerando os problemas e as necessidades de um determinado grupo ou população. Para isso, precisamos definir quais **indicadores** pretendemos obter.

INDICADORES

são parâmetros úteis no planejamento de ações, para acompanhar e comparar tendências da situação de vida de diferentes grupos em diferentes territórios.

No processo de análise dos dados, poderemos mostrar os resultados por meio do cálculo de porcentagens, taxas ou indicadores que envolvem o processo da análise propriamente dita.

As informações resultantes das análises devem ser apresentadas de maneira que facilitem o entendimento dos resultados obtidos por qualquer pessoa. Para isso, podem ser utilizados gráficos, tabelas etc.

A partir da compreensão do que são os sistemas e como eles podem ajudar você a conhecer o seu território, considerando a realidade do Programa Bolsa Família, você tem ideia de em quais sistemas de informação você poderia buscar informações sobre o seu território?

OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Há diferentes sistemas que apoiam a gestão do Programa Bolsa Família. Independentemente do setor (saúde, educação ou assistência social) ao qual esses sistemas de informação estão relacionados, eles podem contribuir para o compartilhamento de dados e informações que auxiliem nas ações e programas complementares para a superação da situação de vulnerabilidade social das famílias beneficiárias. Veja um pouco sobre eles:

- O **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)** é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas com renda igual ou inferior a meio salário mínimo por pessoa (*per capita*), ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. Suas informações podem ser utilizadas pelos governos federal, estaduais e municipais para obter um diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, e, dessa forma, possibilitar a análise das suas principais necessidades. O cadastramento é feito pelo setor responsável pelo Programa Bolsa Família no município. A inclusão de famílias no Cadastro Único é uma atividade permanente

e de responsabilidade do gestor do Programa Bolsa Família.

- ➔ O **Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF)** faz a gestão do PBF e também é a plataforma de acesso a diversos sistemas relacionados ao programa e ao Cadastro. O SIGPBF é uma ferramenta de gestão destinada a todos os gestores e técnicos que atuam na execução e no acompanhamento do PBF, nas esferas federal, estadual e municipal. Além disso, permite que outros grupos acessem as informações referentes ao Programa: os órgãos de controle, as instâncias de controle social, os beneficiários, bem como os cidadãos que necessitam obter informações. O Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde é o único instrumento para registro das condicionalidades de saúde disponível. Pode ser acessado pelo endereço <http://bolsafamilia.datasus.gov.br> ou, ainda, pelo site do Departamento de Atenção Básica (DAB/SAS/MS): www.saude.gov.br/dab, no link “Bolsa Família”. O acompanhamento das condicionalidades de saúde no PBF é realizado duas vezes ao ano (1ª e 2ª vigência). A cada início de vigência, o Ministério da Saúde disponibiliza no Sistema de Gestão do PBF na Saúde a relação das famílias beneficiárias para acompanhamento no período. As condicionalidades de saúde são regulamentadas pela Portaria n. 2.509, de 18/11/2004, e consiste no comparecimento às consultas de pré-natal e assistência ao puerpério pelas

gestantes, no cumprimento do calendário de vacinação e no acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil.

- ➔ O **Sistema de Gestão de Condicionalidades do PBF (Sicon)** é o sistema de apoio à gestão intersetorial no qual se integram as informações do acompanhamento de condicionalidades nas áreas de saúde, educação e assistência social. Tanto o SIGPBF quanto o Sicon são administrados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Além desses sistemas, relacionados à gestão do PBF, temos sistemas de saúde e educação relacionados ao Programa:

- ➔ O **Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional WEB (Sisvan WEB)** é um sistema de informação que tem por objetivo principal o de promover informações contínuas sobre as condições nutricionais de toda a população brasileira e os fatores que as influenciam. Essa informação fornecerá os dados necessários para subsidiar as decisões a serem tomadas pelos responsáveis por políticas, planejamento e gerenciamento de programas relacionados com a melhoria dos padrões de consumo alimentar e do estado nutricional. Salientamos ainda que, ao final de cada vigência de acompanhamento no Sistema de Gestão do PBF no âmbito da saúde, os dados nutricionais dos beneficiários acompanhados são migrados para

Por outro lado, um dos grandes desafios ainda a serem superados pelos sistemas de informação é assegurar agilidade e qualidade de informação, onde e quando necessárias. Isso é importante para a definição de um plano de ações conjugadas, ajustadas e coerentes com a realidade, e para o apoio à identificação de populações em situação de vulnerabilidade. Ou seja, é fundamental que as informações geradas pelos sistemas de informação retratem com fidedignidade o que está acontecendo no território. Por isso, todos os envolvidos com a “alimentação” dos sistemas com dados devem conhecer a importância do trabalho que fazem para a proposição de ações, programas e políticas públicas.

OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi) é a unidade técnico-administrativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que subsidia técnicos e gestores dos três níveis de governo – federal, estadual e municipal – envolvidos nas políticas de Desenvolvimento Social, na gestão cotidiana e no aprimoramento de programas e ações, desenvolvendo ferramentas informacionais voltadas à

organização e disponibilização de dados na internet, painéis de indicadores de monitoramento, pesquisas de avaliação e estudos técnicos específicos.

Os Relatórios de Informações (RI), disponíveis em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/index.php?kseg=1> apresentam informações sobre o Bolsa Família, ações e serviços de assistência social, Segurança Alimentar e Nutricional e inclusão produtiva realizados nos municípios, estados e no Distrito Federal. Veja as principais informações desses relatórios:

- ➔ **RI Segurança Alimentar e Nutricional** – Apresenta informações acerca da demografia do município ou estado, produção/disponibilidade de alimentos, abastecimento de água, políticas relacionadas à produção/disponibilidade de alimentos e políticas relacionadas ao acesso à alimentação adequada.
- ➔ **RI Bolsa Família e Cadastro Único** – Apresenta informações sobre as famílias inscritas no Cadastro Único, sobre famílias beneficiárias do PBF e sobre o acompanhamento das condicionalidades na educação e na saúde.
- ➔ **RI Proteção Social Básica** – Apresenta informações sobre os Centros de Referência de Assistência Social (Cras), sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

(Paif), famílias referenciadas, equipes volantes, Projovem Adolescente e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

- **O Brasil Sem Miséria no seu Município** – Esse boletim apresenta informações sobre o Plano Brasil Sem Miséria, como, por exemplo, a cobertura cadastral e a busca ativa, o acesso a serviços (educação, saúde, assistência) e a inclusão produtiva.



O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado pelo Governo Federal em junho de 2011, com o desafio de superar a extrema pobreza no país.

Para saber mais sobre esse plano, visite o endereço <http://www.brasilsemiseriala.gov.br/>.



APROFUNDANDO SEUS CONHECIMENTOS

Este texto é uma versão resumida do texto “Sistemas de informação no Programa Bolsa Família: outras maneiras de conhecer o território” (SANTOS; BARCELLOS; SOARES, 2014). No texto original você encontra explicações mais aprofundadas sobre as questões que pontuamos aqui, além de:

- maiores detalhamentos sobre os processos de coleta e processamento de dados;

- sistemas de outros setores que auxiliam no monitoramento das famílias beneficiárias, alguns dos quais estão articulados com o Sicon;
- responsabilidades das diferentes esferas de governo sobre as ações do Programa Bolsa Família.

Recomendamos a leitura!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 out. 2011. Disponível em: <<http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/110154-2488.html>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Guia para acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família*, v. 2: sistemas e procedimentos para acompanhamento das condicionalidades. Brasília, DF, 2010.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015*. Brasília, DF, 2011.

SANTOS, S. M.; BARCELLOS, C.; SOARES, M. F. *Informação e diagnóstico de situação de saúde*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica Joaquim Venâncio, 2003. Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde – PROFORMAR.

SANTOS, S. M.; BARCELLOS, C.; SOARES, M. F. *Os sistemas de informação no Programa Bolsa Família: outras maneiras de conhecer o território*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Educação a Distância, 2014. (Programa de Formação em Alimentação e Nutrição – Profan).



CULTURA ALIMENTAR E UMA APROXIMAÇÃO COM A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Maria Claudia da Veiga Soares Carvalho

Nós estamos convencidos [...] que os senhores desejam o bem para nós e agradecemos de todo o coração. Mas aqueles que são sábios reconhecem que diferentes nações têm concepções diferentes das coisas e, sendo assim, os senhores não ficarão ofendidos ao saber que a vossa ideia de educação não é a mesma que a nossa. [...] Muitos dos nossos bravos guerreiros foram formados nas escolas do Norte e aprenderam toda a vossa ciência. Mas, quando eles voltavam para nós, eles eram maus corredores, ignorantes da vida da floresta e incapazes de suportarem o frio e a fome. Não sabiam como caçar o veado, matar o inimigo e construir uma cabana, e falavam a nossa língua muito mal. Eles eram, portanto, totalmente inúteis. Não serviam como guerreiros, como caçadores ou como conselheiros.

Brandão, 1984

A educação existe por toda parte, acontece de modos variados, de acordo com a necessidade de cada grupo, e passa dos mais antigos para os mais novos na convivência cotidiana. E, claro, existe uma educação para o comer.

Você já parou para pensar que uma alimentação saudável é um montão de coisa juntas? Já reparou como, no cotidiano, a alimentação acontece com inúmeros alimentos diferentes de um lugar para outro? De um grupo para outro?

A educação alimentar não pode ser uma forma engessada de ensinar as pessoas a se alimentar de forma homogênea em todos os lugares, para todas as pessoas: as pessoas são diferentes. A educação pertence à comunidade, ao sentimento de uma geração, voltada para o homem de cada nova geração.

Com isso, queremos dizer que a educação e as práticas alimentares estão muito relacionadas à cultura de um determinado lugar ou povo. O que é muito comum na sua alimentação pode não ser na alimentação de pessoas de outra região.

Estranhamento e alimentação

O Brasil é um país de dimensões continentais e com espaço para muitas práticas alimentares

diversas. Dependendo de onde você é e das práticas que a região tem, estranhar a alimentação de outro lugar não só é possível como natural e necessário no processo de interação com o outro e sua cultura.

Na região Norte, é comum comer peixe juntamente com o fruto açaí, que, em outras capitais, é conhecido somente na forma de sucos, cremes e sobremesas.

O café da manhã do nordestino costuma ter tapioca, cuscuz, mandioca cozida, abóbora cozida no leite, carne de sol, dentre outras coisas bem diferentes do café da manhã das outras regiões do Brasil.

No Rio de Janeiro, o feijão preto faz parte da alimentação do dia a dia. Mas, para pessoas de outros países, e até mesmo brasileiros de outras regiões, pode ser estranho. Os cariocas também costumam estranhar a carne de bode, tão apreciada no nordeste.

Pode parecer esquisito olhar um gaúcho, num dia de sol quente, numa praia de Natal, tomando chimarrão...

E você? Quais são os alimentos que você diria que fazem parte da cultura alimentar do seu território?

A diversidade é necessária para a sobrevivência do planeta. Existem diferentes formas de comer relacionadas ao convívio (sozinho, em família, com colegas...), ao preparo (cozido, alimentos misturados, crus...) ao local (casa, *shopping*, feira...) e é preciso desconstruir o normal, é preciso respeitar a diferença para poder

negociar com o outro, fazer consensos e acordos...

Quando naturalizamos uma e somente uma prática alimentar como saudável, ou mesmo um determinado alimento, como certo, acabamos julgando e desenvolvendo a arrogância ou pretensão de achar errado o que as pessoas estão comendo ao nosso redor.



PARA REFLETIR

Você se lembra de já ter julgado a alimentação das pessoas ao seu redor?

Esse julgamento é muito complicado. Ele pressupõe que a gente sabe os sentidos e os significados que os alimentos têm para aquela pessoa que estamos julgando, só que isso não é verdade. Não sabemos que “Pedrão” come chocolate quando está muito triste e que esse chocolate representa para ele um

reconforto, pois lembra sua avó falecida, que sempre lhe dava chocolate quando estava triste. Não sabemos que Rosana está com problemas no fígado, e come salada para não sentir dor e enjojo depois do almoço, seguindo recomendações médicas. Não sabemos que aquele beneficiário do PBF que está comprando biscoitos e doces está fazendo isso porque na televisão ele sempre vê as pessoas comendo coisas que ele gostaria e nunca pôde comprar e que, este mês, com o benefício, foi possível.

Os significados dados às comidas sofrem influências variadas dependendo do local onde estamos. Seríamos ingênuos se não percebêssemos essa influência local e também de outros cantos do mundo: imagine como a internet, a TV e os meios de comunicação influenciam essas trocas.

Julgamos a alimentação do outro com base naquilo que parece “certo” ou “errado” para a gente. Só que... o que é “certo” ou “errado” em termos de alimentação? O que define isso? Se há uma perfeição, de onde ela vem? Quem a define e a quem ela serve? Por que difere de uma cultura para outra? E é nesse sentido que a prática social, por meio da imposição de tipos de saber, reproduz tipos de sujeitos sociais.

Em geral, achamos errado aquilo que nos parece estranho, e certo o que nos parece natural e normal. Temos também as informações do que é científico: o que a ciência diz que é bom para a saúde é certo, o que diz que não é bom, é errado.

No entanto, essas normas precisam ser quebradas, reavaliadas. Não existe certo e errado no que se come. Não é também um “pode tudo”. Precisamos procurar um meio termo: por exemplo, será que faz mal comer salgadinhos de pacote? E se comemos uma vez por mês, faz o mesmo mal? Faz mal?

Imaginamos que você não tenha essa resposta (como nós também não temos), mas, pelas perguntas, você pode perceber que existem muitas nuances quando se avalia a alimentação de alguém. Essas nuances devem ser levadas em consideração quando a gente se propõe a fazer uma prática de Educação Alimentar e Nutricional, que é o foco deste curso.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL (EAN)

Não é o nutricionista que ensina a comer (há pessoas que nunca foram a um e, obviamente, aprenderam a se alimentar de outras formas). Se pensarmos bem, nem mesmo a mãe ensina a comer porque os bebês encontram suas tetas e mamam, simplesmente mamam. As pessoas aprendem a comer na sociedade e na cultura onde vivem e convivem. Podemos contribuir, pois as mudanças ocorrem nas práticas cotidianas.

Mas o que é, então, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN)?

Consideramos que a EAN representa um cuidado com o outro e com a alimentação que faz bem para a saúde das pessoas. É um ato educativo capaz de promover estratégias alimentares que favoreçam melhores condições de vida de modo a promover o Direito à Alimentação Humana Adequada.

A experiência coletiva na cultura nos ensina a comer, nos leva a incorporar novos gostos, que nos levam a novas experiências; essas experiências transformam nossas práticas de alimentação. A ideia de EAN é que essa transformação no comer seja orientada com autonomia, e não realizada de um modo alienado e mecanizado de comer. Sem perceber, a gente come “obrigado”, pela mídia e pelas modas, come sem saber mais o que a gente está comendo.

Um assistente social, um professor ou um profissional de saúde podem fazer EAN. O importante para isso é ter a clareza de que:



A. NÃO SE DEVE JULGAR A ALIMENTAÇÃO DAS PESSOAS. MAS SIM AJUDÁ-LAS A MELHORAR SUAS CONDIÇÕES DE VIDA. RESPEITANDO SUAS CULTURAS SEUS DIREITOS E O QUE ELAS DESEJAM.

B. VOCÊ, COMO EDUCADOR, PRECISA TAMBÉM SE EDUCAR, POIS SE ENTENDEMOS A EDUCAÇÃO COMO UM PROCESSO, ESTAMOS TODOS “EM CONSTRUÇÃO”. É O EXERCÍCIO DE VIVER E CONVIVER QUE EDUCA.

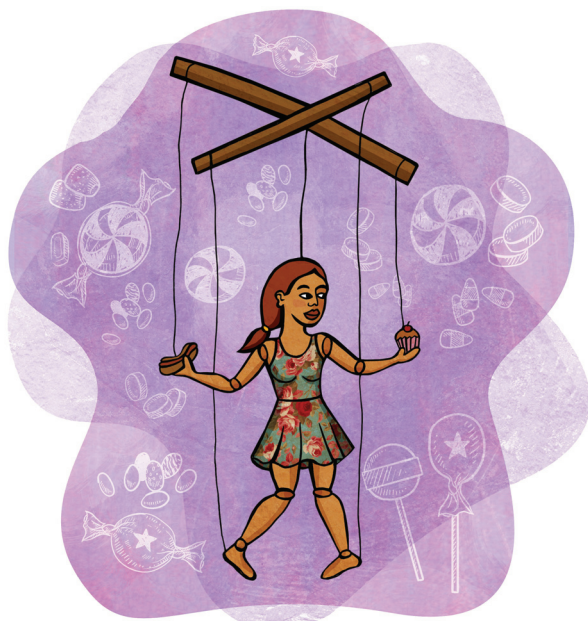


Defendemos uma EAN pensada como prática social, cuja origem e destino são a sociedade e a cultura em sua vida cotidiana.

A ideia é pensarmos as recomendações nutricionais, mas não radicalmente – e essa medida só você e sua equipe é que vão conseguir achar, observando e escutando o território e as pessoas; por isso, ela não está descrita neste texto.

A ideia é reforçarmos as emoções, as sensações e os elementos em torno do comer que nos deem informações para podermos fazer EAN. É assim que fazemos uma prática educativa realmente voltada para o público que queremos atingir com ela, respeitando seus contextos, relações sociais, idades etc.

Se agimos dessa forma, conseguimos trabalhar Educação Alimentar e Nutricional numa perspectiva de construção de autonomia, de diálogo, e não de um saber único aplicável a qualquer pessoa ou contexto. Assim, nossas análises e avaliações para tomada de decisões em EAN poderão evitar a violência simbólica, ou seja, aquela violência que não aparece de forma explícita, mas que obriga o sujeito oprimido a comer o que lhe impõem e agradecer submisso, alienado de seus direitos, e de sua potência de agir.



Você pode nunca ter se dado conta, mas impor uma alimentação, ainda que dentro das recomendações nutricionais, a uma família beneficiária do Programa Bolsa Família (PBF) pode representar uma violência simbólica. Do mesmo modo, uma merenda escolar estabelecida fora dos modelos culturais de um grupo ou aldeia também pode.

Nos dois casos, a imposição de um determinado alimento implica em retirar da pessoa o seu direito à escolha do que comer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste curso, você vem sendo convidado a olhar para o seu território, para as pessoas que o tornam vivo e dinâmico e para aquilo que constitui sua cultura. O objetivo de conhecer esse território é construir a ação de Educação Alimentar e Nutricional alinhada com a perspectiva que apresentamos aqui neste texto: do não julgamento, do respeito ao outro, à sua cultura e sua crença, de construção de autonomia.

Mantenha esse objetivo em mente ao longo do seu percurso e mais adiante voltaremos a conversar sobre como construir um plano de EAN.

REFERÊNCIA

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense. 1984



EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DA INTERSETORIALIDADE

Janine Giuberti Coutinho, Juliana Matoso Macedo, Michele Lessa de Oliveira, Luisete Moraes Bandeira, Patricia Chaves Gentil e Tatiana Guedes

Você provavelmente já ouviu falar em políticas públicas. Mas sabe o que elas são?

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidos pelo Estado, direta ou indiretamente, com a participação de

entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente, ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos de novos direitos das pessoas, comunidades, coisas e outros bens materiais ou imateriais (PEREIRA, 2008).

Dentre as políticas públicas, existem aquelas destinadas à proteção social. Elas têm como principal finalidade assegurar o exercício dos **direitos sociais** e concretizar a ação do Estado e da sociedade civil na prevenção e no enfrentamento da pobreza, das desigualdades e da vulnerabilidade social.

DIREITOS SOCIAIS

são aqueles que visam garantir o exercício dos direitos fundamentais por meio de proteção e garantias do Estado.

Pessoas em situação de vulnerabilidade podem ter os direitos sociais ameaçados, como, por exemplo, o direito humano à alimentação adequada (DHAA).

O DHAA está dentro do que conhecemos por direitos humanos. Direitos humanos são aqueles que os seres humanos possuem única e exclusivamente por terem nascido

e serem parte da espécie humana. São direitos inalienáveis, o que significa que não podem ser tirados por outros, nem podem ser cedidos voluntariamente por ninguém, e independem de legislação nacional, estadual ou municipal específica. Devem assegurar às pessoas condições básicas que lhes permitam levar uma vida digna, isto é, com acesso à liberdade, à igualdade, ao trabalho, à terra, à saúde, à moradia, à educação, à água e a alimentos de qualidade, entre outros requisitos essenciais (LEÃO; RECINE, 2011).



Para saber mais, sugerimos que você consulte o livro O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, publicado pela ABRANDH, em 2013 e disponível no endereço <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/publicacoes%20sisan/o-direito-humano-a-alimentacao-adequada-e-o-sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional> ou em <http://goo.gl/dhyn00>

As políticas de proteção social constituem um conjunto de ações estratégicas, planejadas e guiadas por diretrizes pactuadas pelo poder público e pela sociedade que visam a interesses comuns. Assim, devem ser elaboradas e implementadas:

- ➔ de maneira a gerar processos de empoderamento dos titulares de direito por meio da participação ativa e informada;
- ➔ para atender prioritariamente aos mais vulneráveis e promover a equidade;
- ➔ com processos eficientes e transparentes, havendo publicidade de processos e decisões;
- ➔ com a definição clara de responsabilidades em todas as esferas de governo;
- ➔ considerando a disponibilização de instrumentos de reclamação à realização dos direitos.



A partir desses princípios, a ação do poder público é analisada não apenas pelo seu resultado imediato, mas também por sua contribuição para gerar na população autonomia, participação e equidade, entre outros aspectos.

No que se refere à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), as políticas públicas são ações e estratégias do Estado brasileiro voltadas para garantir o direito humano à alimentação adequada (DHAA). Para isso, é necessário que as ações sejam planejadas, desenvolvidas, monitoradas e avaliadas, respeitando-se e adotando-se os princípios dos Direitos Humanos. A seguir, apresentamos um breve histórico de como essas ações e estratégias foram sendo constituídas.

Você viu os conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional e direito humano à alimentação adequada no texto “Compreendendo as condições de vida da população: os determinantes de segurança alimentar e nutricional”.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Embora existam registros de políticas públicas voltadas para a SAN desde a década de 1930, em 1993 o tema da Segurança Alimentar começa a ganhar espaço no debate das políticas públicas. Veja o esquema a seguir:

Ocorre a primeira Conferência Nacional com a participação de dois mil delegados.

1993

Criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e produzida uma primeira proposta de Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

1994

O Consea foi extinto e, em seu lugar, é criado o Conselho de Comunidade Solidária.

1995

Criação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN, no âmbito do Ministério da Saúde, recuperando os fundamentos da SAN e do DHAA, mantendo aberto, ainda que setorialmente, o debate acerca das proposições oriundas da I CNSAN. Também o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar, articulação da sociedade civil, mantém o tema da SAN na agenda pública.

Lançada a “Estratégia Fome Zero”, retomando o processo de construção das políticas públicas em SAN. O CONSFA foi novamente implantado e, desde então, vem exercendo um papel fundamental na mobilização da sociedade, por meio da realização de encontros e conferências, na construção e conquista de marcos legais e na assessoria direta ao Presidente da República.

2003

Sancionada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – Losan, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan.

Acontece a III CNSAN, da qual participaram 2.100 pessoas e que, dentre outras questões, define diretrizes para a construção da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

2006

2007



A Política Nacional de Alimentação e Nutrição tem como propósito a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição (BRASIL, 2012a). Para conhecer a política, acesse <http://goo.gl/rz7kAU>.



O SISTEMA E A POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Para garantir a coordenação das diversas ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e dos responsáveis por sua realização, a Losan instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), um sistema público legalmente instituído pela Lei n. 11.346/2006, conhecida como

Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan). O Sisan reúne diversos setores do governo e da sociedade civil, com o propósito de promover, em todo o território nacional, o DHAA (BRASIL, 2010).

O Sisan está baseado em dois importantes princípios, que são a **participação social** e a **intersetorialidade**, e abriga em seu marco legal as institucionalidades que visam garantir esses princípios. Tem por objetivo elaborar e articular políticas de Segurança Alimentar e Nutricional em âmbito nacional, estadual e municipal, bem como monitorar e avaliar as mudanças que ocorreram na situação de alimentação e nutrição. A finalidade desse monitoramento e avaliação é a de analisar o impacto dos programas e ações de segurança alimentar e nutricional sobre a população para a qual se destinava a política (BRASIL, 2010).

Contemporaneamente, o tema da intersectorialidade aparece por meio de distintas abordagens. No campo da gestão pública e das políticas públicas, a intersectorialidade aparece como possibilidade de superação das práticas isoladas ou sobrepostas de cada área na relação com os cidadãos (TUMELERO, 2013).

No Estado brasileiro – democrático e de direito –, afirmado pela Constituição Federal de 1988, o **indicativo de ações governamentais integradas intersectorial e interinstitucionalmente** constitui diretriz para várias políticas públicas destinadas a assegurar direitos. Apesar disso, as práticas intersectoriais ainda aparecem como processos inovadores.

No Estado de direito existe a compreensão de que as dificuldades encontradas pela sociedade na resolução de suas necessidades serão assumidas coletivamente, com supremacia da responsabilidade de cobertura do Estado, que deverá criar um sistema institucional capaz de dar conta dessas demandas. E, pelas próprias características das necessidades e problemáticas sociais, que são “complexas e multidimensionais”, seus enfrentamentos não podem ocorrer exclusivamente sob a perspectiva setorializada, mas por meio da intersectorialidade.

INTERSETORIAIS

são ações que envolvem diferentes setores. Esse conceito será explorado no texto “Intersetorialidade e o Programa Bolsa Família”.

INTERINSTITUCIONAL

caráter das ações que envolvem diferentes instituições, que podem ou não representar diferentes setores.

Assim, os órgãos governamentais dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e as organizações da sociedade civil devem atuar conjuntamente na formulação e implementação de programas e ações que constituem a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

As diretrizes do Sisan estão explícitas na Política Nacional de SAN (PNSAN), instituída pelo Decreto n. 7.272/2010 (BRASIL, 2010). Essa política organiza as ações intersetoriais de garantia de:

- acesso ao alimento, à terra urbana e rural, ao território e aos bens da natureza, incluindo as sementes;
- fortalecimento da agricultura familiar;
- acesso à água para consumo e produção de alimentos;
- acesso aos serviços públicos adequados de saúde, educação, entre outros;
- ações de prevenção e controle da obesidade e da produção orgânica e agroecológica;
- proteção dos sistemas agroextrativistas;
- ações específicas para povos indígenas, populações negras e povos e comunidades tradicionais.

Quando tratamos da intersetorialidade, é importante pontuar que uma limitação é a estrutura segmentada dos governos em saberes e conhecimentos setorializados e especializados. Isso tem efeitos sobre os usuários dos serviços públicos, os quais, embora sejam integrantes de uma realidade de múltiplas determinações, convivem com os problemas dessa segmentação.

O campo de Segurança Alimentar e Nutricional tenta vencer esses desafios da intersetorialidade por meio do diálogo e da articulação permanentes entre os diversos sujeitos e setores sociais. Ambos são portadores de saberes, poderes políticos e interesses distintos que integram a agenda de SAN, tanto nos conselhos (Consea), como nas câmaras de governo intersetoriais, objetivando o alcance da SAN. O exercício da intersetorialidade se configura por ações e decisões compartilhadas, tanto no que diz respeito à identificação de necessidades, como no planejamento e na avaliação das políticas públicas.

Conseas são Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, compostos de representantes da sociedade civil (2/3) e representantes governamentais (1/3). Os Conselhos têm como principais atribuições:

- propor as diretrizes e prioridades da Política e do Plano de SAN, considerando as deliberações das conferências nacionais de SAN;
- monitorar e acompanhar a implementação e convergência das ações inerentes à política e ao plano de SAN;
- mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e implementação de ações públicas de SAN.

Caisans são as câmaras de governo intersetoriais de SAN e têm como principais atribuições:

- elaboração e monitoramento da Política e do Plano de SAN;
- interlocução e pactuação com os órgãos e entidades do Governo Federal sobre a gestão e a integração dos programas e ações do Plansan;
- apresentação ao Conseade relatórios e informações necessários ao acompanhamento e monitoramento.

A partir das diretrizes da PNSAN, em 2011, o governo brasileiro elaborou o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Plansan 2012-2015

(CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2011) que estabelece metas para o atendimento progressivo do DHAA. Esse plano também reúne diversas iniciativas do Governo Federal, consolidando-se como um instrumento de monitoramento das metas para o conjunto de ações voltadas para a Segurança Alimentar e Nutricional da população. O Programa Bolsa Família faz parte do Plano como um dos programas da Diretriz 1 da Política: **Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.**

Atualmente, um dos principais desafios do Sisan é a adesão dos municípios (por conta da dificuldade de articulação de diversos atores) e a consequente elaboração de seus Planos de Segurança Alimentar e Nutricional, o que aperfeiçoará e tornará mais eficiente as estratégias públicas para respeitar, promover, proteger e prover o direito humano à alimentação adequada (DHAA). E a exigibilidade desse direito precisa ser adotada como elemento fundamental para a consolidação do Sisan e a implementação da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar

e Nutricional. Um direito não é nada, se não pode ser reclamado e exigido.

Outra diretriz da Política refere-se à “Instituição de processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada” (BRASIL, 2012b). Tal diretriz reconhece a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como um campo de ação da SAN, considerada como uma estratégia fundamental para a prevenção e o controle dos problemas alimentares e nutricionais contemporâneos, ou seja, é uma estratégia que visa à garantia do DHAA.

PARA REFLETIR

Como a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional vem sendo implantada no seu território? Você identifica a realização de ações de Educação Alimentar e Nutricional? Como essas ações acontecem?

Um avanço importante dessa diretriz foi a elaboração, em 2012, do **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas** (BRASIL, 2012b). Esse Marco tem o objetivo de promover um campo comum

de reflexão e orientação da prática, no conjunto de iniciativas de EAN, que tenha origem, principalmente, na ação pública, e que contemple os diversos setores vinculados ao processo de produção, distribuição, abastecimento e consumo de alimentos.

O Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas é fruto de uma construção intersetorial e participativa de cidadãos, profissionais, gestores, representantes da sociedade civil, professores e acadêmicos que se dedicam ao tema.

No marco das políticas públicas, a Educação Alimentar e Nutricional pode ocorrer em diversos setores, observando-se os princípios do Sisan, do Sistema Único da Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistencial Social (Suas) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Para que a EAN se torne cada vez mais um instrumento de SAN nas políticas públicas, faz-se necessário a institucionalização das ações de EAN. Essas ações devem conseguir interferir no **ciclo intergeracional da pobreza**, sendo mais um fator de seu rompimento. A agenda de educação alimentar e

nutricional deve ser trazida para fóruns de discussão intersetoriais, como as Câmaras de Segurança Alimentar e Nutricional e os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, favorecendo o permanente diálogo entre os diversos setores, de forma a estabelecer compromissos e agendas compartilhadas (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2010, 2011).

CICLO INTERGERACIONAL DA POBREZA

é um fenômeno complexo, que envolve fatores econômicos e sociais, que mantém uma família em um círculo vicioso de pobreza, que se reproduz de pais para filhos.

Além disso, fazem-se necessárias parcerias com programas que focalizam um público em situação de pobreza e extrema pobreza, em territórios com taxas de insegurança alimentar grave, como é o caso do público do Programa Bolsa Família (PBF). É necessário e estratégico trabalhar com esse público, na medida em que seu acesso aos direitos e serviços básicos, que são constitucionais, foi historicamente restrito e existe uma dívida para com essa parcela da população.

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família é uma das mais importantes iniciativas atualmente instituídas para proteger pessoas em

situação de pobreza, vulnerabilidade e risco social. Foi criado pelo Governo Federal em 2003, por meio da Medida Provisória n. 132, posteriormente convertida na Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. É um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que visa melhorar as condições de vida das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza do Brasil (BRASIL, 2013).

PARA REFLETIR

Como o PBF impactou as condições de vida da população do seu território?

As famílias que participam do PBF recebem, todo mês, recursos financeiros diretamente do Governo Federal. Ao participarem do Bolsa Família, cumprem compromissos nas áreas de saúde e educação. Na verdade, essas contrapartidas são simplesmente o exercício de seus direitos sociais.

O Bolsa Família, fundamentado nas diretrizes definidas na Constituição de 1988, estruturou-se com base nos seguintes princípios:

- enfrentamento da pobreza e da desigualdade social;
- proteção social não contributiva (conjunto de estratégias públicas que buscam assegurar aos brasileiros o livre acesso a serviços,

programas, projetos e benefícios, independentemente de qualquer contribuição ou pagamento direto para a previdência ou para o seguro social; isto é, não é exigido pagamento específico para se ter direito a um serviço ou a um benefício social não contributivo);

- proteção social à família (o Estado precisa apoiar a capacidade da família de atuar na assistência e no cuidado de seus componentes, levando em consideração que as famílias apresentam contextos e necessidades distintos);
- intersetorialidade;
- gestão descentralizada;
- inclusão social.

O Programa Bolsa Família estrutura-se por meio de três dimensões, que, pensadas de forma articulada, contribuem para a superação do ciclo de reprodução da pobreza nas famílias, de uma geração para outra. Para cada dimensão há uma ação relacionada (BRASIL, 2013).

A primeira dimensão é a transferência direta de renda, sem intermediações de qualquer natureza. Ela é fundamental no Programa, na medida em que auxilia rapidamente as famílias em situação de vulnerabilidade e pobreza.

No entanto, reduzir o PBF apenas à

primeira dimensão é diminuir o seu potencial e os seus objetivos.

A segunda dimensão é o cumprimento de condicionalidades, que deve ser entendido como um compromisso assumido pelas famílias e pelo poder público. O acesso aos serviços de saúde e de educação é um direito básico e condição fundamental para permitir o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza, ou seja, da manutenção da condição de pobreza de uma geração a outra. Por exemplo, crianças que cumprem as condicionalidades do PBF, ao ter acesso aos serviços de saúde e educação, poderão ter melhores condições de vida que seus pais.



As condicionalidades do PBF são as seguintes:

➔ **Condicionalidades na área de educação**

- ⦿ matricular as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos nas escolas;
- ⦿ garantir a frequência mínima de 85% nas aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75% para jovens de 16 e 17 anos;
- ⦿ informar à escola quando o aluno precisar faltar à aula e explicar o motivo da ausência.

➔ **Condicionalidades na área de saúde**

- ⦿ Para as grávidas e as mulheres que estiverem amamentando:
 - fazer os exames antes do nascimento do bebê (pré-natal);
 - ir às consultas no posto de saúde mais próximo de sua casa, com o cartão da gestante, de acordo com o calendário estabelecido pelo Ministério da Saúde (MS);
 - é aconselhável que participem de atividades educativas oferecidas pelas equipes de saúde sobre o aleitamento materno e a promoção da alimentação saudável.
- ⦿ Para os responsáveis por crianças menores de 7 anos:
 - levar as crianças aos locais de campanhas de vacinação;
 - manter atualizado o calendário de vacinação, de acordo com as instruções do MS;

- levar as crianças ao posto de saúde, com o cartão de saúde da criança, para acompanhamento do seu crescimento e desenvolvimento, entre outras ações, conforme o calendário estipulado pelo MS.

As ações complementares às condicionalidades, relacionadas à terceira dimensão do PBF, têm como objetivo gerar oportunidades para auxiliar as famílias no rompimento intergeracional da pobreza e de situações de vulnerabilidade social em que se encontram. Para tanto, são necessárias, e já se encontram em curso, ações que garantem o acesso a políticas públicas estruturantes, como (BRASIL, 2013):

- ➔ Educação: associada às condicionalidades, a educação integral, por meio do Programa Mais Educação, traz uma ruptura dos formatos curriculares, integrando as disciplinas: Acompanhamento Pedagógico; Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; Esporte e Lazer; Educação em Direitos Humanos; Cultura, Arte e Educação Patrimonial; Cultura Digital; Prevenção e Promoção da Saúde; Comunicação e Uso de Mídias; Investigação no Campo das Ciências da Natureza e Educação Econômica/Economia Criativa. O macrocampo Acompanhamento Pedagógico é obrigatório.

- Saúde: associada às condicionalidades, o Programa Saúde na Escola traz ações que garantem o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens no sentido de promoção da saúde.
- Segurança Alimentar e Nutricional: articulação com a área de Educação Alimentar e Nutricional, além de outras afetas ao tema que visem contribuir para a garantia do direito humano à alimentação adequada.

PARA REFLETIR

No seu território, os equipamentos de saúde, educação e assistência favorecem o cumprimento das condicionalidades? Como você os avalia, levando em consideração a quebra do ciclo intergeracional da pobreza?

Você identifica ações complementares (ligadas à terceira dimensão do PBF) no seu território? Quais? Você teria sugestão de mais ações a serem realizadas?

A situação de vulnerabilidade social de um indivíduo ou de uma família está relacionada à sua exposição aos riscos e à sua capacidade de enfrentá-los. Essa situação pode ser momentânea, como no caso de famílias vitimadas por enchentes ou por longos períodos de seca. Também podem ser situações mais duradouras,

a exemplo de famílias que vivem em localidades com alto grau de violência e com dificuldades de inserção dos adultos no mercado de trabalho.

As ações complementares às condicionalidades podem ser promovidas por todas as esferas do poder público: Governo Federal, estados, Distrito Federal e municípios, bem como por grupos organizados da sociedade civil.

Como você já viu, o termo vulnerabilidade social está relacionado diretamente ao conceito de riscos.

No campo da proteção social, entende-se o termo risco como uma variedade de situações que englobam:

1. Riscos naturais: desabamentos, enchentes, secas.
2. Riscos de saúde: doenças, deficiências, acidentes.
3. Riscos ligados ao ciclo da vida: nascimento, maternidade, velhice, morte.
4. Riscos sociais: violência doméstica, gangues, crime.
5. Riscos econômicos: desemprego, financeiros, choques de mercado.
6. Riscos ambientais: poluição, desmatamento.
7. Riscos políticos: discriminação, revoltas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil apresentou importantes avanços nas políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional entre a promulgação da Constituição Federal de 1988 e os dias atuais. O número de crianças desnutridas vem diminuindo progressivamente.

Contudo, esforços ainda precisam ser implementados no sentido de ampliar as ações de enfrentamento da insegurança alimentar, principalmente em relação à obesidade e ao sobrepeso em crianças e na população em geral.

Portanto, persistem desafios históricos para a realização do direito humano à alimentação adequada no país, como a concentração de terra, as desigualdades (de renda, étnica, racial e de gênero), a insegurança alimentar e nutricional dos povos indígenas e

comunidades tradicionais, entre outros. Além disso, novos desafios emergiram na sociedade brasileira: o Brasil é o maior comprador de agrotóxicos do mundo; existe um risco ainda não mensurável com a liberação das sementes transgênicas; instalou-se uma epidemia da obesidade; e houve o aumento do consumo de alimentos com alto teor de sal, gordura e açúcar, com o preocupante aumento do consumo de bebidas adoçadas e refeições prontas, e redução de alimentos como arroz, feijão, peixe, frutas e hortaliças, entre outros alimentos saudáveis (BRASIL, 2010).

As diferentes condições de vida possibilitam que os problemas de saúde e nutrição sejam enfrentados de forma diferenciada pelas famílias. A dinâmica dos “mesmos” problemas de saúde e nutrição (como obesidade, diabetes, hipertensão, anemia, entre outros) é muito distinta, se pensarmos nas diferenças de renda, de acesso a bens, serviços e políticas públicas que afetam as famílias brasileiras.

E, mesmo considerando um contexto de pobreza ou extrema pobreza, o enfrentamento dos problemas nutricionais não é o mesmo no sul e no norte do país. Por isso a enorme importância de você aprofundar o conhecimento que tem sobre seu

território antes de agir, como vem fazendo ao longo das atividades do curso.

Em outras palavras, da mesma forma que a pobreza é condicionada por múltiplos fatores de diversas ordens (política, econômica, cultural, psicossocial, simbólica), as práticas alimentares também o são. Portanto, para alterar de forma efetiva esse quadro, cabe compreender todos esses aspectos e suas interações e pensar como enfrentá-lo de forma integrada, sendo a perspectiva intersetorial das políticas públicas essencial para esse olhar diferenciado e integrado diante de uma demanda social, cultural ou política.

REFERÊNCIAS

- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. *Dicionário de termos técnicos da assistência social*. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=i&rc=t=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=OCE8QFjAB&url=http%3A%2F%2Fportalpbh.pbh.gov.br%2Fpbh%2Fecp%2Ffiles.do%3Fevento%3Ddownload%26urlArqPlc%3Ddicionariosm.aas.pdf&ei=QjXFT9GjOYGg8gSKu9GwCw&usg=AFQjCNFHayX519yUyFzxx_tdZ2WCHF3GA>. Acesso em: 14 jan. 2014.
- BRASIL. Decreto n. 7.272 de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 ago. 2010. Seção 1, p.6.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Alimentação e Nutrição*. Brasília, DF, 2012a.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Manual de gestão do Programa Bolsa Família*. Brasília, DF, 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas*. Brasília, DF, 2012b.
- CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015*. Brasília, DF, 2011.
- CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Subsídio para balanço das ações governamentais de segurança alimentar e nutricional e da implantação do sistema nacional*. Brasília, DF, 2009.
- CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Brasil). *Documento de referência da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília, DF, 2011.
- CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Brasil). *A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais*. Brasília, DF, 2010.
- LEÃO, M. M.; RECINE, E. O direito humano à alimentação adequada. In: TADDEI, J. A. et al. *Nutrição em saúde pública*. São Paulo: Rubio, 2011. p. 471-488.
- PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. et al. *Política social no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2008.
- TUMELERO, S. M. *Intersetorialidade nas políticas públicas*. [Curitiba: UFPR, 2013]. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/sites/default/files/TUMELERO_SILVANA%20Intersetorialidade_Cong_Chile.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2014.



INTERSETORIALIDADE E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Ângela Virginia Coelho, Luciene Burlandy, Milena Nogueira Ferreira e Rosana Magalhães

Nos últimos anos as condições socioeconômicas e de saúde da população brasileira passaram por transformações importantes. Boa parte dessas mudanças envolveu a redução dos níveis de **desigualdade de renda**, dentre outros fatores. Estudos recentes do IBGE demonstram que no período entre 2001 e 2009 houve uma redução na desigualdade de renda no Brasil, observada a partir da razão entre a renda *per capita* dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres.

DESIGUALDADE DE RENDA

Segundo o IBGE (2010) é a razão entre a renda familiar dos mais ricos em relação à renda familiar dos mais pobres de uma determinada população.

A renda é um fator importante para compreendermos a situação de vulnerabilidade vivenciada por segmentos da população brasileira, uma vez que o acesso à renda possibilita o acesso a vários bens de consumo. Outros fatores também condicionam esse quadro, como o acesso a serviços públicos de saúde, habitação, transporte, educação, assistência social, dentre outros.



*Para aprofundar a reflexão sobre a pobreza e a fome no Brasil assista ao filme: **Garapa**, de José Padilha que se encontra no CD do curso. O filme acompanha três famílias cearenses: uma que vive na periferia de Fortaleza, uma família do interior, na cidade de Choró, e uma família da região rural.*



O Brasil não é considerado um país pobre do ponto de vista do montante de riquezas produzidas nacionalmente, mas ainda é considerado um dos países mais desiguais do mundo. Tal situação persiste, ainda que em menor intensidade, sendo uma de suas faces as diferenças socioeconômicas existentes entre as regiões do país, principalmente entre o Nordeste e o Sudeste.

Esse cenário aponta para a vulnerabilidade social em que se encontra uma parcela da população e para pensarmos a capacidade do Estado

de desenvolver, implementar e gerenciar políticas capazes de interferir no ciclo intergeracional da pobreza, trazendo repercussões na renda e nas múltiplas determinações da condição de vida da população.



PARA REFLETIR

Você identifica áreas e grupos mais vulneráveis em seu território-base? Em caso positivo, quais são os principais fatores que contribuem para essa realidade?



É papel do Estado interferir de forma a quebrar o ciclo intergeracional da pobreza; e o enfrentamento dessa situação não pode ser estanque, mas sim por meio de ações articuladas entre os diversos setores governamentais que podem interferir nos determinantes desse quadro. Assim, a intersetorialidade aparece como uma articulação estratégica para a construção e a sustentação de redes de colaboração social e multiplicação de esforços, sobretudo diante das questões sociais complexas e de temas que são transversais a mais de uma política setorial como é o caso da desigualdade, da pobreza e da fome.

Mas você de fato sabe o que é articulação intersetorial, intersetorialidade, ações intersetoriais?

INTERSETORIALIDADE

As ações intersetoriais são construídas entre pessoas que atuam em setores diferentes da sociedade, em torno de um objetivo comum. Isso ocorre no dia a dia a partir de debates, conflitos e acordos desenvolvidos entre atores e setores diretamente envolvidos. Para se alcançar objetivos e resultados comuns serão fundamentais:

- ➔ a articulação dos participantes em torno de uma coordenação;
- ➔ um planejamento integrado, de preferência construído coletivamente;
- ➔ orçamento próprio;
- ➔ sistemas integrados de informação e de avaliação.

O desenvolvimento de ações intersetoriais demanda principalmente envolvimento, empenho, liderança, capacidade de negociação e de flexibilidade. Do ponto de vista conceitual, a intersectorialidade pode ser analisada a partir de distintos fundamentos; dentre eles, destacam-se o político e o técnico.

Da perspectiva política, significa integração entre os diferentes setores do governo e sociedade, contribuindo para o planejamento e a execução de ações mais amplas das políticas públicas.

Ou seja, os fundamentos políticos estariam mais voltados à discussão sobre como fazer políticas mais adequadas para dar conta de problemas complexos, como a insegurança alimentar e nutricional.

A intersectorialidade também pode acontecer quando atores sociais, lideranças, pesquisadores e técnicos são agrupados em torno de ações e projetos, reconhecendo o território de maneira integrada, e não dividido por setores. Esse tipo de organização pode gerar conflito entre aqueles que preferem manter as divisões setoriais anteriores.

O fundamento técnico da intersectorialidade considera que para o desenvolvimento desse tipo de ação será necessário envolver conhecimentos técnicos e expertises de diferentes setores públicos e da sociedade.

A INTERSETORIALIDADE DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Considerando as diferentes dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional, as iniciativas e políticas para sua garantia devem conter ações que contemplem tanto o componente alimentar (disponibilidade, produção, comercialização e acesso aos alimentos), como o componente nutricional

(relacionado às práticas alimentares e à utilização biológica dos alimentos). Para tanto, é necessária a mobilização de diferentes setores da sociedade (tais como agricultura, abastecimento, educação, saúde, desenvolvimento e assistência social, trabalho) para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

Os fatores que determinam a alimentação e os hábitos alimentares são muitos e de diferentes naturezas (econômica, psicossocial, ética, política, cultural). Escolhemos o que comemos de acordo com nosso gosto individual; com a cultura em que estamos inseridos; com a qualidade e o preço dos alimentos; com quem compartilhamos nossas refeições (em grupo, em família ou sozinhos); com o tempo que temos disponível; com convicções éticas e políticas (como, por exemplo, algumas pessoas vegetarianas defensoras dos animais e do meio ambiente), entre outros aspectos. Cada um desses fatores pode promover a segurança alimentar e nutricional, ou dificultar o seu alcance, para determinada população.

Por exemplo, se o preço dos alimentos (ou de grupos de alimentos) aumenta muito e a renda da população não acompanha o aumento, as famílias, principalmente as de baixa renda,

possivelmente diminuirão a quantidade e/ou a qualidade dos alimentos adquiridos. No caso dessas famílias, que usam parte significativa de seu orçamento para a compra de alimentos, tais variações de preço podem gerar insegurança alimentar entre seus membros.

De maneira semelhante, se os alimentos ricos em açúcar, gordura e sal forem muito mais baratos e acessíveis do que alimentos integrais, frutas e verduras, a tendência é que seu consumo cresça, provocando o aumento do excesso de peso e de doenças a ele associadas. Tal situação pode se agravar se a diferença de preço for acompanhada de propaganda e publicidade excessivas de alimentos industrializados, se as opções de alimentação saudável fora de casa forem escassas e se as pessoas não tiverem tempo suficiente para se alimentar de maneira adequada. Todos esses fatores podem ser observados em nossa realidade, o que, somado ao sedentarismo de parcela expressiva da população, explica, em grande parte, o aumento do excesso de peso e das doenças crônicas no Brasil, consideradas face da insegurança alimentar.

Esses exemplos demonstram que nossa alimentação é multideterminada e que, portanto, as ações e políticas para promover uma alimentação adequada

e saudável a todos, que inclua as dimensões e os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional, devem incidir sobre diversas áreas e setores da sociedade.

Vamos, agora, considerar outros fatores que influenciam o consumo alimentar. Por exemplo, o que determina o preço dos alimentos? Podemos pensar em muitos determinantes, desde a economia e o mercado internacional até as alterações climáticas, custos de produção e processamento.

Para simplificar, utilizaremos como exemplo o preço de frutas e hortaliças e consideraremos apenas seu custo de produção, transporte e comercialização. Pensando nesses aspectos, temos como fatores influenciadores as condições dos agricultores para produção, as distâncias percorridas e a quantidade de “atravessadores” pelos quais os alimentos devem passar até chegarem às prateleiras de mercados, feiras e hortifrúteis. Quanto maior o custo para sua produção, a distância percorrida e o número de pessoas que o comercializa até o consumidor final, maior será o preço do alimento. Assim como serão maiores o desperdício, a perda da qualidade e a poluição gerada no processo.



Dessa forma, ações e políticas de incentivo à produção de frutas e hortaliças regionais em áreas urbanas, periurbanas, ou em áreas rurais perto das cidades podem melhorar o preço e a qualidade desses alimentos, de modo a incentivar o maior consumo desses gêneros por parte da população local. Estratégias nesse sentido podem ainda reduzir o desperdício de alimentos e a poluição causados pelo seu transporte em longas distâncias. Combinadas às políticas de compra pública de alimentos – em que o Estado os adquire diretamente dos produtores para sua utilização em escolas, hospitais, creches, abrigos e

asilos –, tais estratégias podem promover, também, condições dignas de trabalho e de vida no meio rural, além de aumentar o consumo de frutas e hortaliças pelo público atendido.

Ainda como forma de incentivo ao consumo de frutas e hortaliças, podemos pensar em programas e campanhas com esse fim, além de **ações de Educação Alimentar e Nutricional em diversas instituições públicas**, bem como ações de regulamentação da publicidade excessiva de alimentos industrializados. Tal conjunto de iniciativas integradas – desde o incentivo à produção até o consumo desses alimentos – poderia promover não apenas uma alimentação mais saudável, como processos de produção e comercialização de alimentos mais justos – social e economicamente –, mais sustentáveis e com maior valorização da cultura e dos alimentos locais.

Esse é apenas um exemplo de como as ações em Segurança Alimentar e Nutricional são amplas e devem contemplar diversos setores (agricultura, abastecimento, saúde, educação, desenvolvimento e assistência social, entre outros) de forma articulada. A essa característica chamamos intersetorialidade.

A Segurança Alimentar e Nutricional é uma temática e um objetivo essencialmente intersetorial. Isso significa dizer que cada setor ligado a ela deve desenvolver ações para sua promoção. Significa, também, que esses diferentes setores devem trabalhar de maneira interligada e articulada para potencializar suas ações. Além disso, é importante que algumas políticas estratégicas sejam construídas e geridas por vários setores em conjunto.

Assim, ainda que não seja um princípio de simples execução, a intersetorialidade deve ser um objetivo conjunto de diversos setores, tanto do governo como da sociedade civil, e um valor de fundamental importância para o êxito de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

A EAN é um campo de ação da Segurança Alimentar e Nutricional e da Promoção da Saúde considerado como uma estratégia fundamental para a prevenção e o controle dos problemas alimentares e nutricionais contemporâneos, ou seja, é uma estratégia que visa à garantia do DHAA.

Outro exemplo de intersetorialidade que você vê no seu cotidiano de trabalho é o Programa Bolsa Família.

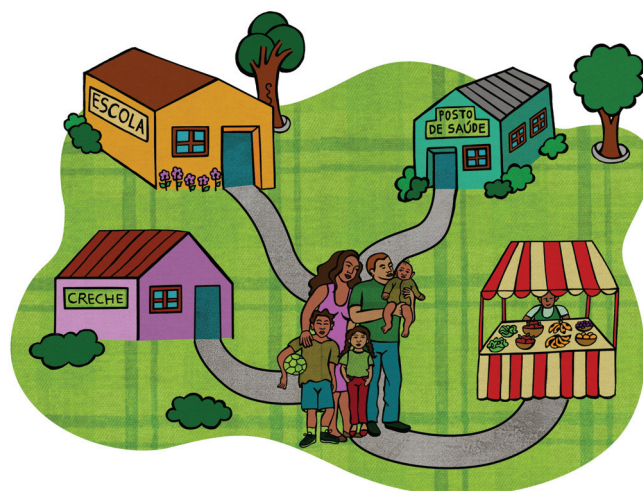
A INTERSETORIALIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

No Brasil, historicamente, diversos programas, políticas e intervenções foram implementados para atender famílias em situação de vulnerabilidade social, especialmente caracterizadas como famílias mais pobres, que em geral utilizam o critério de renda.

Como você viu no texto “A Educação Alimentar e Nutricional no contexto das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e da Intersetorialidade”, dentre as principais inovações institucionais recentes no país, temos o Programa Bolsa Família (PBF), um programa de transferência condicionada de renda que foi criado pelo governo federal no ano de 2003.

O critério para a inscrição das famílias no PBF é a renda *per capita* mensal, ou seja: a renda de toda a família dividida pelo número total de pessoas que fazem parte dela, inclusive crianças, adolescentes, bebês e idosos. Para que as famílias tenham acesso ao Programa, devem se inscrever no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), em um Centro de Referência da Assistência Social (Cras) próximo de sua residência, ou em outros equipamentos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento/ Assistência Social, respeitando as possibilidades e a estrutura local.

A partir do ano de 2011 o PBF passou a fazer parte do Plano Brasil sem Miséria, que tem como objetivo articular políticas, programas e iniciativas voltadas à superação da extrema pobreza no país. Essa articulação pode ser bem visualizada por meio das condicionalidades (compromissos) que um beneficiário do PBF deve atender, bem como pelas ações complementares que são proporcionadas a eles.



Você viu as condicionalidades do Programa Bolsa Família no texto “A Educação Alimentar e Nutricional no contexto das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e da Intersetorialidade”. As condicionalidades são monitoradas por meio dos sistemas de informação relacionados ao PBF, conforme você viu no texto “Outra maneira de conhecer seu território”.

Analisando as condicionalidades sob a perspectiva dos direitos, alguns autores se posicionam contrariamente à exigência de contrapartidas. Para Menezes e Santarelli (2012), a única condição para a permanência no Programa deveria ser a situação socioeconômica em que os beneficiários se encontram. Ainda que as condicionalidades possam representar, para os gestores do Programa, mecanismos indutores de investimento das famílias na saúde e educação de seus membros, incentivando a expansão e a melhoria da oferta, a precariedade dos serviços públicos ofertados pode comprometer esse processo. Tal situação provocaria desestímulo e dificuldades dos beneficiários em cumprir com as obrigações impostas pelas condicionalidades. Nessa perspectiva, a responsabilidade pelo cumprimento das contrapartidas deveria ser atribuída principalmente aos organismos governamentais.

PARA REFLETIR

Quais são as responsabilidades do Estado (seja no nível federal, estadual ou municipal) para possibilitar o cumprimento das condicionalidades? De que forma a intersetorialidade poderia colaborar com esse processo?

No que se refere às ações complementares à transferência condicionada de renda, é possível verificar que a partir da criação do Plano Brasil sem Miséria o PBF teve seu universo de beneficiários e ações ampliados. Destacamos como principais avanços:

- o aumento do valor do benefício variável e sua ampliação para gestantes e nutrízes;
- a ampliação do benefício, de três, para cinco filhos;
- a criação da Ação Brasil Carinhoso, voltada para a primeira infância, uma articulação entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Saúde (MS), além das parcerias dos governos estaduais e municipais e do envolvimento de toda a sociedade;
- a oferta de cursos técnicos profissionalizantes por meio do Programa Nacional do Ensino Técnico (Pronatec), uma articulação entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC).

No quadro a seguir apresentamos uma síntese das principais estratégias e programas federais articulados com o PBF que atuam no sentido de promover ações intersetoriais.

QUADRO 1 – ESTRATÉGIAS E PROGRAMAS FEDERAIS COM INTERFACE COM O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL (EAN)

ESTRATÉGIAS E PROGRAMAS FEDERAIS COM INTERFACE COM O PBF E A EAN PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) HTTP://WWW.MDS.GOV.BR/BOLSAFAMILIA	
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia Nacional para Alimentação Complementar Saudável (Enpacs) http://nutricao.saude.gov.br/sistemas/enpacs • Atenção Nutricional à Desnutrição Infantil (Andi) http://dab.saude.gov.br/sistemas/andi/ • Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A http://nutricao.saude.gov.br/vita.php • Programa Nacional de Suplementação de Ferro http://nutricao.saude.gov.br/ferro.php • Programa Nacional para Prevenção e Controle dos Distúrbios por Deficiência de Iodo (Pró-Iodo) http://nutricao.saude.gov.br/iodo.php • Saúde da Família e Núcleo de Apoio à Saúde da Família http://dab.saude.gov.br/atencaobasica.php
Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar • Programa Mais Educação http://portal.mec.gov.br/index.php?itemid=86&id=12372&option=com_content&view=article/
Desenvolvimento social	<ul style="list-style-type: none"> • Rede de equipamentos públicos de apoio a produção, abastecimento e consumo de alimentos http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/sistemas-publicos-agroalimentares/rede-de-equipamentos • Agricultura urbana e periurbana http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/sistemas-publicos-agroalimentares/agricultura-urbana-e-periurbana • Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar • Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/protecao-e-atendimento-integral-a-familia-paif/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-paif
<p>Programa de Saúde na Escola (PSE) Na saúde: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/area.cfm?id_area=1828 Na educação: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16796&Itemid=1128</p>	

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Os estudos regionais realizados sobre o Programa Bolsa Família no início de sua implantação, que buscaram investigar os impactos da transferência de renda para a diminuição da pobreza, mostraram que os valores de transferência de renda foram pouco significativos para permitir a inclusão social da maior parte das famílias que se encontram em situação de extrema pobreza (SENNA et al., 2007; SILVA, 2007). Por outro lado, revelam que houve um aumento dos gastos domiciliares das famílias beneficiárias, sobretudo com alimentos, principalmente na Região Nordeste (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL, 2007).

Estudos que avaliam os impactos do PBF sobre a pobreza e a desigualdade usando com referência o **coeficiente de Gini** identificaram que o Programa foi responsável por 16% da queda global da desigualdade no Brasil na primeira década deste século (entre 1999 e 2009), mas que, junto com o Programa, também contribuíram para esse resultado: o aumento do emprego, dos salários e da cobertura da Previdência Social e, conseqüentemente, dos programas e benefícios vinculados. O Bolsa Família foi responsável por 17% da queda da pobreza

e por 40% da queda da pobreza extrema no período avaliado (SOARES et al. 2010).

O COEFICIENTE DE GINI

mede o grau de desigualdade da distribuição da renda domiciliar *per capita* entre os indivíduos. O valor pode variar de zero, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade).

Fonte: http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/indicadores/disoc_rdcg/indicadorview

Estudos mais recentes priorizaram investigar o aumento do acesso das famílias atendidas pelo PBF aos serviços públicos em saúde e educação, mostrando que essa rede precisa ser ampliada, quantitativa e qualitativamente, para atender as necessidades da população (SILVA, 2007; FERREIRA, 2009; MAGALHÃES et al., 2011; SANTOS, MAGALHÃES, 2012). Esses resultados nos levam a pensar sobre o papel que as condicionalidades previstas para o acesso das famílias ao programa tem desempenhado no fomento das ações pelos serviços públicos, bem como no incentivo à ação intersectorial no âmbito das três esferas de governo.

O PBF, com estratégia de capilaridade para a geração de emprego e renda em seus primeiros anos de desenvolvimento, apontou inúmeras fragilidades relacionadas à promoção da autonomia e independência de seus beneficiários (SILVA, 2007; MAGALHÃES et al., 2011).

No campo das ações de cuidado e atenção à saúde e à educação é que têm sido evidenciados os maiores avanços do PBF. Segundo estudo publicado na revista *Lancet* (2013) baseado em dados do governo de 2.853 dos 5.565 municípios brasileiros referentes ao período de 2004-2009, o PBF tem papel significativo na redução da desnutrição e diarreia e, por consequência, na redução da mortalidade em crianças menores de 5 anos (RASELLA et. al., 2013).

Vários estudos em todo o mundo mostraram que os programas condicionantes de transferência de renda tiveram efeitos positivos sobre o estado nutricional e de saúde das crianças beneficiadas, por meio do aumento do uso de serviços preventivos, da cobertura vacinal e da promoção de comportamentos saudáveis (RASELLA et al., 2013).

- ➔ Segundo Monteiro et al. (2009), a manutenção de políticas econômicas e sociais no Brasil tem favorecido o aumento do poder de compra da população mais vulnerável e desempenha um papel importante para reverter a desnutrição infantil – baixa altura para a idade (MONTEIRO et. al., 2009).
- ➔ A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2008-2009, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e lançada

recentemente (MARTINS et al., 2013), com uma análise dos dados de 55.970 domicílios em todo o Brasil indica que a disponibilidade de calorias entre as famílias que recebem o PBF é maior do que entre aquelas que não recebem a transferência de renda. O estudo mostra também que não houve diferenças no consumo de alimentos industrializados prontos para consumo, com maior quantidade de sal, açúcar e gorduras e que as famílias de baixa renda beneficiadas pelo PBF apresentaram maiores gastos com alimentos considerados saudáveis, como hortaliças e carnes frescas.

A segunda rodada de Avaliação de Linha de Base sobre o Impacto do Bolsa Família (AIBF II), realizada entre 2009 e 2012, chegou à conclusão de que o Programa trouxe efeitos positivos para seus beneficiários, principalmente na região Nordeste. Alguns resultados que subsidiam essa conclusão são (BRASIL, 2012a):

- ➔ aumento do número de crianças **nascidas a termo** – que está relacionado ao aumento do número de consultas de pré-natal –, cujo percentual de filhos de beneficiários foi de 91% e cujo percentual de não beneficiários de mesmo perfil socioeconômico foi de 88%;
- ➔ redução do percentual de mulheres gestantes beneficiárias que não estavam recebendo cuidado pré-natal (de 19% para 5%) em comparação com

as não beneficiárias de mesmo perfil socioeconômico (de 23% para 12%), no período de 2005 a 2009;

- o aleitamento materno exclusivo de beneficiários nos seis primeiros meses de vida foi de 61%, maior do que os 53% dos filhos de não beneficiárias de mesmo perfil socioeconômico;
- a cobertura vacinal de crianças de até 6 meses foi 15% maior entre beneficiárias em comparação com as crianças não beneficiárias de mesmo perfil socioeconômico.

NASCIDO A TERMO

é o bebê que nasce entre 37 e 41 semanas de gestação.

No campo da educação, verifica-se que a frequência escolar de crianças de 6 a 17 anos sofreu impactos significativos na Região Nordeste: 19,9% a mais de frequência de crianças de famílias beneficiárias em comparação com não beneficiárias.

Estudos feitos a partir dos microdados da Pnad de 2004 identificaram que o PBF colaborou para a elevação de 2% da frequência à escola das crianças de 7 a 14 anos beneficiárias, especialmente na Região Nordeste (SILVEIRA NETO, 2010).

Um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) apontou que as modificações na alimentação das famílias acompanham a tendência nacional no

que diz respeito ao: aumento do consumo de proteínas de origem animal, leite e seus derivados; aumento do consumo de biscoitos, óleos e gorduras, açúcares e alimentos industrializados; aumento, em menor proporção, do consumo de vegetais e hortaliças. A regularidade do aporte de recursos propiciada pelo PBF possibilita planejar gastos e, conseqüentemente, modificar o padrão de consumo. Mesmo com a percepção de aumento da quantidade e da variedade dos alimentos a partir do recebimento do benefício do PBF, a situação de insegurança alimentar ainda é alta (INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS, 2008).

PARA REFLETIR

A partir do que já foi observado por estudos acadêmicos, sugerimos que você faça uma nova reflexão sobre o impacto do PBF no seu território. Como a alimentação das famílias beneficiárias foi impactada pelo programa? Como você pensa em potencializar o programa?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da mesma forma que a pobreza é condicionada por múltiplos fatores de diversas ordens (política, econômica, cultura, psicossocial, simbólica), as práticas alimentares também o são.

Portanto, para alterar de forma efetiva esse quadro, cabe compreender todos esses aspectos, e suas interações, e pensar como enfrentá-lo de forma integrada.

As diferentes condições de vida possibilitam, inclusive, que os problemas de saúde e nutrição sejam enfrentados de forma diferenciada pelas famílias. A dinâmica dos “mesmos” problemas de saúde e nutrição (como obesidade, diabetes, hipertensão, anemia, hipovitaminose A, dentre outros) é muito distinta se pensarmos nas diferenças de renda e de acesso a bens, serviços e políticas públicas que afetam as famílias brasileiras. Isso significa que pensar, por exemplo, em obesidade num contexto de pobreza não é a mesma coisa que pensar em obesidade num contexto de maior renda. A obesidade numa determinada região não apresenta a mesma dinâmica em outra, há diferenças marcantes nesse processo, mesmo entre bairros e territórios de uma mesma cidade.

Para atuar como braço das políticas públicas no território, é preciso conhecer essas diferentes realidades!

É fundamental o desenvolvimento de mecanismos de escuta, acordo, pactuação e integração que colaborem para a

construção de redes de cooperação, com ampla facilitação da comunicação e da interlocução, para a garantia da participação e colaboração de todos os envolvidos.

Nesse contexto, a ação de Educação Alimentar e Nutricional que vamos construir se concretiza como estratégia fundamental para a prevenção e o controle dos problemas alimentares e nutricionais contemporâneos, ou seja, é uma estratégia que visa à garantia do DHAA.

APROFUNDANDO SEUS CONHECIMENTOS

Este texto que você acaba de ler é uma adaptação feita a partir do texto “Políticas sociais intersetoriais: alcances, desafios e contribuições à Segurança Alimentar e Nutricional” (COELHO et al., 2014).

No texto original você encontra a discussão que iniciamos aqui e mais:

- ➔ uma discussão maior sobre as desigualdades de renda;
- ➔ um histórico das políticas e dos programas de transferência de renda no Brasil;
- ➔ informações sobre os programas e as ações complementares do governo.

Recomendamos a leitura!

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. *Avaliação de impacto do Programa Bolsa Família: 2º. Rodada (AIBF II)*. Brasília, DF, 2012a.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Portaria n. 251, de 12 de dezembro de 2012. Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família, revoga a portaria GM/MDS nº 321, de 29 de setembro de 2008, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 dez. 2012b.
- CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL. *Primeiros resultados da análise da linha de base da pesquisa de avaliação impacto do PBF*. Brasília, DF: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Departamento de Avaliação e Monitoramento, 2007.
- COELHO, A.V.A. G. et al. *Políticas sociais intersetoriais: alcances, desafios e contribuições à segurança alimentar e nutricional*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Educação a Distância, 2014. (Programa de Formação em Alimentação e Nutrição – Profan).
- FERREIRA, M.N. *Programa de Transferência de Renda e acesso aos serviços de saúde: um estudo da experiência do Programa Bolsa Família em Manguinhos, RJ*. Dissertação - Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, 2009.
- IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro, 2010. Publicação completa encontrada em 09/11/2012 no endereço eletrônico: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2010/default.shtm>>. Acesso em: 9 nov. 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. *Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas*> documento síntese. Rio de Janeiro: IBASE, 2008. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2014.
- LIGNANI, J. B. et al. Changes in food consumption among the Programa Bolsa Família participant families in Brazil. *Public Health Nutrition*, Cambridge, v. 14, n. 5, p. 785–792, Apr. 2011.
- MAGALHÃES, R. et al. Intersetorialidade, convergência e sustentabilidade: desafios do Programa Bolsa Família em Manguinhos, RJ. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 11, p. 4443-4453, 2011.
- MARTINS, A. P. B. et al. Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 47, n. 4, p. 656-665, 2013.
- MENEZES, F.; SANTARELLI, M. *Da estratégia “Fome Zero” ao plano “Brasil sem Miséria”: elementos da seguridade social no Brasil*. Rio de Janeiro: IBASE, 2012.
- MONTEIRO, C. A. et al. Causas do declínio da desnutrição infantil no Brasil, 1996-2007. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 35-43, 2009.
- RASELLA, D. et al. Effect of a conditional cash transfer programme on childhood mortality: a Nationwide analysis of Brazilian municipalities. *The Lancet*, v. 382, n. 9.886, July 2013.
- SANTOS, C. R. B; MAGALHÃES, R. Pobreza e política social: a implementação de programas complementares do Programa Bolsa Família. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 5, 2012.
- SENNA, M. C. M. et al. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? *Revista Kátal*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 86-94, 2007.
- SILVA, M. O. S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1429-1439, 2007.
- SILVEIRA NETO, R.M. Impacto do Programa Bolsa Família sobre frequência à escola: estimativas a partir de informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafio*. Brasília: IPEA, 2010. v. 2, p. 53-71.
- SOARES, S. et al. Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafio*. Brasília: IPEA, 2010. v. 2, p. 27-52.



CONHECENDO O PERFIL ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Denise Cavalcante de Barros, Mirian Ribeiro Baião e Denise Oliveira e Silva

Neste curso, você e seu grupo estão sendo convidados a pensar uma ação de Educação Alimentar e Nutricional e, para isso, uma série de investigações sobre o seu território foi realizada. Neste momento, em que você está mapeando o perfil nutricional e alimentar do seu território, entendemos que é importante que você tenha informações sobre como é o perfil da população brasileira como um todo, de forma a identificar aquelas características que são uma realidade no seu território.

É importante ressaltar que o perfil nutricional e alimentar de uma população envolve a determinação causal múltipla e heterogênea (fatores biológicos, históricos, ecológicos, econômicos, sociais, culturais e políticos). As causas não são apenas individuais, mas também ambientais e sociais, sobre as quais o indivíduo tem pouca ou nenhuma capacidade de interferência (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2008).

Sabe-se que a melhora ou contenção das mudanças no perfil nutricional e alimentar da população exige a adoção de medidas complexas, com ações dirigidas aos indivíduos e coletividades que proporcionem situações sustentáveis nos ambientes e modos de vida de toda a população, possibilitando a adoção de escolhas alimentares adequadas e saudáveis e a prática adequada e suficiente de atividade física.

Se olharmos ao longo do tempo para a população brasileira, veremos que houve alterações tanto em seu perfil nutricional quanto em seu perfil alimentar. Em relação ao perfil nutricional, observamos que casos de extrema desnutrição transformaram-se em situações de alta **prevalência** de obesidade. Já em relação ao perfil alimentar, a população brasileira combina uma dieta tradicional, baseada

em arroz e feijão, com alimentos que têm baixo teor de nutrientes e alto conteúdo calórico, em que o crescente consumo de produtos ricos em açúcares (sucos, refrigerantes e refrescos) e gordura (alimentos industrializados) alia-se ao baixo consumo de frutas e hortaliças, muito aquém do recomendado pela OMS e pelo Guia Alimentar para a População Brasileira (IBGE, 2006, 2012a, 2012b).

PREVALÊNCIA

é uma medida de frequência das doenças que informa o número total de casos existentes em uma determinada população, ou seja, é a proporção da população que apresenta uma dada doença (casos novos e antigos). É, portanto, diferente do conceito de incidência, que se refere aos casos novos de uma doença em um período específico de tempo (PEREIRA, 2000, p. 76-77).

A forma vigente de produzir, distribuir, controlar e consumir alimentos, associada a todas as demandas geradas pelo modo de vida urbano, está diretamente relacionada com a determinação social dos problemas nutricionais. Esse novo sistema alimentar foi e tem sido pautado em função das transformações técnicas, tecnológicas, econômicas e sociais que trazem um aumento da produtividade e, por consequência, o maior processamento dos alimentos (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

Portanto, cabe compreender um pouco melhor as características do sistema

alimentar que estão relacionadas com o perfil nutricional e alimentar da população brasileira. A transição demográfica, epidemiológica e nutricional que vem ocorrendo nas últimas décadas no mundo, e também no Brasil, tem relação direta com o perfil de consumo alimentar e de morbimortalidade, marcado por mudanças sem precedentes no que diz respeito ao sistema alimentar e com consequências drásticas nas práticas alimentares (SICHERI et al., 1997).

Nesse sentido, é fundamental que as políticas públicas de SAN efetivamente vinculem a discussão do acesso aos alimentos com a adequação de toda a cadeia alimentar. Isto é, os modos de produzir, abastecer, comercializar e consumir alimentos precisam estar pautados na sustentabilidade, do ponto de vista socioeconômico e ambiental; no respeito às singularidades de povos e comunidades específicas, como os quilombolas e os indígenas, e à diversidade cultural; e na promoção da saúde, com vistas à garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável.

O papel do Estado, no que se refere à proteção da saúde da população, deve ser garantido também por funções regulatórias e mediadoras das políticas públicas setoriais. A responsabilidade

entre sociedade, setor produtivo privado e setor público é o caminho para a construção de modos de vida que tenham como objetivo central a promoção da saúde e a prevenção de doenças.

O PERFIL NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

O perfil nutricional e alimentar da população brasileira é considerado bastante complexo e heterogêneo. Para realizarmos afirmações sobre prevalência de problemas nutricionais, insegurança alimentar e tendências de tais problemas, é necessário analisarmos informações representativas de toda a população ou de seus grupos etários (crianças e adultos, por exemplo).

Estudos populacionais realizados por meio de **censos**, ou **estudos com amostras** são as melhores fontes de dados e informações do perfil nutricional e de segurança alimentar das populações. Tendo como base alguns desses estudos, gostaríamos de realizar uma breve reflexão sobre o perfil nutricional em dois grupos etários: crianças e adultos.

CENSOS

são estudos nos quais todos os indivíduos de uma população são incluídos no universo pesquisado.

ESTUDO COM AMOSTRAS

são aqueles em que apenas um grupo de indivíduos é estudado, embora representem o universo da população-alvo.

Iniciaremos a conversa destacando os problemas nutricionais que mais afetam as crianças menores de 5 anos no Brasil.

Os estudos levados em consideração são: Estudo Nacional de Despesas Familiares (IBGE, 1992), Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (BRASIL, 1990), Pesquisa Nacional sobre Demografia em Saúde (BRASIL, 2009), Pesquisa de Orçamento Familiar (IBGE, 2006, 2010a, 2010b).

DESNUTRIÇÃO INFANTIL

Historicamente, os governos no Brasil têm voltado esforços para a redução da mortalidade infantil e da desnutrição no grupo materno-infantil. As crianças são consideradas um dos grupos mais vulneráveis à desnutrição energético proteica (DEP), alteração essa que propicia o aparecimento de infecções, formando um ciclo vicioso que traz grandes implicações à saúde, aumentando o risco de adoecimento e morte (BATISTA FILHO; RISSIN, 1993; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2002).

Nas crianças, as carências nutricionais são problemas de grande relevância (BATISTA FILHO; RISSIN, 2003). A desnutrição pode se iniciar precocemente na vida intrauterina, evidenciada pelo Retardo de Crescimento Intrauterino

(RCIU) e o Baixo Peso ao Nascer (BPN). As crianças com BPN têm maiores riscos de sofrer infecções e apresentar déficits nutricionais na infância, justificando a abordagem integrada e precoce das ações de saúde voltadas à criança e à mulher.

Ao compararmos os inquéritos nutricionais de estudos realizados nos últimos trinta anos, podemos concluir que houve uma enorme diminuição da prevalência de desnutrição em todos os indicadores apresentados.

Segundo Monteiro et al. (2009), o declínio da desnutrição infantil nas últimas décadas se deveu, de maneira geral, a quatro importantes fatores:

- aumento da escolaridade materna, perante a universalização do acesso ao ensino fundamental;
- melhoria na distribuição da renda no país e crescimento do poder aquisitivo das famílias (sobretudo das mais pobres);
- expansão do acesso de mães e crianças à assistência à saúde, particularmente a expansão da Estratégia Saúde da Família, cuja proposta enfatiza a prevenção e a educação em saúde e a promoção da equidade na oferta de serviços;
- expansão da cobertura das redes públicas de coleta de esgoto e abastecimento de água.

Hoje, a desnutrição infantil tende a se constituir em um problema eminentemente rural ou concentrado em áreas delimitadas, como favelas urbanas, comunidades tradicionais e assentamentos rurais.

Embora a DEP entre crianças brasileiras apresente uma trajetória descendente, delimitando-se cada vez mais a áreas/grupos/famílias de maior risco, isso não significa pouca importância clínica ou individual. As crianças ainda são um grupo mais vulnerável à desnutrição e à anemia. Para o seu enfrentamento, são necessários diagnósticos locais e identificação de grupos de risco, priorizando o atendimento dos casos.

BAIXO PESO AO NASCER

O peso ao nascer é o primeiro diagnóstico nutricional da criança e tem grande correlação com o peso nos primeiros anos de vida. O peso ao nascer abaixo de 2.500 gramas implica risco para a saúde da criança. Crianças que nascem com peso adequado e são amamentadas teriam menor risco de desnutrição nos primeiros anos de vida. Por outro lado, aquelas nascidas com baixo peso teriam maior risco de adoecimento e morte.

Destacamos que a situação de baixo peso ao nascer (BPN) mantém-se

praticamente inalterada nas últimas décadas no Brasil, ficando em torno de 9%. Possivelmente, as causas do BPN estão relacionadas com a prematuridade, a desnutrição intrauterina ou outros fatores, como tabagismo, gravidez na adolescência, encurtamento do tempo da gestação, geralmente associado a partos cirúrgicos programados com antecedência (MONTEIRO, 1997; LEAL; GAMA; CUNHA, 2006).

Esse valor pode estar subestimado, especialmente em áreas de registros precários: crianças com peso desconhecido, medidas em instrumentos incorretos, ou, ainda, nascidas fora do ambiente hospitalar (BRASIL, 2004).

ANEMIA FERROPRIVA

A anemia por carência de ferro, ou ferropriva, é a alteração carencial de maior importância mundial na atualidade, atingindo cerca de 25% da população no mundo (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2008). No Brasil, resultados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde mostraram uma prevalência de 20,9% em crianças, atingindo principalmente crianças menores de 2 anos (24,1%) e mulheres em idade reprodutiva (29,4%) (BRASIL, 2009).

A anemia ferropriva ocorre quando a ingestão de ferro não é suficiente para manter as necessidades normais do organismo. Os casos de perdas anormais acontecem em decorrência de diarreias intensas, parasitoses intestinais e em mulheres durante a gravidez, o parto, ou menstruações abundantes. No caso de crianças menores de 2 anos, uma alimentação pobre em termos de consumo das fontes desse nutriente é um dos determinantes da anemia, especialmente associado ao abandono precoce do aleitamento materno e à transição inadequada para alimentos complementares.

SOBREPESO E OBESIDADE

A obesidade tem sido descrita como um importante problema de saúde pública da atualidade e vem ganhando destaque no cenário epidemiológico mundial. Nas últimas décadas, sua prevalência vem aumentando em todo o mundo, inclusive nos países em desenvolvimento, como o Brasil, onde anteriormente predominavam os problemas relacionados à desnutrição.

A obesidade contribui para o aumento da mortalidade em adultos, principalmente por ser uma alteração nutricional que aumenta o risco de adoecimento por doenças crônicas não transmissíveis que têm sérias repercussões na saúde, como:

- alterações no metabolismo de gorduras no sangue (também chamadas dislipidemias);
- doenças cardiovasculares (hipertensão arterial, doença coronariana, acidentes vasculares cerebrais);
- diabetes tipo II;
- apneia do sono (que é um fator de risco independente para doenças cardíacas);
- certos tipos de câncer, como o de mama, endométrio (hormônio-dependentes) e de cólon;
- osteoartrite;
- doenças da vesícula biliar.



Atualmente, cerca de metade da população adulta brasileira apresenta excesso de peso (49%) e 14,8% têm obesidade. Em ambos os sexos as prevalências de excesso de peso e de obesidade aumentaram continuamente ao longo dos últimos anos.

A obesidade também vem crescendo de forma alarmante entre crianças e adolescentes brasileiros. O excesso de peso atingiu 33,5%, e a obesidade 14,3% das crianças de 5 a 9 anos, ambos com maior prevalência no sudeste, centro-oeste e sul do país (IBGE, 2010a). Os dados mais recentes da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada nos anos 2008 e 2009 revelaram que o excesso de peso continua aumentando nessa faixa etária (20,5%), atingindo 21,5% dos meninos e 19,4% das meninas. Observamos que o problema do excesso de peso e da obesidade cresceu com mais intensidade particularmente em adolescentes do sexo masculino.

O fato é preocupante, pois, conforme já vimos anteriormente, encontramos associada à obesidade uma série de doenças metabólicas e cardiovasculares que prejudicam ainda mais a saúde desses jovens.

PARA REFLETIR

Você detecta algum desses problemas no seu território? Qual é o mais frequente? Há outros problemas? A que você os atribui?

PERFIL ALIMENTAR DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Depois de conhecer um pouco sobre o perfil nutricional da população, é interessante que você conheça também os poucos estudos que existem sobre o consumo de alimentos dessa população. Algumas conclusões a partir desses estudos estão apresentadas na figura a seguir.

Os estudos nos quais nos baseamos foram: “Estudo multicêntrico sobre consumo alimentar” (GALEAZZI; DOMENE; SICHIERI, 1997), “Pesquisa de Orçamento Familiar 2002/2003” (IBGE, 2006); 2008/2009 (IBGE, 2010);, “Pesquisa de Orçamento Familiar 2008/2009” (IBGE, 2010b), “Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio” (IBGE, 2004), “Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico” (VIGITEL/MS) realizada nos anos de 2006 a 2010 pelo Ministério da Saúde em parceria com o IBGE.



Quantidade de calorias ingeridas muito mais alta do que a preconizada pelas recomendações internacionais



Inadequação do consumo de nutrientes como cálcio, ferro, vitamina A e vitamina B12



Alto consumo, nas grandes cidades, de alimentos altamente energéticos, como biscoitos e refrigerantes, ricos em açúcares e gorduras.



Alto consumo de refeições prontas, de alimentos industrializados com ingredientes de baixo valor nutricional, tais como: gorduras, óleos, açúcar e sal.

Comparando 2002-2003 e 2008-2009...



Baixo consumo de frutas, verduras, legumes e oleaginosas (ex.: nozes e castanhas).



Pães, biscoitos, carne bovina e refrigerantes.



Arroz, feijão, farinha de trigo e de mandioca, leite.

Além dessas informações, em 2010 o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2010) realizou um estudo de monitoramento para acompanhar a evolução, no país, da realização progressiva do direito humano à alimentação adequada (DHAA) e da promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, no período de 1988 a 2010.

Os resultados do estudo mostram que, de um modo geral, a insegurança alimentar no Brasil vem diminuindo progressivamente, apontando que escolhas adequadas foram feitas no plano das políticas públicas e dos arranjos institucionais na luta contra a fome e a pobreza. Apesar disso, persistem alguns desafios históricos, como a concentração de terra, as desigualdades (de renda, étnica, racial e de gênero), a insegurança alimentar e nutricional dos povos indígenas e comunidades tradicionais, entre outros.

Todos esses estudos são fundamentais, pois conhecer o perfil nutricional e alimentar, bem como os determinantes sociais, é o primeiro passo para pensar e propor soluções. Conhecer a realidade socioeconômica e cultural de cada local certamente tornará as ações e intervenções mais oportunas, e seus resultados promissores, respeitando-se a

diversidade dos problemas da realidade de cada local.

APROFUNDANDO SEUS CONHECIMENTOS

Neste texto, apresentamos em linhas gerais o perfil da população brasileira, tanto do ponto de vista nutricional quanto alimentar. Se você sentir necessidade de aprofundar a leitura sobre essa temática, sugerimos a leitura do texto no qual nos baseamos para estruturar este que você acabou de ler: “Os determinantes sociais no contexto da alimentação e nutrição no Brasil” (BARROS; BAIÃO, 2014), disponível na biblioteca do curso.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002.
- BARROS, D.C.; BAIÃO, M.R. "Os determinantes sociais no contexto da alimentação e nutrição no Brasil". Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Educação a distância, 2014. (Programa de Formação em Alimentação e Nutrição – Profan).
- BATISTA FILHO, M.; RISSIN, A. Deficiências nutricionais: ações específicas do setor saúde para seu controle. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 130-135, 1993.
- BATISTA FILHO, M.; RISSIN, A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, p. S181-S191, 2003. Suplemento 1

- BRASIL. Ministério da Saúde. *Pesquisa nacional de demografia e saúde da criança e da mulher, PNDS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança*. Brasília, DF, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Pesquisa nacional sobre saúde e nutrição: resultados preliminares e condições nutricionais da população brasileira: adultos e idosos*. Brasília, DF: IPED: IBGE: Inan, 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde Brasil 2004: uma análise da situação de saúde*. Brasília, DF, 2004.
- CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Brasil). *A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais*. Brasília, DF, 2010.
- GALEAZZI, M. M. A.; DOMENE, S. M. A.; SICHIERI, R. Estudo multicêntrico sobre consumo alimentar. *Cadernos de Debate*, Campinas, 1997. Número especial.
- IBGE. Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais. *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: aspectos de saúde e nutrição de crianças no Brasil, 1989*. Rio de Janeiro, 1992.
- IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*. Rio de Janeiro, 2004. v. 25.
- IBGE. *Pesquisa de orçamentos familiares, 2002-2003: antropometria e análise do estado nutricional de crianças e adolescentes no Brasil*. Rio de Janeiro, 2006.
- IBGE. *Pesquisa de orçamentos familiares, 2008-2009: antropometria e análise do estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil*. Rio de Janeiro, 2010a.
- IBGE. *Pesquisa de orçamentos familiares, 2008-2009: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil*. Rio de Janeiro, 2010b.
- LEAL, M. C.; GAMA, S. G. N.; CUNHA, C. B. Desigualdades sociodemográficas e suas consequências sobre o peso do recém-nascido. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 466-473, jun. 2006.
- MONTEIRO, C. A. *O panorama da nutrição infantil nos anos 90*. Brasília, DF: Unicef, 1997.
- MONTEIRO, C. A. et al. Causas do declínio da desnutrição infantil no Brasil, 1996-2007. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 35-43, 2009.
- PEREIRA, M. G. *Epidemiologia: teoria e prática*. 4. reimpr. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
- SICHIERI, R. et al. Variações temporais do estado nutricional e do consumo alimentar no Brasil. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 31-35, 1997.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Worldwide prevalence of anaemia 1993-2005: WHO global database on anaemia*. Geneva, 2008.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. Department of Nutrition for Health and Development. *Turning the tide of malnutrition: responding to the challenge of the 21st. Century*. Geneva, 2002.



A PROBLEMÁTICA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO TERRITÓRIO (PANUT)

Mirian Ribeiro Baião e Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho

Neste curso, você e seu grupo estão realizando uma série de atividades que vão culminar com a construção de uma ação de Educação Alimentar e Nutricional. Para que essa ação seja relevante no contexto do seu território, é importante que você o conheça bem e que compreenda a Problemática Alimentar e Nutricional no Território (Panut). Para identificar e compreender a Panut, é necessário levar em conta alguns princípios:

- a inter-relação com o contexto social, político, econômico, cultural, ambiental, com a SAN e com as práticas alimentares de indivíduos, famílias e comunidade que vivem num determinado território;
- a valorização dos sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos aos processos relacionados à saúde, alimentação e nutrição;
- o entendimento de que os problemas são complexos e diferentes, dependendo do contexto onde ocorrem.

Quando dizemos identificação e compreensão da Panut, estamos nos apoiando no entendimento de que não é suficiente perceber os problemas! Todos já temos conhecimento de que, no Brasil, a desnutrição infantil teve enorme queda em sua prevalência e a obesidade vem aumentando em todas as faixas etárias.

As características da população do Brasil em relação ao aspecto alimentar e nutricional foram discutidas no texto “Conhecendo o perfil alimentar e nutricional da população brasileira”.

Você também poderá, com base em sua experiência profissional e vivência pessoal, observar se na escola onde trabalha, na unidade básica de saúde ou no Cras, as crianças e os adultos

estão acima do peso. Então, deve estar se perguntando: se já observei que a obesidade é um problema na escola onde trabalho, por que preciso realizar uma investigação no território para, no final, chegar a essa conclusão? Não poderíamos já pensar numa atividade educativa para a escola? Não seria interessante espalhar cartazes por todos os ambientes, ou fazer palestras sobre alimentação saudável para educadores, responsáveis e crianças? Sim, podemos realizar uma série de atividades!

Mas, antes disso, para que essas ações sejam contextualizadas e efetivas, vamos refletir um pouco mais?

Ao identificarmos um problema nutricional como, por exemplo, a obesidade, a nossa linha de atuação costuma ser a de implementar estratégias normativas, quase sempre respaldadas pela ciência, para os indivíduos e/ou a comunidade e, frequentemente, lançamos sobre eles a responsabilidade sobre as mudanças necessárias à resolução e ao controle do problema. É comum ouvirmos: Faça atividade física! Coma mais verduras, legumes e frutas! Diminua o consumo de açúcar e sal! Se formos listar aqui, veremos que estamos cercados e pressionados por essas regras, e a obesidade, nos parece, continua aumentando.

Devemos considerar que nenhum de nós se alimenta apenas porque precisa e porque é fundamental para a manutenção de sua vida e saúde. Quando sentamos à mesa, mesmo em um dia comum, pensamos nos sabores, nas lembranças, nas vontades. Em vários momentos importantes de nossas vidas há algum prato envolvido.

Educação pressupõe diálogo e troca de experiências e saberes. Essa afirmação tem grande repercussão nas ações de EAN, pois precisamos ter sensibilidade e abertura para os diferentes saberes e práticas alimentares. A pessoa responsável pela ação não pode se colocar na posição de “professor”. Ela é, mais que tudo, facilitadora das discussões para que as práticas alimentares sejam discutidas, avaliadas, e as mudanças e estratégias sejam definidas pelo grupo envolvido. Dessa maneira, o aprendizado é um processo crítico, reflexivo, problematizador da realidade, com potencial transformador (FREIRE, 1980; 1987).

Durante este curso, a Panut será construída por meio da **observação interessada** e da **investigação cuidadosa** da realidade no território. Esperamos identificar questões relacionadas à problemática e desenvolver estratégias contextualizadas, dialógicas e participativas de EAN.

A realização da EAN implica em compreensão da Panut e das motivações e potencialidades dos sujeitos, das famílias, da comunidade e do território. Buscamos, dessa forma, alcançar as mudanças necessárias no cenário da Panut.



A construção da Panut prevê também um diagnóstico educativo. Um diagnóstico educativo não é como um diagnóstico terapêutico, que busca encontrar uma doença. O diagnóstico educativo começa a existir quando conhecemos e entendemos a complexidade das questões que estão associadas à problemática, à Panut que precisamos construir para fazer EAN.

Um diagnóstico educativo é o que vamos construir ao identificarmos e

compreendermos a Panut, escolhendo quais as principais questões do território que serão abordadas na ação educativa que vamos planejar. Da Panut vai sair um diagnóstico e também um objetivo, que vamos abordar em seguida, na estruturação de um plano de ação, como uma segunda etapa.

As etapas são um recurso para organizar o plano. Tudo o que você recolher de informação poderá ser útil para o planejamento. Embora estejamos apresentando o planejamento em etapas, nem sempre o trabalho de campo seguirá essa ordem. Pode ser, por exemplo, que no início da construção da Panut você já tenha em mente qual será o seu objetivo. Se isso acontecer, não tem problema.

Não fique preocupado se quando você olhar para o seu território não perceber nada de relevante, e só sentir ansiedade. Tenha calma, e não comece a inventar um problema que alguém já inventou para outro território. Quando trazemos algo pronto, sem pactuar com a comunidade, o diálogo desaparece e a fala se torna autoritária. Os canais de nossa percepção, às vezes, não estão preparados, precisam ser sensibilizados, e isso leva um tempinho.

Nas atividades que você realizou com seu grupo até o momento, vocês

pueram fazer um grande mergulho no território, de forma a conhecer o ambiente e um pouco da vida das famílias, incluindo as associadas ao Programa Bolsa Família. Agora é hora de refletir e promover pontos de encontro entre teoria e prática. Você poderá utilizar todo o material anteriormente discutido no curso e outros mais que achar importantes. Lembre que, se for com antecedência, será possível prever, atualizar e desenvolver habilidades para juntar teoria e prática, evitando que o planejamento de EAN, que vocês realizarão nas próximas atividades, se limite às questões de dimensão técnica e acabe comprometendo seu compromisso ético com os sujeitos, a comunidade e com uma proposta que parte da compreensão e busca a autonomia e a liberdade das pessoas.

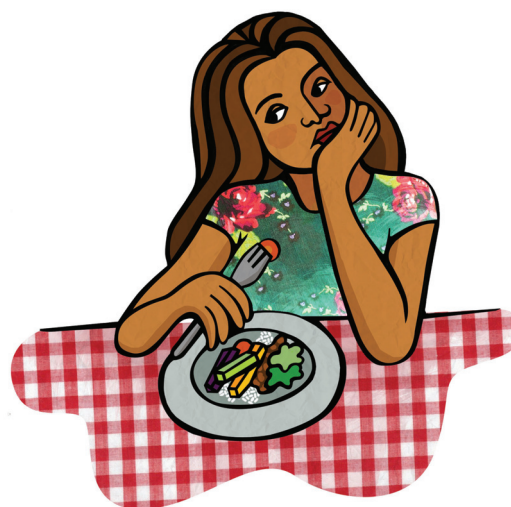
A aproximação do território deve ser dialogada, é um momento de interação social que segue um processo. De certo modo, quando chegamos ao território para observar, já estamos intervindo, compartilhando experiências e saberes.

A Panut é uma etapa inicial, mas que acompanhará todo o planejamento de ações e poderá ser mudada em alguns aspectos no decorrer da intervenção. Você poderá alterar e complementar algumas informações sobre o território

no decorrer do planejamento, se entender que é preciso. Devemos desenvolver certa flexibilidade para poder acompanhar a realidade local e priorizar o caráter dialógico de EAN, o que implica uma comunicação. Quanto maior o rigor ético travado no compromisso de uma ação de EAN, fundamentada pela garantia do direito humano à alimentação saudável e adequada, com SAN, mais flexível sua análise poderá ser.

A realidade é rica e cheia de coisas. Dela vamos selecionar vários elementos na aproximação com o território-base, com sua população, suas interações sociais, características, equipamentos e perfil alimentar e nutricional.

A troca de informações para a construção da ação de EAN não é tão racional quanto parece, pois envolve sensibilidades. A comunicação é uma via de mão dupla entre emissor e receptor, que envolve troca de informações não verbais também. Enquanto escutamos, “re-agimos” – fazemos sinais de cansaço; de desgosto com as comidas dos outros; às vezes, somos frios e distantes; outras vezes receptivos e sorridentes; algumas vezes o silêncio fala muito.



A comunicação faz parte de um jogo dinâmico cheio de informações verbais e não verbais que, mesmo que pareça uma simples conversa entre duas pessoas, envolve troca de posições políticas e interesses diversos. O diálogo é uma troca que implica amor à vida, ao outro.

Precisamos também de explicações para entender a fome. Observe o quanto as palavras podem fazer no caso dos personagens de Graciliano Ramos em *Vidas secas* (1938) – Fabiano, Sinhá Vitória, os dois filhos e a cadela Baleia. Nessa família, que é desprovida de tudo, o pai Fabiano entende que eles só chegarão aos alimentos quando puderem expressar a ideia da fome. Para que acreditem que não são como os cães, devem ultrapassar uma linguagem “seca”, pois a ausência de linguagem (uma forma de comunicação) faz duvidar da própria existência (RAMOS, 2008).

Dialogamos não só com pessoas, mas também com o território. Ele “fala” com a gente, e esse diálogo simbólico envolve novas sensibilidades. Quando vamos conhecer locais que imaginamos ser mais hostis e violentos, vamos mais protegidos, mais defendidos, o que pode reduzir nossa sensibilidade. Nossas concepções e nossa imaginação marcam a forma como percebemos o território e isso já define um pouco o diálogo, a troca de informações e os problemas que vamos identificar. Os preconceitos, **estigmas** e discriminações limitam a compreensão e o diálogo!

ESTIGMAS

são marcas negativas atribuídas a uma pessoa. Na Grécia, eram marcas corporais que os escravos tinham para serem diferenciados dos homens livres em locais públicos.

Comentamos sobre essa questão do estranhamento no texto “Um olhar aproximado para a Educação Alimentar e Nutricional”.

Quando estranhamos, percebemos nossos preconceitos, nossos referenciais, nosso olhar sobre o mundo, que estão presentes inconscientemente em memórias e sentimentos apreendidos anteriormente. Atente para o fato de que reconhecemos no outro aquilo que conhecemos de nossas experiências – por

isso “re-conhecemos”... E, muitas vezes, não percebemos que estamos julgando a conduta do outro. É fundamental conhecer a cultura local, valores, distinções, crenças, aversões, medos, para poder avaliar a importância e utilidade disso. Não podemos congelar e cristalizar uma cultura como se ela fosse ser sempre a mesma, uma cultura respira e se renova.

A Panut analisa os principais problemas alimentares a serem compreendidos por meio do diálogo com o cotidiano, ela formula perguntas, levanta questões e hipóteses e sugere caminhos:

Qual é o problema principal que queremos abordar? Como ele se apresenta na população do meu território-base?

Em suma, na Panut precisamos:

- ▶ selecionar os elementos simbólicos mais relevantes no contexto social e cultural relacionados à problemática alimentar e nutricional. Por exemplo, existem alimentos e preparações considerados mais importantes porque identificam o sujeito como pertencendo a um grupo, como as comidas típicas de uma região que são utilizadas em comemorações regionais;
- ▶ identificar elementos de motivação representativos da população em seu território, como, por exemplo, emoções, afetividades, alegrias, sentimentos e sensações boas de certas ocasiões,

como a infância, que vivem sempre em nossa memória;

- ➔ construir argumentos para a sustentação ética da intervenção.

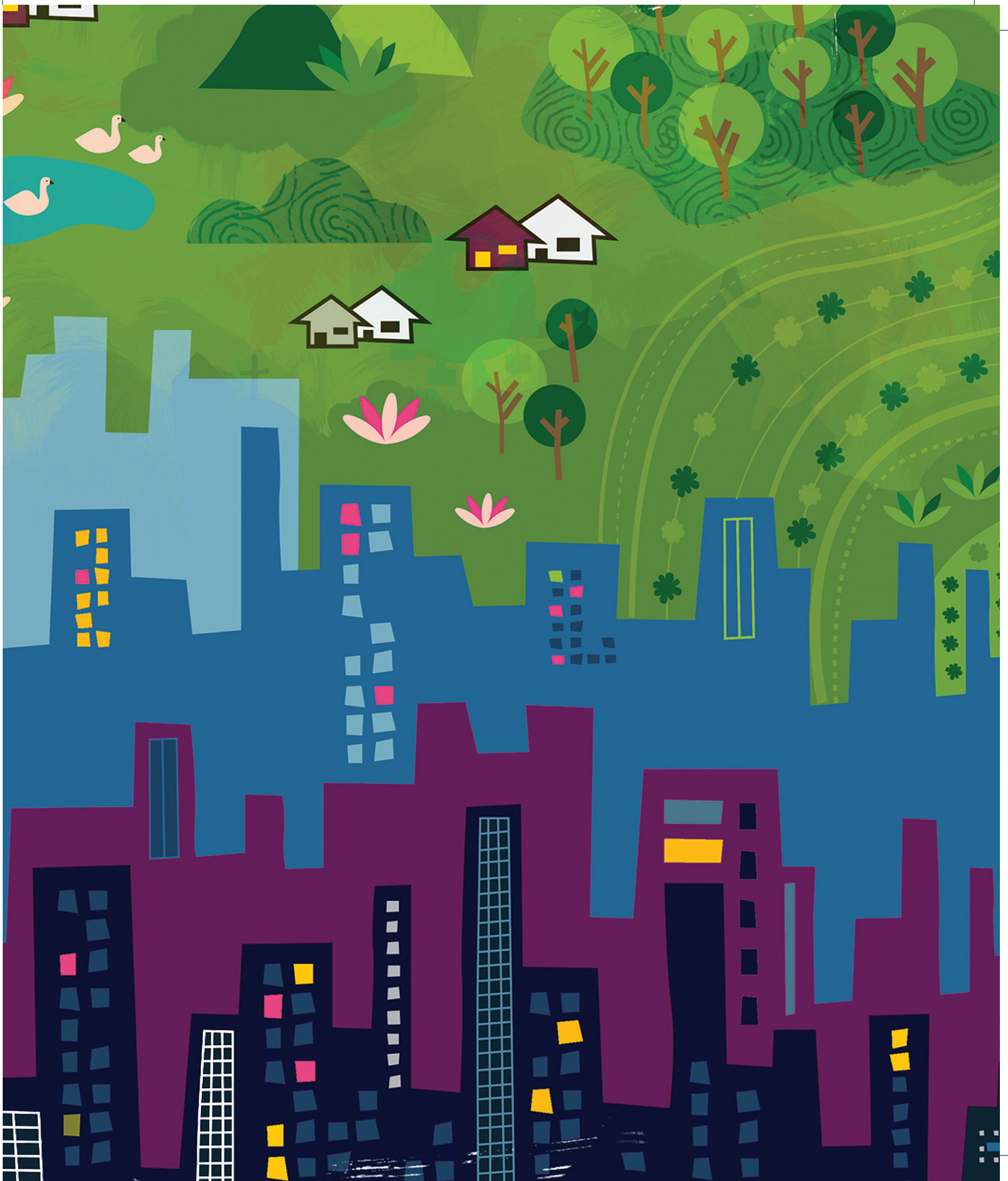
Para concluir, podemos dizer que a etapa de construção da Panut- como um diagnóstico educativo – será sistematizada pelas informações obtidas com as atividades realizadas no território e permitirá o desenvolvimento de argumentos mais estruturados que orientarão uma ação educativa que deverá empoderar as pessoas envolvidas. Vamos para a próxima etapa!

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 4. ed. São Paulo: Ed. Moraes, 1980.

RAMOS, G. *Vidas secas*. Rio de Janeiro: Record, 2008.





REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UM PLANO DE AÇÃO DE EAN

Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho

Neste ponto do seu curso, você já conheceu melhor o seu território, refletiu sobre sua Problemática Alimentar e Nutricional (Panut) e já está começando a construção de um plano de ação educativa, de forma articulada com sua equipe. Este texto busca orientar você, com uma espécie de passo a passo, no planejamento de atividades da sua ação educativa de EAN, mas não esqueça que quem conhece a realidade local é você, por isso são você e sua equipe que vão construir o caminho das intervenções – uma proposta de EAN.

Uma prática educativa precisa dimensionar suas possibilidades de intervenção e escolher caminhos; para isso acontecer, temos que planejar as nossas ações.

Construir caminhos de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é também escolher como chegar lá antes de chegar lá na prática. Um bom caminho depende de boas decisões, de uma escolha por inteiro, politizada, comprometida com a autonomia e com o direito à alimentação saudável e adequada, que pactua políticas e objetivos – porque não dá para ir obedecendo tudo quanto é orientação política específica, como se fosse uma lei, nem, ao contrário, ser rebelde demais e recusar tudo que aparece na frente. Algumas coisas vão ter que ser priorizadas e outras postergadas. E, nessa adequação, o posicionamento deve estar claro para todos os envolvidos.

EAN e Programa Bolsa Família (PBF) se ligam na concepção de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de alimentação saudável e adequada para a dimensão local do território-base e sua cultura, seu cotidiano, em que o cenário deste curso está mergulhado.

As ações de EAN, ao contrário de uma visão alienada de adequação como obediência cega a leis, levam ao empoderamento das pessoas envolvidas

no PBF, possibilitando a reflexão sobre recursos e limitações para a garantia do direito humano à alimentação adequada.

Saiba mais!

As estratégias e tendências governamentais marcam a trajetória de nossa história de desigualdade social e pobreza. Não podemos ficar centrados apenas nos problemas locais, esquecendo que devemos dialogar com as políticas públicas.

Existem textos que expressam o que as políticas intencionam promover – são os marcos. Existe um marco teórico de EAN e um do PBF. Vale a pena conhecê-los e fazer uma reflexão crítica de como eles podem contribuir para o planejamento das ações de EAN no seu território.

O marco de EAN foi fruto de conferências, oficinas e consultas públicas com cidadãos, profissionais, gestores, representantes da sociedade civil, professores e acadêmicos, e representa um consenso intersetorial sobre princípios e orientações de EAN para a sociedade brasileira.

Os documentos estão disponíveis no endereço: <http://www.fnnde.gov.br/arquivos/category/116-alimentacao-escolar>. Você pode compartilhar suas

ações e se inserir nesse processo ativamente por meio da rede Ideias na Mesa, disponível em <http://www.ideiasnamesa.unb.br/index.php>.

APLICANDO A TEORIA NA PRÁTICA

Aplicar a teoria à prática é relacionar, a todo momento, o conteúdo que vimos até agora à prática daquelas pessoas com as quais convivemos, as pessoas que serão nossas parceiras ou público-alvo nas ações de EAN; é procurar pontos de encontro entre o que autores como Freire e documentos oficiais falam e a prática de EAN que estamos planejando, levando em consideração o contexto do território e da vida das pessoas que vivem nele. Os autores são companheiros de estrada, e suas teorias, suas formas de entender a educação, funcionam como argumentos na intervenção. Os fundamentos são úteis para amparar uma boa prática, para que a ação não se torne uma questão superficial de gestão de recursos e de técnicas.

O ponto central deste curso é o aprendizado, e não o conteúdo em si. Não é importante que você tenha tudo guardado na cabeça, deixe isso para arquivos, bibliotecas, internet ou onde mais você puder guardar. O importante

é a forma como você se apropria do conhecimento, a possibilidade de criar um modo próprio de reproduzi-lo na vida. Deixe o pensamento fluir livremente na construção de um plano que seja capaz de criar dispositivos e metodologias educativas que facilitem a comunicação com as pessoas envolvidas com PBF e com as pessoas que serão nossas parceiras ou público-alvo nas ações de EAN.

PARA REFLETIR

Você e seu grupo estão estruturando uma ação de EAN para as famílias do PBF no território. Lembrando o que discutimos no texto anterior sobre significados da alimentação, reflita um pouco sobre as seguintes questões:

- ⊗ Quais os significados de uma alimentação adequada e saudável em nosso território?
- ⊗ Eles não se resumem a uma questão nutricional, envolvem um sentimento de sentir-se bem... E o que é sentir-se bem no cenário das famílias do PBF?
- ⊗ O que é saudável para elas na prática?
- ⊗ Será que o que as pessoas consideram saudável é o que as políticas públicas e a ciência dizem que é saudável?

DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO COLETIVA NA CONSTRUÇÃO DE RESULTADOS

É muito importante que esteja claro o que se quer como resultado de um plano de ação de EAN, porque é ele que guia a ação, e que esse plano esteja ligado a possibilidades reais. O que se pretende deve ser acordado com a comunidade, para se evitar tantos equívocos do passado, como a imposição de uma alimentação. Um resultado esperado pode envolver sentimentos como ansiedade e insegurança, ou medo e violência, e por isso o plano deve ser claro a respeito de onde a ação quer chegar.

PARA REFLETIR

Uma ação de EAN deve ser dialogada e consentida: o que deveria ser um bom resultado para as pessoas do território? Elas concordam conosco?

Quando a conversa é dialogada mesmo, isso demanda tempo. A velocidade da ação deve ser planejada, o “andar da carruagem” é parte de EAN, determina um modo de partilhar saberes com o outro, de dimensionar o quanto você vai insistir no seu ponto de vista e o quanto vai ceder. Como pactuar um resultado ao qual se quer chegar?

A troca de saberes é um caminho para mediar o que você quer e o que o outro quer, sem nem impor o que você quer, nem deixar para lá, no sentido de *laissez-faire* ou vale-tudo. Busque conhecer a realidade antes de tomar uma decisão.

LAISSEZ-FAIRE

é “deixa fazer” em francês, e representa um princípio macroeconômico construído pelos economistas que defendem que o Estado não deve intervir nas relações comerciais e o mercado pode governar livremente. É bom lembrar que, apesar de culturalmente consolidado, os Estados hoje se misturam ao mercado financeiro e fazem intervenções na compra, distribuição e venda de comidas, de tal modo que muitas vezes não se sabe qual é a ação com poder de Estado e qual é a ação com poder de mercado financeiro.

PENSAR ANTES E ANTECIPAR PROBLEMAS

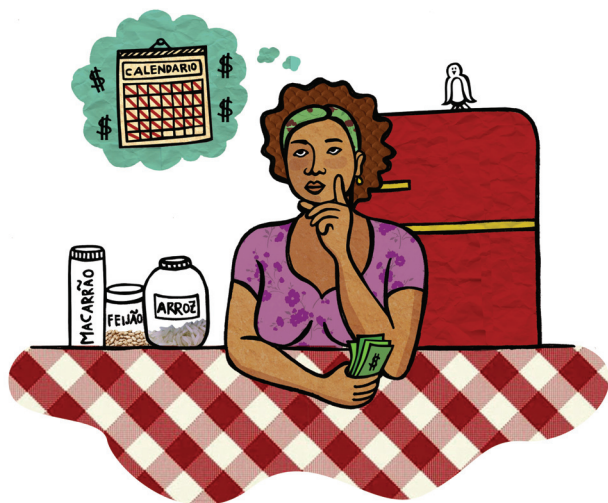
Observe que, de algum modo, mesmo sem perceber, antes de dar um passo a gente antecipa o caminho.

Por exemplo, poderíamos pensar em uma família que dimensiona a compra de comida que vai fazer no mês, mesmo que ela diga que não se planeja.

Muitas vezes esse planejamento pode esbarrar em algumas condições que o limitam, que podem estar mais ligadas a características particulares de cada família, como, por exemplo, o hábito de não se antecipar aos problemas, do que propriamente ao fator limitante renda. Talvez, uma família com poucos recursos

tenha mais facilidade em realizar esse planejamento, pois não haveria recursos financeiros para compras futuras caso falte algum alimento em um momento do mês. Em contraponto, numa família com mais recursos financeiros, que poderia complementar uma compra inicial, esse planejamento não se torna uma obrigação.

Na maior parte das vezes, a gente não acredita que é possível, que o dinheiro dê para todo o mês. Planejar as compras familiares de acordo com o dinheiro que a família tem para gastar é uma forma de se prevenir contra problemas, uma forma de se antecipar aos problemas, como não ficar sem alimentos para a família em algum período do mês.



Antecipando-nos aos problemas, temos tempo para selecionar recursos para enfrentá-los. Podemos nos atualizar fazendo pesquisas, buscando novidades e conversando com amigos sobre os problemas que identificamos, e podemos também desenvolver técnicas mais adaptadas às necessidades que pensamos que podem aparecer.

Claro que não dá para prever tudo antes de acontecer. A previsão é uma probabilidade de acontecer, e isso é somente um dado em meio a outros. Não daria certo se tudo fosse previsível, pois é o inusitado que recheia a nossa vida e nos faz mais humanos e menos máquinas.

PÚBLICO-ALVO

A primeira coisa que você precisa pensar quando vai propor uma ação educativa é para quem ela é dirigida. Observe o perfil das pessoas, delimite o tamanho do grupo que a ação vai envolver – determine suas qualidades e características –, pois não é preciso que a ação envolva todas as pessoas no território definido na Panut. A ação pode estar dirigida a uma faixa etária, a um grupo pequeno. O importante é que esteja claro para quem nos dirigimos.

Observe que atribuir qualidades a um grupo demanda uma seleção. Se forem algumas mães, por exemplo, podem ser

aquelas que frequentam uma paróquia, ou as reuniões de uma Unidade de Saúde da Família. Essa seleção por si só já representa características importantes de um grupo selecionado como público-alvo da ação.

A observação “para quem” é fundamental para a construção da ação. O público é selecionado a partir de um olhar para o território que busca conhecer qual é a problemática alimentar e nutricional, que foi o que você construiu com sua equipe a partir do trabalho de campo. Esse diagnóstico educativo que você e sua equipe fizeram contribuirá para todas as etapas seguintes de um planejamento de ação.

A Panut foi discutida neste livro no texto “A Problemática Alimentar e Nutricional no Território (Panut)”.

A CONSTRUÇÃO DO OBJETIVO

O objetivo deve seguir a Panut e indicar o destino do caminho de EAN, onde se quer chegar. Responde às questões sobre o que quero mudar/fazer; o que não funciona no meu território-base e precisa funcionar; diante das possibilidades locais, é possível alcançar esse objetivo?

Um objetivo pode apontar para educar, legitimar ou reforçar algum aspecto

relevante da alimentação visto na Panut, desde que ele fique claro e preciso quanto ao que se quer na prática de EAN, ao resultado que se espera. Tente experimentar colocar algum objeto junto a um verbo no infinitivo e fazer frases que poderiam ser um objetivo, como, por exemplo, estimular o consumo de hortaliças no almoço, construir hortas em casa, valorizar pratos da cultura local etc.

Em um planejamento estruturado, como é o Plano de Ação, é costume expressar um objetivo geral que se desdobra em objetivos específicos. O objetivo geral visa à totalidade do problema construído na Panut, devendo ser elaborado com um verbo de precisão, evitando-se um duplo entendimento do que se pretende realizar. A visão do todo presente no objetivo geral segue os conceitos e princípios utilizados na construção da Panut devem ser construídos a partir do conceito de EAN e dos princípios para as ações de EAN estabelecidos pelo Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional.

Os objetivos específicos servem para delimitar e detalhar o objetivo geral. Eles funcionam como indicadores para avaliação no planejamento de EAN, pois se referem à descrição dos resultados que se quer alcançar. Especificamente, é preciso descrever o resultado que se

quer – deixar claras concepções que você escolheu utilizar no planejamento.

Algumas sugestões de verbos que você pode usar para, junto com seu grupo, redigir os objetivos do plano de ação educativa são:

Avaliar; formular; agrupar; converter; analisar; estudar; incrementar; praticar; promover; reconhecer; identificar; aplicar; apresentar; registrar; relacionar; demonstrar; assinalar; descrever; desenhar; localizar; determinar; resumir; caracterizar; discriminar; reunir; discutir; classificar; elaborar; coletar; sintetizar; enumerar; esboçar; organizar; comparar; esquematizar; tabular; estabelecer; planejar; compor; pontuar; construir; extrair; reagrupar; capacitar; entender; adaptar; desenvolver; implantar; realizar; diagnosticar.

Veja um exemplo de objetivos:

OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
<ul style="list-style-type: none">• Aumentar o consumo de frutas e hortaliças das famílias do PBF.	<ul style="list-style-type: none">• Melhorar o acesso das famílias a informações sobre esses alimentos.• Desenvolver atividades que incentivem o consumo desses alimentos, por exemplo: oficinas culinárias, cultivo de hortas etc.

A rede Ideias na Mesa (<http://www.ideiasnamesa.unb.br/index.php>) é uma rede virtual de experiências em Educação Alimentar e Nutricional (EAN) que visa ao estabelecimento de referenciais técnicos, conceituais e metodológicos e ao fortalecimento e valorização da EAN.

No Ideias na Mesa você poderá conhecer e compartilhar experiências em EAN, arquivos publicados por outros usuários das mais diversas regiões do país, personalizar seu perfil, criar biblioteca pessoal de arquivos e ficar por dentro das últimas novidades e eventos relacionados ao tema.

Neste momento, você pode começar a prever uma forma de avaliação, imaginária ainda, porque é imprescindível redigir objetivos que sejam avaliáveis. Quando, no planejamento, for definir os critérios para avaliar formalmente a ação, você deve retornar a essa etapa para confirmar se os objetivos estão de acordo com sua previsão. Os critérios de avaliação são regidos da mesma forma que os objetivos, pela definição dos resultados previstos na intervenção educativa:

➔ que condutas observáveis indicarão que se alcançou o objetivo;

- o que das pessoas e/ou da ação poderá mostrar que se alcançou o objetivo;
- sob quais condições o resultado será apresentado.

SELEÇÃO DO CONTEÚDO

A seleção de conteúdo adequado é uma decisão sobre uma medida certa de informação definida antes da ação, no planejamento. Muita informação pode afastar o público e dar uma sensação de que será muito difícil compreender o assunto e interagir na ação, assim como pouco conteúdo pode dar um aspecto banal e sem importância à ação e tornar a ação pouco interessante. A quantidade e qualidade de informações deve ser compatível ao que se pretende como resultados, ao tempo que vamos dispor no planejamento, aos recursos materiais que teremos e, principalmente, à Panut.

Se a problemática alimentar demanda ações profundas e de continuidade, será preciso um conteúdo maior, que possa ser organizado em partes, para ir sendo apresentado aos poucos. Em um grupo de beneficiários do PBF, pode ser interessante algo rápido e impactante, para suscitar um primeiro interesse. Nesse caso, o conteúdo deve ser simples e pequeno, sem muita densidade.

Algumas vezes o conteúdo pode ser ótimo para nós, mas não fazer sentido algum para as famílias do PBF, e por isso deve estar articulado à Panut. Hoje, sem nos darmos conta, tendemos a supervalorizar o conhecimento científico e sobrecarregar as ações de EAN.

A condição social está relacionada quase sempre a dificuldades de acesso ao mercado de trabalho. Em geral, acesso precário a processos, com consequências para uma melhor qualificação profissional. Assim, é possível que você encontre entre os membros do grupo selecionado um sentimento de exclusão social e, por causa desse sentimento, podem se sentir discriminados em um ambiente onde outras pessoas já estão inseridas, como é o caso da escola, ou de processos educativos.

A proposta de EAN é mais do que a transmissão de um conteúdo. Ela deve facilitar às pessoas a atribuição de novos significados ao ato de comer, a suas condições de vida (já identificados na Panut). Ela deve promover um saber que as reabilite a uma inserção social em seu próprio território, um saber capaz de torná-las mais potentes para construir novos significados e novas estratégias

em suas vidas. Portanto, destacamos a importância de conhecer bem o território – para entender as reais necessidades das pessoas. Segundo Brandão, o saber que se transmite de um ao outro deve servir de algum modo a todos (1984, p. 67).

Outro aspecto na definição do conteúdo é a coesão. O conteúdo selecionado deve estar encadeado, bem costurado e articulado de um momento para outro. As informações devem se ligar umas às outras, promovendo uma interligação de assuntos no processo educativo de modo a dar um entendimento integral da utilidade do conteúdo na vida – isso é “fazer sentido”.

Por fim, os termos e noções presentes no conteúdo de uma ação educativa devem fazer parte do universo cotidiano das famílias do PBF, e devem ser aplicados na vivência cotidiana delas, de modo articulado com os objetivos e a estratégia, nossa próxima etapa no planejamento de EAN.

QUAL A MELHOR ESTRATÉGIA?

Uma estratégia, também denominada metodologia, representa o miolo do planejamento de EAN: o detalhamento a respeito de como, onde e por meio de que materiais chegaremos a nosso objetivo de EAN. As metodologias trazem consigo um modo de compreender o território,

já construídas na Panut (observe como a Panut é essencial para as etapas do planejamento), e “possuem natureza política, na medida em que condicionam o modo como se vai produzir conhecimento” (ARAUJO, 2006, p.55).

Vamos discutir mais detalhadamente as estratégias de que você e seu grupo poderão fazer uso para a construção do planejamento da ação educativa no próximo texto. Por ora, vamos continuar a estrutura do plano de ação.

OS RECURSOS E A CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS

Uma parte dos materiais de apoio não podem ser construídos até que se tenha selecionado a estratégia que será usada na ação, bem como os meios possíveis e mais adequados para o público-alvo. Por exemplo, se for utilizado um programa de rádio, meio impresso, ou o que quer que você tenha selecionado no passo anterior, isso vai demandar tipos de materiais diferentes. Ouse, invente e inove com uso de novos materiais e de materiais reutilizados também. Use materiais reciclados explorando a ideia de sustentabilidade. Um dos princípios das ações de EAN é justamente a sustentabilidade social, econômica e ambiental. Explore habilidades artísticas e culinárias. Respeite o gosto e o estilo locais, mas proponha novas formas.

A EAN, quando promove a alimentação saudável, refere-se a uma satisfação das necessidades alimentares dos indivíduos e populações, em curtos e longos prazos, que não implique sacrifício dos recursos naturais renováveis e não renováveis e que envolva relações econômicas e sociais estabelecidas a partir dos parâmetros da ética, da justiça, da equidade e da soberania.

A construção de material educativo vai depender dos recursos físicos, ambientais e financeiros. No entanto, o orçamento não pode limitar as estratégias no planejamento. Podemos fazer atividades com poucos recursos também. Nas atividades do trabalho de campo, você e sua equipe fizeram um levantamento da disponibilidade de equipamentos de lazer que podem ser explorados para construir estratégias simples de encontros e passeios com troca de saberes, como uma



preparação compartilhada de alimentos em local aberto (piquenique no jardim), ou um bolo numa cozinha local.

Compartilhe a construção de materiais com sua comunidade – você pode se surpreender com a riqueza desse processo. Em muitos momentos de nossa trajetória histórica aprendemos novas comidas para fazermos os alimentos renderem mais porções e sobrevivermos à escassez de alimentos, e muitas dessas comidas foram valorizadas e são usadas até hoje. Algumas alcançaram grande prestígio e fazem parte de cardápios caros de restaurantes de classe média e elite.

Fazer EAN com poucos recursos é uma possibilidade de enfrentamento da problemática alimentar que não deve enfraquecer a militância política em prol de melhor distribuição de renda no Brasil.

A intenção de fortalecer o direito a melhores condições de vida pode estar inserida em planos que utilizam materiais simples, de baixo custo. O fato de serem de baixo custo não deve implicar resignação ou recuo diante da mobilização pelos direitos humanos à alimentação adequada.

Construir soluções locais para questões alimentares não implica resignação diante do quadro de

desigualdade social. É preciso estar atento às oportunidades de melhorar as condições de geração de renda das famílias, e isso demanda militância política e controle social.

A escolha dos materiais deve estar articulada com o orçamento de custos no planejamento, que prevê os recursos financeiros e os itens que deverão ser discriminados e detalhados com antecedência. O acompanhamento e a conferência devem ser feitos no decorrer do período de planejamento e realização da ação, porque pode haver modificação no custo e na descrição dos itens. Veja o exemplo abaixo, com quadros de materiais discriminados para o orçamento de um projeto de oficinas de criatividade sobre planejamento alimentar:

Um problema que você pode encontrar no decorrer do planejamento das ações locais de EAN, como já foi pontuado anteriormente, é a falta de

recursos financeiros disponíveis para a realização das ações. Entendemos que você possa esbarrar nessa dificuldade em seu planejamento e antecipamos que algumas atitudes diferenciadas podem dar resultados excelentes.

Veja, por exemplo, a ação nomeada como A Revolução dos Baldinhos, que acontece na periferia de Florianópolis/SC. Trata-se de uma ação que recolhe e faz a compostagem de 15 toneladas de resíduos orgânicos por mês, envolvendo uma série de ações educativas em torno da temática sustentabilidade. Tal experiência demonstra que ações podem ser efetivas e significativas, mesmo envolvendo poucos recursos, quando têm o engajamento da comunidade e contribuem com a autonomia e a qualidade de vida dessas pessoas.



Conheça a Revolução dos Baldinhos no vídeo disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=kv0bhlAD9o0>



MATERIAL	QUANTIDADE NECESSÁRIA	CUSTO POR UNIDADE	CUSTO TOTAL DO MATERIAL
Folhas de papel	2 pacotes de 500	17,00	34,00
Canetas azuis	50 unidades	1,00	50,00
Canetas vermelhas	50 unidades	1,00	50,00
Fita durex	10 unidades	2,00	20,00
Cartolinas coloridas	50 unidades	3,00	150,00

Lembre-se de que você e sua equipe deverão listar todo tipo de material utilizado, incluindo produtos de limpeza, se forem necessários.

São infinitas as possibilidades de criação de novas funções para materiais novos e velhos – papéis de diversos tipos e texturas, tecidos, barbante, comidas e substâncias diversas, filmes, fotos, recursos virtuais, músicas. Não reproduza panfletos convencionais, tente materiais mais comunicativos, construindo cartazes, placas, ímãs, filmes (que podem ser publicados na internet), blogs etc. Pesquise e escolha algo que combine com a Panut.

A comunicação depende da contextualização. A informação fora dos significados do contexto pode ficar despercebida, ou não ser reconhecida. Por exemplo, imagine se apresentamos uma imagem do mosquito da dengue em forma de homem contando histórias e as pessoas não reconhecem que essa imagem é de um mosquito? Ou se apresentamos uma pirâmide alimentar e o público local considera que os alimentos na ponta da pirâmide são aqueles que devem ser mais consumidos?

Consulte também os sites governamentais e políticas públicas, muitos materiais estão prontos para

serem adaptados ao contexto da sua ação: uma imagem em um cartaz pode falar muito, assim como o nome de uma fruta colocada num título, ou uma receita que valorize uma prática alimentar local, e essas pequenas ações podem trazer para a prática algumas orientações que estão colocadas nas políticas públicas. “Materiais educativos são a ponta de um iceberg, do imenso iceberg dos processos de comunicação que caracterizam a implantação das políticas públicas” (ARAUJO, 2006, p.69).

CONTROLE DO TEMPO

É necessário dimensionar o quanto de tempo será utilizado no planejamento como um todo e em cada ação na prática. A tranquilidade e o controle do tempo devem acompanhar todo o processo. Seja ágil, mas não apressado. Evite a correria, evite fazer duas coisas ao mesmo tempo, evite chegar a uma atividade pensando em outra atividade. Dê-se tempo para processar o que está acontecendo na prática de EAN.

Faça um cronograma detalhado para todo o planejamento, prevendo o tempo de cada atividade. Veja o exemplo abaixo do cronograma anual de uma ação educativa que foi realizada em uma escola de ensino fundamental:

ATIVIDADES	MESES											
	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	11°	12°
Realização de oficina de planejamento conjunto com escola e USF local		X					X					
Seleção de alunos e inscrição para atividade educativa	X					X						
Produção e adaptação de materiais educativos		X	X	X			X	X	X			
Realização de atividades na horta escolar		X	X	X	X			X	X	X	X	
Avaliação do projeto pelos alunos envolvidos					X						X	

Esse é um cronograma para um planejamento educativo que durou um ano. Você pode fazer cronograma para períodos maiores ou mesmo para somente uma ação. O importante é detalhar as atividades e dimensionar o tempo que vai gastar para cada uma delas.

AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE EAN

Embora a avaliação seja a última etapa do planejamento, você a teve em mente desde o início, pois ela está articulada com o objetivo e com a construção da Panut. A definição do resultado que se quer pressupõe uma avaliação, um modo de entender como chegar a esses resultados e, depois, se conseguimos chegar lá.

Avaliar significa efetuar uma análise crítica, objetiva e sistemática das realizações e resultados de um projeto ou de uma atividade em relação aos objetivos propostos, às estratégias utilizadas e aos recursos alocados. Uma avaliação deve responder a duas perguntas fundamentais:

- Os objetivos foram alcançados?
- A implementação do processo satisfaz as expectativas das diversas pessoas envolvidas e, principalmente, as do público-alvo da ação?

A avaliação deve ter um caráter participativo, isto é, ser realizada com a participação ativa dos principais envolvidos na intervenção. Pode ser uma atividade compartilhada, planejada para acontecer **durante** a intervenção (ação educativa) – denominada avaliação formativa, pois ocorre de forma processual, interferindo na construção dos resultados no decorrer do trabalho.

A ideia é não somente observar se está dando certo, mas também identificar o que é preciso fazer para dar certo. Avaliar em EAN é diferente de julgar e examinar. A finalidade de uma avaliação é ver não somente os resultados (produtos gerados), ou conferir uma medida, mas compreendê-los no contexto do processo de EAN, e portanto no contexto do PBF.

Por exemplo, não é suficiente verificar que cem pessoas foram atingidas pela ação educativa, mas sim compreender o que representa isso. Qual o custo e benefício dessa ação para a comunidade? Qual a possibilidade de melhorar os resultados? A análise de como eram, como estão e como ficaram o território e as pessoas contribui para o processo de EAN e indica decisões a serem tomadas.

A função da avaliação é dupla: conhecer melhor e definir socialmente o que é produzido pela ação educativa, mas também, e talvez ainda mais, dar segurança aos responsáveis da educação fornecendo-lhes uma legitimação das suas decisões no contexto de uma racionalidade segundo os fins. [...] É preciso levar em consideração que aquilo que somos capazes de quantificar não corresponde senão a um ou a alguns dos indicadores que permitem pronunciar um julgamento. [...] A principal função da quantificação é criar um consenso entre juízes através da utilização de uma linguagem unívoca e, portanto, de tornar um julgamento indiscutível (BERBER; TERRASECA, 2011).

Os critérios de avaliação seguem os objetivos específicos do planejamento e devem ser claros desde o início da ação. Se, como no exemplo acima, o objetivo específico é “Identificar o leite materno como o melhor e único alimento para o recém-nascido até os quatro meses de idade”, o critério de avaliação será essa

identificação com o leite como alimento único nesse período. Os critérios estão associados aos objetos principais desses objetivos.

E os parâmetros para avaliação são os padrões, variáveis ou conhecimentos sobre algo que serve de comparação, construídos de acordo com o contexto social, os objetivos e a própria análise de EAN. Nesse exemplo, alguns elementos do contexto, como a prática de oferecer água e chás para os bebês, longas jornadas de trabalho fora do convívio com o bebê ou crenças e tabus podem ser parâmetros para a avaliação da ação de acordo com o critério “identificação do leite materno como alimento único”.

Os parâmetros de avaliação seguem princípios e teorias que localizam os produtos e suas medidas de qualidade. Por exemplo, um princípio que deve ser seguido é o direito do bebê ao aleitamento materno, que, em algumas situações, pode entrar em conflito com o direito da mulher, como no caso da dupla jornada de trabalho, quando a mãe não consegue conciliar seu trabalho à amamentação e não consegue evitar o desmame precoce (antes de o bebê completar 6 meses).

Os princípios de diálogo e interação social utilizados na concepção de Paulo Freire de educação libertadora podem auxiliar

na avaliação dessa situação. A liberdade que defende Freire está ligada à realidade de um mundo que busca a liberdade e ao mesmo tempo a impossibilita. Avaliar, nesse exemplo, implica considerar as possibilidades da realidade, no contexto, utilizando os parâmetros desse contexto para compreender o critério de identificação do leite materno como alimento único e suas implicações nas práticas de alimentação da mãe e do bebê. Para Freire, essa liberdade implica consenso, “a razão de ser da educação libertadora está no impulso inicial conciliador” (FREIRE, 1987, p. 59), e, nesse sentido, a avaliação pode trazer questionamentos e abrir debates, pois, como dito anteriormente, avaliar é conhecer melhor e apoiar nossas decisões nas práticas de EAN. Se você considerar que o caminho de EAN é contínuo, a avaliação é a parte que faz a ligação de uma ação a outra e a “inconclusão” gera educabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Planejar é uma forma de antecipar uma ação. Constitui um instrumento de trabalho, conforme foi discutido neste texto, “que dá muito trabalho” e que é parte da ação, embora esteja em um momento anterior à ação propriamente dita.

Um plano de ação permite antecipar problemas e selecionar os recursos e materiais necessários para enfrentá-los, o que depende de um posicionamento seu e da sua equipe com relação à autonomia e ao direito humano à alimentação adequada.

O tempo que temos para planejar uma ação possibilita uma atualização por meio de outras experiências e leituras, pois aplicar a teoria à prática demanda um certo tempo de reflexão. Além de fundamentar a ação, existem coisas bem pragmáticas que um plano tem que responder: quais serão as pessoas envolvidas, o público-alvo, o objetivo da ação, e como será avaliada a forma de alcançá-lo, e quais resultados queremos.

Sendo assim, o plano de ação já é estratégico nas práticas educativas, e as metodologias darão continuidade a esse aspecto estratégico.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, I. Materiais educativos e produção de sentidos na intervenção social. In: MONTEIRO, S.; VARGAS, E. *Educação, comunicação e tecnologia educacional: interfaces com o campo da saúde*. Rio de Jan: Ed. Fiocruz, 2006. p. 49-69.
- BERGER, G.; TERRASÊCA, M. Políticas e práticas de avaliação: algumas reflexões. *Educação Sociedade e Culturas*: políticas e práticas de avaliação, Porto, n. 33, p. 7-16, set. 2011.
- BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense. 1984.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.



TEORIA E PRÁTICA EM METODOLOGIAS ATIVAS EM EAN

Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho

Até o momento já temos a definição de para quem vai se dirigir a ação educativa que vamos construir, o público-alvo, definido a partir da Panut, a finalidade da ação, o objetivo e um modo de avaliar se conseguimos atingir o objetivo. E, agora, vamos construir um modo criativo de fazer isso acontecer.

Uma estratégia de ação deve operar como uma matriz no momento do planejamento, algo a ser adaptado com sensibilidade ao contexto. Consideramos que o que torna essa prática de EAN valorosa e efetiva é a

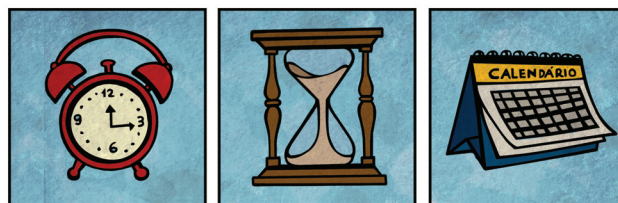
fundamentação e o planejamento, com seus resultados, sua avaliação, enfim, as etapas que já vimos no texto “Reflexões sobre a construção de um Plano de Ação de EAN”. A proposta estratégica de EAN deve considerar que processos participativos conflitam com autoritarismo, devendo, assim, priorizar adequações no sentido de acolher todos os envolvidos. Siga os próximos passos, mas tenha em mente que você poderá adaptar as estratégias para elas ficarem do jeito do grupo, de acordo com as potencialidades e limitações do território.

Relembramos um dos princípios da EAN, qual seja “a promoção do autocuidado e da autonomia”. Esse princípio nos faz refletir sobre a construção de uma ação de EAN que promova o empoderamento das famílias no que se refere à sua saúde e ao seu bem-estar, tendo seus processos estabelecidos em função de suas disponibilidades e necessidades. Atento a esse e aos demais princípios de EAN, é possível construir uma ação que consolide-se como estratégia para a garantia do direito humano à alimentação adequada.

SELEÇÃO DE ATIVIDADES

Reveja a Panut para identificar qual(is) a(s) atividade(s) mais adequada(s) para

seu planejamento. Dimensione o tempo de que você dispõe para articular com o tempo que elas demandam. Por um lado, reserve um tempinho livre a mais e, por outro, tenha sempre uma atividade preparada para caso sobre tempo e seja necessário algo extra, como margem de erro.



Um exemplo de atividade que você pode desempenhar, dependendo do público que definir e do tempo que tiver, é lançar um desafio de desenho de uma comida gostosa e colorida. Isso pode ser revelador e ser utilizado futuramente. Para isso, leve folhas brancas de papel e lápis de cera coloridos.

A seleção dos meios e dos recursos tecnológicos é outro passo crucial no processo de construção da estratégia de ação do planejamento. Essa seleção baseia-se nos resultados da análise dos canais potenciais para a comunicação realizada na Panut. A escolha de um meio de comunicação (rádio, jornalzinho, mural etc.) segue um critério lógico de definição daqueles meios e equipamentos sociais que estão ao alcance permanente

da comunidade e que, de preferência, possam ser controlados pela comunidade também.

Prefira esquemas simples, com textos curtos, letra clara e imagens ou desenhos explicativos, e não subestime um público analfabeto, pois muitas informações dos textos que eles, sozinhos, não leem com certeza chegam a eles por outros leitores e também por identificação de detalhes para os quais nós não atentamos.

O número de dinâmicas vai depender do período do seu planejamento e dos seus objetivos. Você pode ficar fazendo somente oficinas culinárias durante todo o ano, ou pode misturar oficinas com atividades na horta, de dramatização, jogos, debates etc.

Tente aproveitar todo o material possível para uso da comunidade. Faça os espaços onde serão feitas as ações ficarem bonitos, com o jeito das comunidades envolvidas. Valorize as características e estratégias locais. Observe que os ambientes são parte da EAN – assim como o território, eles falam também. A frequência de uso de um ambiente cuidado e agradável propicia vínculos e **coesão social**. Caso você não disponha disso, proponha que a comunidade ajude você a fazer esse ambiente, que pinte ou que decore um espaço junto com você. Segundo Brandão, é o

exercício de viver e conviver que educa. A escola, ou o atendimento eventual em saúde de qualquer tipo, é somente um momento provisório em que isso pode acontecer. Uma ação educativa é somente uma parte da história que vamos vivenciar; o mais importante, como dito anteriormente, é sua tomada de decisão.

COESÃO SOCIAL

é a construção de laços e de relações interdependentes que favoreçam o sentimento de pertencimento e coesão e o fortalecimento dos vínculos.

Devemos ter claro que as pessoas farão sempre sua própria análise, pessoal ou compartilhada com o grupo, dos fatos e situações e tomarão suas decisões baseadas em muitos fatores, e não apenas na informação recebida. A informação dos materiais educativos deveria ser planejada considerando essa possibilidade, de modo a subsidiar um processo de tomada de decisão, muito mais do que persuadir para uma mudança de comportamento ou atitude (ARAÚJO, 2006).

Agrupamos mais adiante algumas atividades para serem selecionadas e desenvolvidas no planejamento de EAN. A ideia é oferecer caminhos para a sua tomada de decisão. A descrição dos grupos visa apresentar aspectos principais e limitações, você deve selecionar as mais adequadas aos seus

objetivos. Há uma infinidade de ideias e fontes em livros, programas de TV, matérias de jornais, livros didáticos e na internet. Você pode acessar a bibliografia especializada indicada neste capítulo para aprofundar o tema, se desejar. O universo de atividades e dinâmicas educativas é enorme e atende a diversos cursos e diferentes interesses. No entanto, independentemente de você pesquisar ou utilizar sua própria experiência para desenvolver as atividades na estratégia de ação, é fundamental o encontro de teoria e prática.

No desenvolvimento de tecnologias educativas, é preciso articular técnica ao contexto sócio-político-cultural; caso contrário, a sua ação acabará caindo numa **educação bancária**.

O principal problema de reduzir a estratégia a uma técnica isolada para fazer EAN é não conseguir dimensionar a importância da tecnologia, ou seja, não conseguir analisar a utilidade das dinâmicas e atividades: nem são algo sem importância, onde qualquer jogo pode ser utilizado, nem são o ponto mais importante de EAN, são um instrumento para se chegar ao objetivo.

EDUCAÇÃO BANCÁRIA

acontece quando o educador deposita o conhecimento como se fosse dinheiro e o educando só faz receber, passivamente. Na educação bancária, o saber é uma doação dos que se julgam sabedores aos que consideram ignorantes. A educação bancária é coisa de máquina, não é coisa para gente. Ela emperra a criatividade humana [...] (FREIRE, 1987).

Entenda que mesmo as brincadeiras têm mensagens, “textos” por detrás delas, que podem reforçar interesses perversos de reprodução da desigualdade social. Sem querer, muitas vezes fazemos os beneficiários acreditarem que não poderão sair da sua condição e, quando isso ocorre, os tornamos mais desempoderados e dependentes:

“Textos são espaços de luta pelo poder simbólico, o maior poder de todos, o poder de fazer ver e fazer crer” (BOURDIEU, 1989, p. 49).

Procure desenvolver estratégias articuladas em seu território, identifique instituições e equipamentos sociais parceiros, desenvolva intersectorialidade nas suas dinâmicas – o diálogo que vocês possuem como alunos e equipe pode auxiliá-los na construção de uma ação de EAN que envolve o setor saúde, educação, assistência social e outros setores que forem identificados como potenciais no território.

PARA REFLETIR

Paulo Freire (1987, p. 71) narra uma experiência de alfabetização de adultos em que o professor lança um desafio: Imagine-se em um mundo com todo esse arsenal de coisas que ele tem, mas sem homens. Não seria ainda assim um mundo? E o aluno responde que não, pois faltaria quem dissesse que aquilo era o mundo. Reflita sobre essa passagem. Pense na importância do sujeito na ação e relativize o prestígio de possibilidades das tecnologias educacionais “de ponta”, modernizadas, que se encontram esvaziadas de políticas públicas.

A seguir, apresentamos algumas possibilidades de metodologias para que você e sua equipe realizem a ação educativa. Para escolher uma, lembre-se de manter em mente o público para o qual se destina a ação, e não se limite a usar somente uma, ou a usá-la exatamente do modo como está orientada, é possível e indicado fazer adaptações diversas.

JOGOS E A ESTRATÉGIA DO BRINCAR

Os aspectos principais dos jogos são a descontração e informalidade. Você pode inventar os jogos que quiser. O jogo é uma forma de brincar e brincando

podemos simular situações para construir, com segurança, saídas para tensões e medos que nos paralisam na vida real: “jogar é experimentar estratégias de vida” (WINNICOTT (1975). O ser humano brinca sem precisar de um professor para isso, pois esse simular situações é um modo de conhecer melhor as possibilidades que temos na realidade, sem com isso correremos muitos riscos.

O brincar é uma estratégia educacional bastante utilizada na psicopedagogia e na pedagogia crítica, aplicada ao campo da saúde. Constitui uma experiência simples e muito rica de amadurecimento humano. Brincar ou jogar pode ser uma boa estratégia para todas as idades, mas, para as crianças, além de uma necessidade, é também um direito. As crianças adoram brincar, rir, pular, correr... uma criança adora crescer – essa história de que a gente quer ser sempre criança, é conversa de adulto, a gente fala isso quando já é adulto!



O brincar facilita a inserção social, porque o jogo impõe regras, limites, erros, soluções para problemas, e ordena modos de conhecer e estar com outras pessoas, com outras coisas do mundo – por exemplo, com comidas. Uma simples dupla de talheres, garfo e faca, pode começar um jogo de troca-troca de comidas em um grupo, onde cada um fala de uma vez, e quando um passa os talheres para o outro, oferece junto o nome de uma comida, e isso pode trazer à tona gostos, apetites, sentimentos, que podem contribuir para as pessoas conhecerem novas práticas de alimentação.

Segundo alguns autores, como Winnicott (1975), todos temos necessidade de criar e inventar coisas. Brincar de inventar soluções para os problemas dentro dos limites da vida real é uma forma de construir autonomia, pela qual podemos ser mais criativos e experimentar outros modos de enfrentar a dura realidade em que a maior parte da população brasileira vive.

No brincar, o jogo deve envolver a realidade, os limites da vida do grupo e seus símbolos, elementos que você e seu grupo já identificaram na construção da Panut. O vai-e-vem de significados ocorre espontaneamente e é estratégico no jogo. Deixe fluir opiniões e sugestões, mas não se esqueça de:

- adaptar a sua linguagem ao território e envolver os participantes num diálogo – os nomes e as coisas que forem estranhos em um contexto de políticas públicas devem ser substituídos por outros, da cultura local;
- valorizar comidas e práticas do contexto, como, por exemplo, fazer um risoto com pequi, caso risoto seja uma comida considerada bacana e pequi seja um fruto desvalorizado, porque é muito comum na região; ou simplesmente nomear coisas com nomes utilizados na região: por exemplo, se fizer um jogo entre grupos, nomear grupo cambucá, grupo jabuticaba, jaca etc., de modo que se falem e valorizem as coisas do local. O vai-e-vem de palavras articula pensamentos e novas relações para aqueles que estão no jogo.

A comunicação e o entrosamento entre as pessoas é essencial nos jogos e pode ser considerado um critério de avaliação e/ou um resultado da sua ação educativa. Um dos objetivos do plano de ação pode ser o entrosamento, que pode ser avaliado, no exemplo anterior, através de um troca-troca de receitas. Nesse caso, para o jogador, a finalidade pode ser ganhar mais uma receita premiada, mas, para o coordenador, será principalmente o desenvolvimento de relações afetivas e de construção de uma rede de apoio social. Quando as pessoas se envolvem

no jogo, elas se aproximam umas das outras e constroem vínculos que devem ser conduzidos pelo coordenador da ação educativa para favorecer o espírito de colaboração. Assim, um resultado da sua ação pode ser o fortalecimento e a construção de laços, reforçando o caráter de **coesão social**.

A estratégia também deve priorizar o espírito de colaboração, com muita atenção para não reforçar um espírito competitivo. A estereotipação em torno do significado de “ganhador” pode ser opressiva se o coordenador não estiver atento. A estratégia deve contemplar um caráter coletivo e esportivo, e não um caráter diferenciador de classe, o que aprofundaria a questão da exclusão social. Os jogos competitivos entre equipes devem mobilizar a todos os participantes para colaborar e chegar a um produto final, construído coletivamente, como, por exemplo, construir ou decorar um espaço comum, uma quadra, uma copa/cozinha, onde serão realizados os jogos. Isso é importante porque vivemos em uma sociedade muito competitiva, que coloca as pessoas umas “contra” as outras, e promove uma condição de exclusão quase que definitiva através de preconceitos e discriminações duradouras e “silenciosas”.

Um jogo deve priorizar o fato de que num dia se ganha e no outro se perde como um exercício do viver. Ao se reunir para o jogo em torno de um projeto comum não há derrotados definitivos, porque não há excluídos do jogo: se os companheiros que perderam em um dia não quiserem jogar no outro dia não haverá mais jogo!



Explore jogos diversos, observe o tanto que se pode fazer com materiais simples e boas ideias:

◉ <http://cursosimec.webnode.com.br/news/tecnica-de-rabiscos-ou-jogo-de-rabiscos/>
<http://brinquedoteca.net.br/>

◉ <http://www.danielazulay.com.br/>

◉ <http://delas.ig.com.br/filhos/brincadeiras/>

.....

A variedade de jogos é enorme, quase infinita: jogos de tabuleiro, caça-palavras, amarelinha, queimada, cabra-cega, passa-anel, batata quente, dança das cadeiras, bola de gude, botão, adivinhação de comidas, labirinto, força etc. E, como dito anteriormente, a relação com a alimentação pode ser transversal, adaptada ao contexto e à Panut. Por exemplo, você pode adaptar um jogo de passa-anel colocando um fruto como o **baru** no lugar do anel e propor uma dinâmica para as mães na qual quem ficar com o anel deve também falar algo sobre esse alimento.

BARU

é o fruto de uma árvore do cerrado brasileiro que tem várias utilidades, entre elas a nutritiva. É utilizado como castanha desde 1993, quando técnicos da Emater elaboraram um modo prático de abrir o ouriço. Veja mais informações em: <http://www.centraldocerrado.org.br/conheca-mais-sobre-o-baru.html/>

No entanto, é importante que os jogos sejam capazes de simular saídas de situações difíceis, promovendo o empoderamento das pessoas.

DINÂMICAS DE GRUPO

As dinâmicas são atividades variadas, programadas para encontros tais como contação de histórias e narrativas em rodas de conversa, apresentação de vídeos e debates orientados, ou, ainda, entrevistas coletivas. Assim como os jogos, são imensas as possibilidades de criação de dinâmicas. O ponto central dessa estratégia é situar as famílias em relação às políticas públicas e aos serviços de assistência social, educação, saúde, agricultura, abastecimento, entre outros, disponíveis no território, muito mais do que transmitir informações sobre mudanças de comportamento.

As dinâmicas buscam, a partir da curiosidade, superar um pensar ingênuo para ir tornando-o crítico, até chegar a uma reflexão sobre as práticas alimentares, de modo a construir coletivamente soluções para

a Panut, promovendo o empoderamento e fomentando a reflexão sobre a exigibilidade do DHAA.

Aguarde seu parceiro chegar junto nesse processo de construção! Tenha em mente que algumas vezes podemos castrar a mais pura curiosidade em nome da norma, da memorização e, em vez de formar, acabamos domesticando, como fala Paulo Freire (1987). Procure respeitar e entender os tempos de reflexão das pessoas. A construção do grupo é valiosa e, para manter o ambiente participativo e criativo, você terá que ser flexível.

Para entender melhor a exigibilidade do DHAA, sugerimos a leitura do módulo 3 da publicação *O DHAA e o Sisan*, disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/publicacoes%20sisan/o-direito-humano-a-alimentacao-adequada-e-o-sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>.

As falas dos participantes nos encontros registradas pela equipe podem constituir material para estudos e pesquisas posteriores, respeitando-se o código de ética para pesquisa envolvendo pessoas. Esse material pode servir tanto para a análise de crenças e elementos culturais do cotidiano alimentar dessa comunidade quanto para a orientação de estratégias para os próximos encontros.



Veja alguns links com ideias para dinâmicas ou histórias:

- <http://www.formador.com.br/lista.aspx>
- <http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/epv-jornada-dinamicas.php>
- <http://www.portaldolivrogratis.com/2013/04/almanaque-infantil-com-historias-html>



TEATRALIZAÇÃO E O ASPECTO LÚDICO

A teatralização pode ser vista como um jogo de faz-de-conta, uma simulação de situação real ou inspirada na realidade, que pode ser explorada pedagogicamente. O jogo de papéis pode trazer a realidade social para um cenário fictício, a fim de desenvolver a capacidade de se exprimir com liberdade e segurança, o que pode contribuir para melhorar as condições de vida e de luta por um mundo melhor.

Podemos agrupar nessa categoria várias formas de expressão artística, como circo, dança e música, cenários e figurinos, bonecos de papel machê, marionetes, fantoches e outras tantas que tenham em comum a interpretação de uma história para um público. Importante considerar essa prática como educativa, de modo a não se constranger com exigências estéticas, pois essa estratégia em EAN é um meio, mais que um fim.

Priorizar o **aspecto lúdico** é estratégico na promoção da sensação agradável de achar graça de algo. Rir quebra o gelo e aproxima as pessoas, contribuindo para o diálogo. O sorriso é o primeiro passo para um encontro entre as pessoas. Rir é também um modo de extravasar tensão, suportar sofrimentos e ganhar forças para continuar na luta. O riso desencadeia descobertas importantes, mais no plano emocional do que no racional, que podem favorecer um desenvolvimento harmonioso do ser humano.

A teatralização é uma estratégia para promover o desprendimento de um estado de recolhimento, de reclusão, decorrente de constrangimento ou exclusão social.

Uma opção de teatralização um pouco mais complexa, mas que pode ser desenvolvida em educação em saúde é o teatro do oprimido: uma técnica de Augusto Boal que visa democratizar o teatro trazendo as peças para praças e locais públicos. O objetivo é, partindo de uma linguagem e de atitudes cotidianas, criar condições para o oprimido se apropriar, por meio do teatro, de novas possibilidades de exprimir suas condições e, dessa forma, ser menos oprimido na vida. Os atores trocam seus papéis com pessoas do público, estabelecendo uma comunicação direta. Os atores são treinados para apresentar a dramatização, sempre sobre opressão,

e estimular que alguém entre no lugar de um dos atores para reagir e atuar sobre a situação apresentada.

Se você tiver interesse em se aprofundar nessa estratégia, visite o site <http://ctorio.org.br/novosite/>.

A estratégia teatralização também pode ser a partir de contação de histórias com personagens humanos, com jogo de marionetes, fantoches e palitos (com figuras coladas representando os personagens da história). Perceba que a história que será contada já é estratégica e pode ser construída coletivamente com elementos da vida e das pessoas do contexto local, afinal, como fala Araújo (2006), os sentidos são produzidos sempre em interlocução.

As estratégias podem se articular umas às outras. Em uma dinâmica de grupo, por exemplo, você pode articular a teatralização planejando a entrada surpresa de uma pessoa que representará um papel anteriormente combinado para suscitar perguntas, fazer as pessoas rirem para descontrair, ou apresentar uma encenação por meio de um vídeo, por exemplo, o do *Rap da Saúde*, apresentado na Semana da Alimentação Escolar (disponível em <http://goo.gl/N0p5u>) e, a partir dele, iniciar um jogo.

Para conhecer como se joga *Mamãe, Posso Ir?*, visite o site <http://goo.gl/SwKkY>. Para outras sugestões de recursos pedagógicos, acesse: <http://www.artesocial.org.br/> e <http://goo.gl/UeKZk>.

OFICINAS EDUCATIVAS

As oficinas são estratégias que desenvolvem **habilidades**, estão voltadas para um “fazer”. As oficinas de EAN desenvolvem tarefas que são definidas pelas matérias-primas e ferramentas disponíveis no território. Diferentemente de uma engenharia que inventa materiais, a técnica aqui é arranjar-se com um conjunto limitado de utensílios e materiais, uma bricolagem alimentar: um “faça você mesmo com o que tem para ser feito” (CARVALHO, 2013). Uma bricolagem é uma mistura que traz um acordo, uma combinação de bolo de banana convencional com utilização da casca da banana, não tão convencional, mas interessante do ponto de vista nutricional.

As oficinas podem ser culinárias, com preparo de comidas; podem envolver trabalhos manuais, como fazer origami, objetos de papel machê, ornamentos etc.; podem produzir coisas que sejam úteis na geração de renda se comercializadas, por exemplo, em feiras de artesanato; ou podem produzir, simplesmente,

comidas gostosas e nutritivas. O mesmo serve para costura, bordados, objetos de decoração de casa, entre outros.



Visite, no Observatório de Ciência e Arte (<http://www.ciencia-arte.com.br/site/>), uma oficina de construção de uma casa ecológica e veja que, dentro da temática de sustentabilidade, você pode adaptar essa oficina, inserindo comidas na estratégia, ainda que seja simplesmente um bolinho no final da oficina.



A temática alimentar não precisa ser central, ela pode atravessar as habilidades e constituir motivos decorativos, objetos utilitários de cozinha... Quando for central, as oficinas culinárias podem estar associadas a outras atividades e podem ser adequadas às diversas situações e contextos. Por exemplo, enquanto deixamos um bolo para assar, podemos fazer uma roda de conversa, ou visitar uma horta para ver o cultivo de espécies culinárias e fitoterápicas.

As oficinas culinárias envolvem demonstração prática e degustação de comidas que cumprem funções sociais e econômicas e, nessa condição, constituem um espaço amplo de troca de experiências.

Compartilhar a elaboração de comidas é também compartilhar o cotidiano e

intimidades, conhecer valores, regras sociais e significados das comidas locais. Planejar com antecedência uma oficina culinária permite construir um ambiente propício para essas trocas. O comer se adapta a vários locais e situações.

Podemos planejar oficinas em parques, esquinas ou praças, com comida fria quando não temos fogão ou forno disponível. Em acampamentos, podemos transformar um espaço de cozinha em espaço de mutirão, promotor de coesão social e de subsistência. Os equipamentos sociais ou culturais do território podem ser locais para oficinas: a copa de uma escola, um banco de alimentos ou até mesmo uma praça pública pode abrigar práticas educativas voltadas para a inclusão social e disseminação de uma cultura do direito humano à alimentação adequada. Explore desafios culinários com alimentos surpresa e de baixo custo, atividades externas com passeios e visitas orientadas, que facilitariam a intersectorialidade, como, por exemplo, com agricultura familiar. Seja criativo e use a versatilidade e a simplicidade a seu favor.



Veja mais sobre oficinas culinárias em <http://goo.gl/RZkw0>. Você também pode buscar na internet ou com seus colegas práticas educativas exitosas e não exitosas. Vale a pena comparar nossas práticas com

outras. Muitas ideias de outros territórios podem ser adaptadas para o nosso território e alguns erros podem ser evitados quando entendemos porque acontecem.

.....

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrarmos este texto, que ofereceu a você uma série de possibilidades de estratégias para a construção da ação de EAN no território do grupo, é preciso ter em mente: nenhuma estratégia será eficaz se, antes de qualquer coisa, você e o grupo não construírem vínculo com as pessoas que elegeram como público-alvo da ação.

Recomendamos que a sua primeira atividade, para começar a construir vínculo com as pessoas para as quais vai direcionar a ação educativa, seja a apresentação resumida da ação: é importante “chegar junto”. Se for preciso, divulgue com antecedência um primeiro encontro, simplesmente para que as pessoas conheçam você e seu grupo, e conheçam a proposta da ação educativa. Vocês podem pensar em, por exemplo, um lanche coletivo, em locais de circulação, como escolas, praças etc.

Organize-se para mostrar para seu público-alvo, de modo simples e sincero, o que pretende fazer, convidando as pessoas a participarem da ação

educativa. Seja acolhedor e aceite as reações negativas que possam aparecer, tome-as como um desafio, caso a comunidade não reaja bem e não queira participar – não reaja com ressentimento. Procure entender porque isso está acontecendo e reorganize-se, revise a sua Panut.

Trabalhar com uma ação educativa é trabalhar com a necessidade de pactuar as coisas com o outro, como vimos no texto anterior. Não podemos, em nenhum momento, pensar em ações fechadas, pois, assim, a EAN não cumpriria seu objetivo, que nada mais é do que ser uma das estratégias para a garantia do DHAA.

Essa fase da criação do vínculo é uma hora para você calibrar a intensidade da sua insistência, de forma a ser convidativo e convincente, pois a participação ativa de todos é fundamental no processo educativo.

Apresente as pessoas (agentes) que estarão envolvidas na ação, seja claro na explicação sobre seu papel e o de sua equipe. Mostre suas intenções com o público-alvo: uma questão a ser explicada nesse momento inicial da ação educativa é quem é você e onde quer chegar com a ação. Seja protagonista e sujeito da ação, estar de corpo e alma nela, por inteiro, vai ajudar a travar um diálogo com sua comunidade.

Construa, desde o início, um clima adequado à ação. Reforce a firmeza de propósitos e a segurança no que você e sua equipe acreditam que deve ser feito – defender um ponto de vista é diferente de impor um ponto de vista. Não deixe que isso tome um ar autoritário de “tudo resolvido”, deixe sempre um espaço para dúvidas e para adaptações, porque algumas coisas podem mudar no meio do caminho. Se as pessoas não o ouvirem, você pode mudar seu discurso, alterar seu tom de voz, ou suas palavras. Permita que as famílias estejam cada vez mais próximas de você e sua equipe: construa vínculos afetivos e respeitosos nas relações sociais e nas práticas educativas.

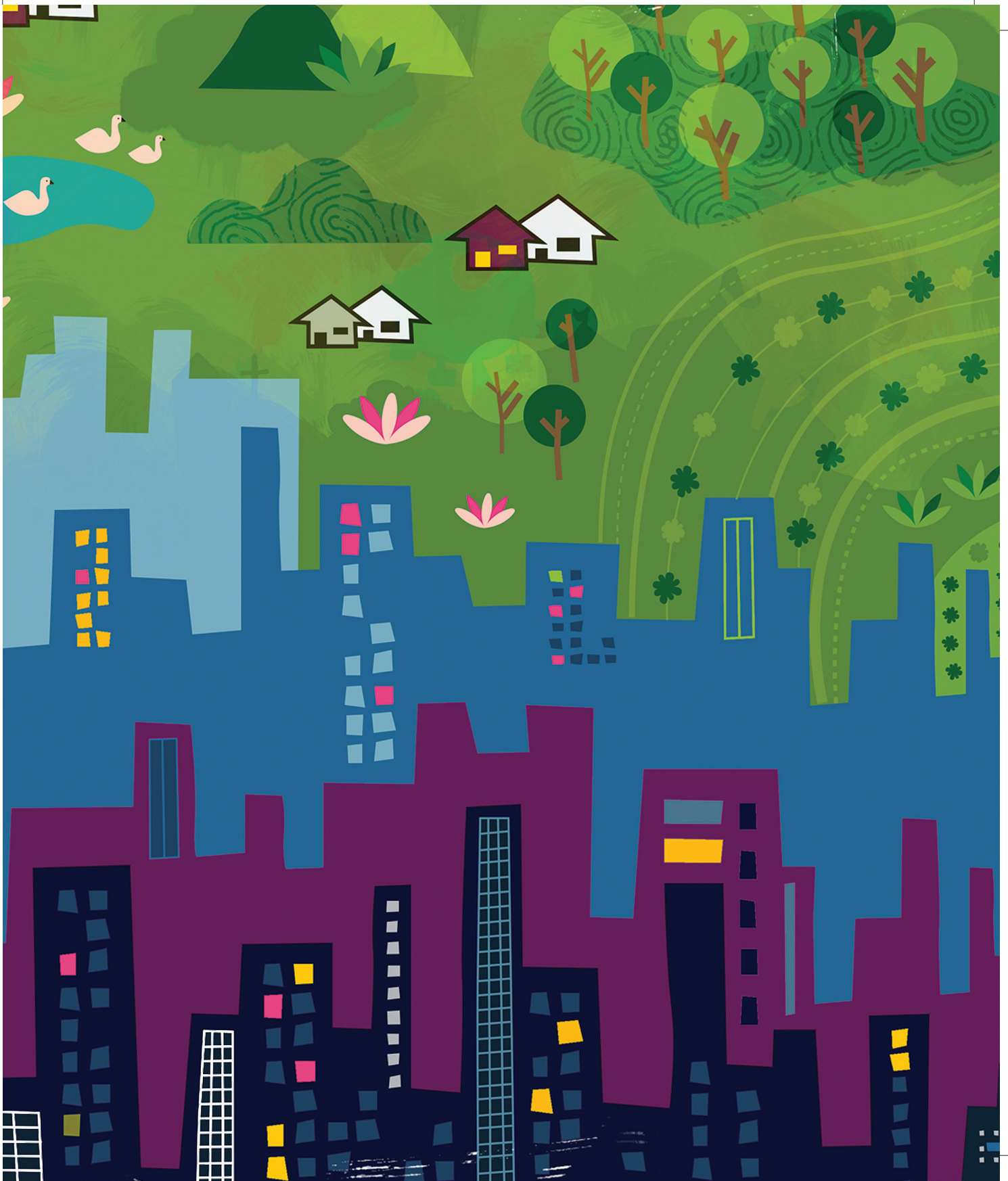
Esperamos que este material ajude você e sua equipe a planejar e conduzir uma ação que empodere as famílias, respeitando as culturas locais e, ao mesmo tempo, seja uma ação intersetorial, potencializando a articulação dos serviços, principalmente de saúde, educação e assistência social.

Embora uma ação educativa deva ser pensada de forma que possa ser continuada e permanente, educação é uma prática ético-política – não tomemos a exigência de mudar um país de hoje para amanhã, mas assumamos, como educadores, o compromisso com a construção de um país melhor, promovendo a autonomia

e a emancipação, no sentido de ampliar o acesso aos direitos sociais básicos, principalmente ao direito humano à alimentação adequada.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, I. Materiais educativos e produção de sentidos na intervenção social. In: MONTEIRO, S.; VARGAS, E. *Educação, comunicação e tecnologia educacional: interfaces com o campo da saúde*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006. p. 49-69.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CARVALHO, M. C. *Bricolagem alimentar nos estilos naturais de alimentação*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. No prelo.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- WINNICOTT, D. W. *O brincar & a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.



Formato: 190 x 220mm
Tipografia: Caecilia LT Std e Frutiger LT Std
Papel do Miolo: Papermax 90g/m2
Papel e Acabamento Capa: Papel Cartão supremo 25g/m2
Ctp Digital: Ediouro Gráfica e Editora Ltda.
Impressão e acabamento: Ediouro Gráfica e Editora Ltda.
Rio de Janeiro, julho de 2014.